



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO**

Paulo César Neves Barboza

**Estado, Direito e Hegemonia: Contribuições de Gramsci para a Crítica
Jurídica**

**Florianópolis
2007**

PAULO CÉSAR NEVES BARBOZA

**ESTADO, DIREITO E HEGEMONIA: CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI
PARA A CRÍTICA JURÍDICA**

Dissertação submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do título de Mestre em
Direito. Orientador: Professor Doutor
Orides Mezzaroba

**Florianópolis
2007**

Paulo César Neves Barboza

**ESTADO, DIREITO E HEGEMONIA: CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI
PARA A CRÍTICA JURÍDICA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Filosofia e Teoria do Direito. Orientador: Prof. Dr. Orides Mezzaroba – CPGD/UFSC.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer - (Presidente) – CPGD/UFSC

Prof. Dr. Aires José Rover - (Membro) – CPGD/UFSC

Profa. Dra. Ivete Simionatto - (Membro) – CFH/UFSC

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer - UFSC

Florianópolis, setembro de 2007

Dedicatória

A minha família.
A Natália.
Aos professores e professoras do CPGD.
Aos meus amigos.
Aos lutadores de cada dia.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Professor Orides Mezzaroba, orientador e companheiro na realização desta dissertação.

Ao CNPQ, pelo indispensável apoio financeiro, que viabilizou a realização do Mestrado em Direito.

Aos professores participantes da Banca de Dissertação, Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer e Prof. Dr. Aires José Rover e Profa. Dra. Ivete Simionatto – CFH/UFSC. Aos demais professores, especialmente os professores Dr. Airton Cerqueira Leite Seelaender, Dr. Arno Dal Ri Junior, Dra. Cecília Caballero Lois, Dr. Jeanine Nicolazzi Philippi, Dr. Marcos Wachowicz, Dr. Sergio de Urquhart Cademartori e Dra. Thais Luzia Colaço

Aos amigos do Mestrado, companheiros de vida acadêmica e social, que tornaram o período de mestrado gravado nas melhores memórias que guardo comigo.

Aos meus familiares, apoiadores importantíssimos durante o período de mestrado.

Aos amigos do Centro Acadêmico Ferreira Vianna, companheiros de faculdade e de utopias.

Aos funcionários do CPGD, pela presteza e pela qualidade do trabalho realizado.

À Natália, companheira de todos os momentos, que suportou a distância e as dificuldades do período de estudos em Florianópolis.

RESUMO

O propósito da dissertação é apresentar as categorias teóricas elaboradas por Gramsci, relacionando-as com a teoria crítica do direito, para qual é relevante. A crítica jurídica tem como importantes instrumentais teóricos e práticos os conceitos gramscianos de hegemonia, ideologia, sociedade civil, sociedade política, teoria do Estado ampliado, intelectual orgânico, partido, guerra de posição, bloco histórico e senso comum. Estão presentes no texto as observações sobre o direito, com destaque para as considerações elaboradas nos *Quaderni*. As distinções entre a teoria do direito tradicional, hegemônica, e a proposta crítica, contra-hegemônica, são identificadas e contextualizadas no cenário histórico, político e cultural brasileiro, bem como as recentes transformações ocorridas na legalidade estatal, a partir da crise do Estado intervencionista e da globalização econômica que o fulmina. Nesse contexto, são expostas as implicações do pensamento gramsciano, pertinentes para a teorização e a prática alternativa e pluralista de novas juridicidades, as quais podem contribuir para a evolução democrática da sociedade brasileira. A contribuição de Gramsci para teoria do direito induz para uma evolução democrática, capaz considerar as pautas e as contribuições político-jurídicas advindas das classes subalternas, limitadas historicamente à pobreza política, para qual contribui o formalismo jurídico tradicional. Demonstra-se no trabalho a importância da teoria crítica brasileira para afirmação de direitos positivados, bem como para a concepção de novos direitos.

Palavras-chave: Ideologia. Direito. Estado. Hegemonia. Intelectual Orgânico. Globalização. Estado social. Crítica jurídica. Pluralismo jurídico. Direito alternativo.

ABSTRACT

The proposal of this dissertation is to present the theoretical categories elaborated by Gramsci, relating them to the critical theory of Law, to which it is relevant. The juridical critic has as important theoretical and practical instruments the concepts presented by Gramsci concerning de hegemony, ideology, civil society, political society, open State theory, organic intellect, political party, position war, historical block and common sense. The observations about Law are present in the text, with highlight for the considerations elaborated in the Quaderni. The distinctions between the traditional and hegemonic Law theory and the critical proposal, counter-hegemonic, are identified and contextualized in the Brazilian historical, political and cultural scenery, as well as the recent transformations which occurred in the state legality, based on the crisis of the interventionist State and the economic globalization that affects this State. In this context, the implications of Gramsci's thoughts are exposed, which are pertinent for the theorization and the alternative and plural practice of new juridical decisions, which can contribute for the democratic evolution of the Brazilian society. Gramsci's contribution for the theory of Law induces to a democratic evolution, which is able to consider the topics and the political-juridical contributions which come from the subaltern classes, historically limited to the political poverty, to which the traditional juridical formalism contributes. It is demonstrated in the present paper the importance of the Brazilian critical theory for the affirmation of positive Law, as well as the conception of new Law.

Key words: Ideology. Law. State. Hegemony. Organic Intellect. Globalization. Social State. Juridical critic. Juridical Pluralism. Alternative Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 GRAMSCI: CATEGORIAS TEÓRICAS PERTINENTES	13
1.1 Aspectos da teoria de Gramsci e de Marx diante do Estado e da política	13
1.2 A democracia socialista e os conselhos de fábrica	21
1.3 O conceito de hegemonia.....	25
1.4 Hegemonia e revolução passiva.....	30
1.5 Hegemonia, ocidente e luta política.....	33
1.6 Ideologia, senso comum e intelectual orgânico	42
1.7 Teoria do Estado ampliado	52
2 DIREITO: CULTURA JURÍDICA E HEGEMONIA.....	61
2.1 O direito em Marx e o direito em Gramsci: um avanço teórico	61
2.2 Ideologias jurídicas hegemônicas na modernidade	75
2.3 O Estado como espaço para atuação contra-hegemônica	89
2.4 Breve histórico da evolução das instituições político-jurídicas no Brasil	97
2.5 Os bacharéis: intelectuais orgânicos da tradição no desenvolvimento da cultura jurídica brasileira	102
3 CRISE DO ESTADO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI PARA A CRÍTICA JURÍDICA	107
3.1 A ampliação das funções do Estado	107
3.2 A Globalização e a crise do Estado intervencionista.....	116
3.3 Algumas observações sobre as relações entre Política e direito – a crítica e a desregulação dos direitos sociais	124
3.4 Teoria crítica do direito e a busca por novos consensos.....	128
3.5 Gramsci e a crítica do direito no Brasil	138
3.6 Direito alternativo, guerra de posição e intelectual orgânico	141
3.7 Os sujeitos coletivos e o pluralismo jurídico	148
CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

Gramsci deixou importante contribuição para a crítica jurídica, mesmo não que não tenha produzido nenhum escrito dedicado exclusivamente ao estudo do direito, o que, entretanto, não desfavorece a análise do direito a partir de suas categorias teóricas. Pelo contrário, a abertura temática dos escritos gramscianos, especialmente nos *quaderni*, possibilita uma qualificada e interdisciplinar contribuição para o pensamento jurídico contestador da tradição. Sua obra continua atual, pertinente para a realização de questionamentos diante a tradição jurídica, e, como não poderia deixar de ser, determinante para se pensar estratégias de atuação contra-hegemônica. Nesse sentido, se estabelece o foco da pesquisa, realizada a partir de uma leitura histórico-social, com o propósito de demonstrar de que modo as diversas categorias teóricas elaboradas por Gramsci podem contribuir para fundamentação da teoria e da prática críticas do direito, tendo sido, ressaltado-se, o método indutivo para realização da pesquisa. As distinções entre a teoria do direito tradicional, hegemônica, e a proposta crítica, contra-hegemônica, são relacionadas com o cenário histórico, político e cultural, identificando aspectos da realidade histórica e social brasileira, sobre o qual se desenvolveu a cultura jurídica nacional. Nesse contexto, são expostas as implicações do pensamento gramsciano, pertinentes para a teorização e a prática pluralista e alternativa de novas juridicidades, as quais podem contribuir para a evolução do direito.

Não se trata, é importante frisar, de um tema novo, de uma abordagem inédita no pensamento jurídico brasileiro. A relação entre as idéias gramscianas e a crítica jurídica permeia boa parte da produção doutrinária da crítica jurídica brasileira, especialmente na década de 1990, no período inicial do novo estágio da democracia brasileira, assinalado pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, não se esgotou o referencial teórico em questão como instrumental para análise, reflexão e crítica sobre os papéis do Estado, da sociedade e do direito na conjuntura atual, na qual ainda estão presentes a os efeitos da globalização econômica e das políticas neoliberais, implantadas na América Latina, em larga escala, a partir do final da década de 1980. Na sua grande maioria, os países latino-americanos seguiram um receituário de políticas desumanizadoras, de desobrigação diante das demandas populares, que se refletiram na ordem jurídica. Assim, os direitos sociais, garantidos pelos estados são convertidos em serviços, oferecidos pela iniciativa privada, de modo que no interesse

social da estrutura jurídico-política, se estabelece o privatista interesse no lucro.

A vitória de partidos identificados (uns mais, outros menos) com pautas das classes subalternas ameniza, em diferentes escalas, os impactos de uma economia internacionalizada, que opera determinantemente na elaboração das políticas públicas, principalmente na periferia do mundo. Porém, a amenização das agruras das camadas mais pobres da população não é suficiente para fazer evoluir a democracia, considerando a gradativa redução das funções sociais do Estado, realizada nos últimos anos. Ademais, a globalização econômica vem acompanhada da divulgação de uma cultura anti-social, egoística, sustentada no individualismo, que condena o *público*, exalta o privado. Assim, a partir da divulgação da cultura liberalizante, operada pelos avançados aparelhos de reprodução ideológica, acerca da proteção do trabalho, não se trata mais de emprego, mas de empregabilidade e, conseqüentemente, não se trata mais de lutas sindicais, se defende desregulação das relações de trabalho. Essa cultura é combatida pela teoria crítica do direito, considerando que a defesa da democracia como um valor universal, se relaciona com a importância da afirmação dos direitos sociais como marcos democráticos, a partir dos quais se deve avançar, e não retroceder ao modelo liberal e excludente de Estado. Não se trata, entretanto, de supervalorizar as funções estatais: trata-se de estabelecer meios para o desenvolvimento de uma sociedade civil na qual a coletividade possa ter acesso a bens materiais e culturais, que são pressupostos para uma cidadania efetiva, não meramente formal.

A justificativa para essa dissertação, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica que tem como referencial a obra gramsciana (tendo como fonte primária os cadernos do cárcere), reside na necessidade, especialmente em país de capitalismo periférico, de se reafirmar a crítica à tradição jurídica do formalismo, com base liberal-individualista, que ocasiona o afastamento dos operadores do direito das demandas sociais, limitando-as aos espaços demarcados pela ideologia jurídica tradicional. A luta por um direito eficaz diante das pautas das classes subalternas, cabe ressaltar, deve ser realizada dentro e fora da legalidade instituída. No seio da legalidade, a defesa de direitos se caracteriza, conforme exposto, pela resistência diante do capitalismo globalizado. Em relação à sociedade civil, a crítica à tradição viabiliza o reconhecimento de novas juridicidades, da organização autônoma de movimentos sociais para a defesa de suas pautas. Cabe ressaltar que a linguagem acessível adotada na pesquisa, bem como a apresentação didática das idéias de Gramsci, serve para facilitar a compreensão do texto. Caso

se escondesse o texto por detrás de uma linguagem academicista, acabaria por estabelecer uma situação um tanto paradoxal diante de seus próprios fundamentos teóricos e ideológicos, considerando que se constituiria obstáculo para a leitura do texto fora dos círculos acadêmicos.

Ao longo da dissertação é defendida uma perspectiva historicista e dialética do direito, essencial para uma perspectiva verdadeiramente comprometida com a evolução contínua da democracia e do direito, no rumo da verdadeira emancipação, para o estabelecimento da hegemonia das classes hoje subalternas. No primeiro capítulo, é exposto o marco teórico adotado nessa dissertação, a teoria política de Antonio Gramsci, cujas categorias teóricas, destacando-se, servem de base para este trabalho. São apresentados conceitos muito caros à ciência política e a teoria Estado contemporâneas, com destaque para as seguintes categorias: hegemonia, ideologia, sociedade civil, sociedade política, teoria do Estado ampliado, intelectual orgânico, partido, guerra de posição, bloco histórico e senso comum, os quais servirão, nos capítulos seguintes, para análise do espaço político-jurídico. Para a escolha do marco teórico, além dos motivos já expostos, foi considerada a perspectiva realista que caracteriza a obra gramsciana, a qual possibilita uma análise pautada na historicidade do direito. Ainda no primeiro capítulo, aborda-se a relação de Gramsci com o pensamento marxista, das influências e diferenças surgidas da teorização a partir de Marx, Engels e Lênin, que culminaram na dura crítica ao marxismo determinista e economicista em voga nos movimentos e partidos socialistas e comunistas na primeira metade do século passado.

No segundo capítulo, encontra-se o conceito de direito para Gramsci, possível a partir das observações específicas sobre o direito, seja na crítica ao direito burguês, seja no reconhecimento do papel do jurídico na organização e na transformação da sociedade. Um breve paralelo com a crítica marxiana do direito é apresentado, com o propósito de referenciar a continuidade e a superação dialética presente na crítica gramsciana ao direito. Após, no segundo capítulo, são relacionados direito e ideologia, destacando-se a contribuição da noção não essencialmente negativa de ideologia, que deixa de ser mero reflexo das relações estruturais, para a análise do desenvolvimento do direito moderno. Trata-se, na parte em questão, das ideologias jurídicas que se consolidaram como hegemônicas na modernidade ocidental, o jusnaturalismo e o positivismo jurídico, bem como do reconhecimento do espaço do direito como arena para a luta contra-hegemônica, política e jurídica. No mesmo capítulo, os bacharéis, conforme a definição de bacharelismo de Sérgio Adorno, são apresentados como intelectuais orgânicos a serviço da

tradição oligárquica e patriarcal das instituições políticas e jurídicas do Brasil. Ainda, é feita breve demonstração sobre como os bacharéis contribuíram para a inserção das ideologias jurídicas jusnaturalistas e positivistas, posteriormente entranhadas no senso comum dos juristas.

No terceiro capítulo, aborda-se a relação entre o pensamento de Gramsci e a teoria crítica do direito, especialmente a crítica realizada pela doutrina brasileira. Nesse capítulo é apresentada uma análise do desenvolvimento das instituições político-jurídicas no Brasil, instituições cujo desenvolvimento pode ser caracterizado a partir da idéia de revolução passiva num movimento histórico determinante para a formação ideológica do Estado e do direito no Brasil. O Estado intervencionista é abordado em suas características mais relevantes, sendo apresentadas as especificidades do intervencionismo estatal brasileiro. Tais apresentações, somadas à crise do estado intervencionista e a globalização econômica, servem como cenário para a abordagem da crítica jurídica, em suas definições básicas, bem como com as características da crítica jurídica brasileira, destacando-se a influência gramsciana sobre estas. Após os três capítulos, nas quais estão dispostos os questionamentos, os fundamentos e as motivações da pesquisa, encontram-se as conclusões derivadas da pesquisa, as conclusões. Cabe, entretanto, lembrar, diante dos próprios limites do conhecimento e da necessidade de correção característica de quase todos os trabalhos acadêmicos, que qualquer crença ou pretensão de que se possa estabelecer algo definitivo e permanente, especialmente em uma dissertação, transforma-se em um infundado e perigoso convite ao dogmatismo, contrário ao que se busca afirmar no presente estudo.

1 CATEGORIAS TEÓRICAS PERTINENTES

1.1 Aspectos da teoria de Gramsci e de Marx diante do Estado e da política

As concepções teóricas de Antonio Gramsci constituem importantíssima contribuição para o marxismo e para a teoria política contemporânea, tendo relevância sua análise da teoria e da ação política a partir do marxismo não vulgarizado, adequando-o para a análise da complexidade da sociedade contemporânea. Gramsci promoveu o encontro entre Marx e Maquiavel, para conceber a teoria e a prática militante, para construir a pedagogia política destinada às massas subalternas, indicando as bases de uma nova cultura, a cultura de uma sociedade socialista (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 38). Para Gramsci, Maquiavel buscava educar as massas sobre a política real (GRAMSCI, 2000c, p. 307), não sendo determinada tão-somente por determinismos:

não desconheço que muitos têm tido, e têm, a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna ou por Deus, de modo que a prudência dos homens não as poderia corrigir nem lhes ofertaria algum remédio. Dessa maneira, poder-se-ia pensar que ninguém deve se importar muito com elas, deixando-se simplesmente reger pela fortuna. (...) Apesar disso, e uma vez que nosso livre-arbítrio permanece, acredito poder ser verdadeiro o fato de que a fortuna arbitre metade de nossas ações, mas que, mesmo assim, ela nos permite governar a outra metade quase inteira. (MAQUIAVEL, 1999, p.143).

Ainda que a fortuna possa contribuir de algum modo na vida, na atuação política, tal influência não é determinante: o que determina as ações políticas são as vontades dos homens. Gramsci encontra em Maquiavel a relevância do agir político calculado, sendo possível afirmar que na análise gramsciana de Maquiavel encontram-se argumentos para crítica do esquerdismo, ou espontaneísmo, e do determinismo maximalista entre os comunistas de sua época. Forte crítico do marxismo ortodoxo, calcado no determinismo economicista e no materialismo vulgar, operou um salto qualitativo na análise dos fenômenos políticos e sociais, a partir da problematização da atuação política marxista. Esta percepção da filosofia da práxis, como se referia ao marxismo durante o longo período de censura e cárcere, resultou numa

vitalidade teórica que trás para os dias atuais relevância no estudo da obra de Gramsci, o qual deu como maior contribuição para o marxismo a sistematização de uma ciência marxista da ação política, a partir do que não é explicitado em Marx (CARNOY, 1998, p.89).

O marxismo de Gramsci, que para alguns não parece suficientemente “ortodoxo”, aborda uma direção de pesquisa fundamental: revelar o que existe de vivo e morto no marxismo, à luz de experiência de uma época histórica determinada, e dos objetivos e metas a atingir. Antes de mais nada, é preciso refutar as teses acadêmicas que pretendem ver na tentativa gramscista “uma difícil abordagem do marxismo, sempre visto de uma ótica idealista e espiritualista”. Sua relação com o marxismo foi, em primeiro lugar, política: partindo do Capital, ele refuta o economicismo de boutique, a interpretação positivista, todo o pedantismo formalista, a utilização ideológica do marxismo com fins reformistas (MACCIOCCHI, 1980, p. 13).

Em sua produção intelectual, Gramsci realizou a evolução teórica do marxismo, com a superação dialética do pensamento de Marx, Engels e Lênin (COUTINHO, 2003, p. 84), ainda que tenha conservado estes como referenciais principais para a construção de suas concepções teóricas. Sua obra caracteriza-se especialmente pela postura crítica diante da perspectiva economicista presente no pensamento marxista, muitas vezes refletida no imobilismo ou em uma práxis reducionista por parte dos sindicatos e dos partidos comunistas de seu tempo. Assim, surgiram as críticas ao materialismo vulgar de Bukhárin, uma crítica ao bizantinismo, ao formalismo e à escolástica, ou seja, ao modo de tratar das questões teóricas como se estas tivessem valor em si mesmas (GRAMSCI, 2000a, p.255). A defesa da universalidade de Marx, Engels e de Lênin, parte da compreensão de que a universalidade do projeto político socialista não se deve ao caráter abstrato, matemático ou físico do marxismo positivista, mas à eficácia da filosofia da práxis na história. A crítica ao economicismo determina o salto qualitativo e teórico de Gramsci, a retomada do conceito leninista de hegemonia na filosofia e na política, bem como é fundamental para a problematização do Estado através da teoria de Estado ampliado (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p.293, 307, 311).

A questão do Estado em Gramsci é objeto de pesquisa política e de pesquisa filosófica, nas quais se trabalha a função e o lugar do materialismo histórico na superestrutura (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 39). Resgata a urgência da pauta socialista, reafirma a historicidade dialética do marxismo, que em sua época foi transformado em dogma pelos maximalistas do PSI. É emblemática a idéia de que “não se separa filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura” (GRAMSCI, 2000a, p. 94-95). Tendo como norte a

essência da práxis marxista - o materialismo dialético, histórico e revolucionário -, reconheceu e compreendeu os processos sociais e políticos a partir de suas especificidades, para analisar o movimento socialista de seu tempo, inserido numa realidade em permanente movimento, diante da qual a permanente adaptação e a avaliação de possibilidades para a ação se fizeram necessárias.

Segundo COUTINHO (2003, p.91-96), Gramsci concebe a política como Marx concebe a economia, e considera a historicidade da política em conjunto com a divisão da sociedade em classes. Se não existe desde sempre, pode deixar de existir – com a sociedade regulada, na qual a sociedade absorve o Estado e a economia. As estruturas e as superestruturas formam um bloco histórico. Dentro de um bloco histórico, existe uma correlação de forças, cujo primeiro objeto é as relações econômicas, e o segundo objeto são as relações políticas. Entretanto, na economia, para Gramsci, não se encontra apenas a produção de bens materiais, mas também a reprodução das relações sociais globais, determinada por fatores objetivos (econômicos) e por fatores subjetivos, os quais se desenvolvem no interior dos fatores objetivos, nos limites delimitados pela economia. As relações econômicas e, especialmente para Gramsci, políticas dentro do bloco histórico, determinam o nível de homogeneidade e de consciência de uma classe social. Em suma, a economia delimita as possibilidades da política, seja em sentido amplo ou estrito, porém não determina de forma mecânica e simplificada as relações que se estabelecem no campo político e ideológico.

A filosofia marxista é tomada como instrumental para uma reforma moral e intelectual da sociedade (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p 115). Para Gramsci a filosofia da práxis não necessita de sustentáculos heterogêneos, sendo ela robusta e fecunda de novas verdades, diante das quais o velho mundo recorre para elaborar suas armas. No plano teórico a filosofia da práxis não se reduz nem se confunde com nenhuma outra teoria. Isso significa que a teoria da práxis tem condições de passar a exercer sua própria hegemonia sobre a cultura tradicional. A abordagem da filosofia deve ser historicista, sendo sua base a vontade, a qual, sendo racional e atuando por um largo tempo na vida social, se torna cultura, bom senso difuso, que se converte em norma ativa de conduta. Assim, grupos sociais assumem uma concepção de mundo que não é sua, fato que demonstra, em parte, porque a filosofia não se separa da política, de modo que a escolha ou crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos (GRAMSCI, 2000a, p. 97, 152-154, 202).

A partir de uma perspectiva que vislumbra a filosofia, a política e a economia como elementos constitutivos de uma mesma concepção de mundo, devendo existir a possibilidade de conversão de uma para outra (GRAMSCI, 2000a, p. 209), Gramsci reconhece que são variadas as relações possíveis entre política e economia, conforme o tipo de formação social (COUTINHO, 2003, p. 101). O tratamento da filosofia, da política e da economia se dá com o cuidado de não ter uma percepção mecanicista e simplista sobre a relação entre estrutura e superestrutura. Considera que é difícil identificar estaticamente a estrutura, e que, mesmo que a política seja considerada um reflexo da estrutura, esta só pode ser estudada concretamente quando superado todo o seu processo de desenvolvimento. Um ato político, ainda que resultante das relações estruturais, ou seja, da base econômica, pode ser considerado, a partir de uma análise não simplificadora, um erro de cálculo por parte das classes dominantes. Como exemplo, uma crise parlamentar. Ressalve-se, ainda, que muitos atos políticos são realizados para organização interna, para dar coerência a um grupo social, a uma sociedade ou a um partido, ou seja, não se trata nesses casos de um reflexo direto e simplista de algum abalo estrutural (GRAMSCI, 2000a, p. 209).

Em tal análise percebe-se a crítica ao mecanicismo não-dialético, e a necessidade de reconhecer as realidades política e econômica específicas do campo de operações sobre o qual se pretende a atuação política revolucionária, cuidado presente na obra gramsciana, especialmente no período dos *Quaderni*, no qual se percebe o fracasso ou a impossibilidade da luta socialista baseada no modelo bolchevique em países de industrializados. A crítica ao mecanicismo economicista é refletida no estudo das superestruturas política, cultural e estatal. Entretanto, não deixa de reconhecer a relevância da estrutura na sua elaboração teórica, existindo relação dialética entre estes dois estágios que compõem o bloco histórico, com a superestrutura se desenvolvendo dentro dos limites estruturais, influenciando, assim, permanentemente a estrutura sobre a superestrutura (PORTELLI, 1990, p. 55). Segundo CARNOY (2004, p. 107), para Marx o empobrecimento econômico decorrente da maior exploração do trabalho é elemento chave para formação da consciência do trabalhador, no sentido revolucionário. Para Gramsci, a exploração do trabalho é *um* dos fatores que podem levar as classes subalternas até a tomada de consciência, de modo que a ruptura, a luta ideológica contra a capacidade do Estado para manter a hegemonia é o ponto nevrálgico da luta política.

A teoria do Estado e da política de Gramsci apresenta distinções entre seu pensamento e as teses de Marx e Engels. Enquanto Marx e Engels foram contemporâneos do Estado gendarme, materializado essencialmente nos aparelhos de repressão, com os movimentos operários se constituindo a partir da ação revolucionária focalizada e localizada, Gramsci viveu a época do capitalismo monopolista consolidado, dos grandes sindicatos, da estruturação de partidos operários e de movimentos de massa dos trabalhadores na democracia fundada no sufrágio universal, na ampliação da representatividade do parlamento estatal. Vivenciou, ainda, o prelúdio, os fatos e as conseqüências da Revolução Russa.

Com a finalidade de desmistificação do Estado, Marx e Engels concebem uma concepção negativa de Estado, encontrada em vários textos de autoria de ambos (BOBBIO, 1997, p. 163), nos quais está a crítica ao modelo liberal de Estado, protetivo e repressivo, característico da época, como produto das contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista e da luta de classes que funda este (ENGELS, 1982, p. 191). Uma demonstração da leitura marxista está na clássica frase “o Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX e ENGELS, 2004, p. 13). CARNOY (1998, p. 65) afirma que “Marx não desenvolveu uma única e coerente teoria da política e ou do Estado” de modo que as concepções marxistas devem ser deduzidas das críticas de Marx a Hegel, da teoria do desenvolvimento da sociedade e de suas análises históricas. Entretanto, na obra *18 brumário de Luis Bonaparte*, Marx aborda a questão do Estado reconhecendo que em situações excepcionais, nas quais se verifica um maior equilíbrio de classes, o Estado passa a ter certa autonomia, sem quebrar, entretanto, o modo de produção. Trata-se, entretanto, para Marx, de um Estado transitório (CARNOY, 1998, p. 75).

O Estado representa interesses de classe, mesmo que seja posto acima das classes, e seu principal meio de expressão é o poder coercitivo institucionalizado (CARNOY, 1998, p.78). O escopo de Marx e Engels é revelar o caráter de dominação de classe que é a essência do Estado, criado em função da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes, para frear os antagonismos da vida social e econômica, num processo no qual a classe dominante afirma seu poder. Não se trata, portanto, somente da organização do poder bruto: é, também, busca de equilíbrio jurídico, mesmo que este não seja permanente, sendo o Estado aparentemente separado da sociedade civil (ENGELS, 1982). De qualquer modo, a partir da leitura de Engels e de Marx, resta claro que ambos consideram o sistema jurídico como

componente do aparelho repressivo estatal, pois estabelece regras de comportamento com base em valores e normas burguesas, positivando-os, sendo a democracia e a igualdade do liberalismo apenas formais. As relações jurídicas e as formas de estado, entretanto,

Não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...]. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1982, p.25).

As conclusões apreendidas da leitura de Marx e Engels estabelecem o ponto de partida para a compreensão do Estado e da política, bem como do direito, em Gramsci, para o qual o Estado opera a partir das forças econômicas, como parte da superestrutura na qual se organiza e se desenvolve a produção econômica, ressalvando que “não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica” (GRAMSCI, 2000c, p. 28). Enquanto que em Marx e Engels a sociedade civil é caracterizada pelo conjunto das relações sociais e econômicas de um período (estrutura), em Gramsci a sociedade civil é pertinente a um momento da superestrutura, na qual se encontram os organismos privados de hegemonia do grupo dominante sobre o resto da sociedade (PORTELLI, 1990, p. 20). Enquanto a unidade constitutiva do marxismo, na economia, é o valor; na filosofia é a práxis (relação entre estrutura e superestrutura – vontade humana); e na política, a relação entre Estado e sociedade civil (GRAMSCI, 2000a, p. 237). Dedicase pouco à análise da base econômica diante dos fenômenos sociais, relevando o aspecto econômico (estrutural) como um dos graus de formação da hegemonia, posto que o desenvolvimento das forças sociais de produção determina as classes. Para Gramsci, é impossível “fotografar” a estrutura, de modo que só após o fim de uma fase estrutural esta poderia ser estudada com mais rigor. Os elementos históricos constitutivos da estrutura são buscados através dos fenômenos superestruturais, de modo que se busca na superestrutura o estudo indireto da estrutura, reconhecendo, entretanto, que aquela é de algum modo influenciada por esta (PORTELLI, 1990, p. 46).

Outro ponto de partida para a teorização gramsciana encontra-se em Lênin, homem de teoria e de ação, sujeito da práxis, que, assim como Gramsci, realizou sua atuação política com norte teórico e prático no marxismo. Gramsci fez o contato entre os operários italianos e Lênin (GRUPPI, 1980, p. 71.), e a influência deste deixou marcas indeléveis no pensamento gramsciano, que o considera o maior líder da revolução bolchevique, o ponto de convergência de um grande movimento revolucionário (MACCIOCCHI, 1980, p. 84). A crítica ao sindicalismo corporativista e ao esquerdismo, a idéia de partido político, a concepção de hegemonia e a necessidade de romper com a interpretação positivista do marxismo, são exemplos da referência teórica e prática leninista. Estes são alguns dos aspectos que estabelecem possíveis identidades entre Gramsci e Lênin, ainda que não se trate de uma identidade absoluta. Até 1926, segundo COUTINHO (2003, p.88), Gramsci absorveu as teorias leninistas, realizando, já no período do cárcere, a superação dialética dessas idéias, desenvolvendo-as e conservando seu núcleo, se constituindo não como alternativa ao leninismo, mas como sua evolução.

Para Lênin, a contraposição do modelo de Estado liberal-burguês não cessa no reconhecimento da existência da luta de classes: é preciso defender a ditadura do proletariado. Sendo o Estado aparato de ditadura, dominação de classe, o proletariado deve realizar a ditadura da maioria sobre a minoria burguesa, dentro de um processo revolucionário e de um processo de descentralização do poder estatal (GENRO; GENRO FILHO, 2003, p.124). É importante compreender que para Lênin a democracia burguesa e liberal serve como disfarce para uma ditadura de classe, a ditadura da burguesia detentora dos meios de produção. Assim, o esteio econômico determina as distinções de classe que se reproduzem na vida social, de modo que a igualdade existente no liberalismo, conforme havia identificado Marx, é mera igualdade formal. A ditadura do proletariado se daria com base na consolidação de uma nova ordem política e social, sob uma nova estrutura econômica. Na nova ordem, socialista, é possível afirmar que se originaria um direito socialista, necessário para reger a sociedade na transição rumo ao comunismo.

Considera Lênin que a quebra do poder Estatal consolidado sobre a burocracia, o exército e a polícia, deve ser realizada durante a revolução e a conseqüente ditadura do proletariado. Entretanto algumas instituições do Estado burguês devem ser mantidas, por questões estratégicas, para que passem a ser operadas pelo proletariado. Dentre estas instituições encontra-se, por exemplo, o sistema bancário e financeiro, sem os quais o socialismo seria

irrealizável. É importante que as instituições do Estado burguês, dentro do processo revolucionário, sejam democratizadas e administradas de outro modo, descaracterizando-se seus aspectos burgueses. Percebe-se a relevância do papel do Estado na teoria e ação socialista defendida por Lênin, a ponto de considerar que quanto mais desenvolvida for a democracia burguesa, melhor para o proletariado, que é capaz de perceber neste modelo de democracia as possibilidades de realização de suas aspirações enquanto classe que pretende se tornar hegemônica. O próprio desenvolvimento da democracia pode levar ao questionamento das relações de produção, sendo as relações entre democracia e socialismo importantes para o desenvolvimento do próprio socialismo (GRUPPI, 1978, p.9, 62-63).

O reconhecimento do papel da democracia burguesa na luta política socialista parte de uma premissa básica para a ação política revolucionária: a necessidade de perceber a concretude histórica, escapando da leitura dogmática de Marx. Da análise e crítica da dinâmica concreta da política, social e econômica, a partir da perspectiva dialética, resulta a concepção de hegemonia, cuja conceituação é característica marcante na obra de Antonio Gramsci, revelando o ponto de confluência entre este e Lênin (GRUPPI, 1978, p. 1, 13, 58). Segundo MACCIOCCHI (1980, p.83) “Gramsci capta toda a dimensão do retorno ao marxismo efetuado por Lênin sobre o problema do Estado”. Para o Gramsci do período do Ordine Nuovo, hegemonia é direção ideológica e política do proletariado sobre o conjunto da sociedade, a classe no poder, valendo-se da coerção para estabelecer a ditadura do proletariado (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 234). Trata-se da própria concepção de hegemonia defendida por Lênin, a qual Gramsci define como ditadura do proletariado (GRUPPI, 1978, p. 5-6). O Gramsci do período do cárcere fascista dá contornos mais sofisticados para o conceito de hegemonia, como veremos mais adiante no texto.

Finalmente, para encerrar alguns pontos de contato entre Gramsci e o marxismo que o antecedeu, bem como a influência leninista, vale mencionar que, assim como Lênin, Gramsci defende uma organização dos trabalhadores que seja capaz de superar os corporativismos sindicais, em busca da conquista de pautas mais universais, pautas de interesse comum das classes subalternas, as quais se apresentam como pressuposto para luta hegemônica. Nesse sentido, defende o modelo de partido leninista, com funções universais, cuja construção é a tarefa básica da revolução socialista, para superar o corporativismo e o sindicalismo operários. Com a mediação do modelo de partido, o proletariado pode enfrentar diretamente as questões

atinentes ao poder e ao Estado, construindo uma atuação de alcance nacional, a partir de uma pauta universalizante, capaz de abarcar as demandas das classes subalternas. Assim, é possível a superação dos resíduos corporativistas, dos momentos egoístico-passionais do proletariado, para construir uma vontade coletiva nacional-popular (COUTINHO, 2003, p. 167).

Eis uma demonstração, ainda que breve, das distinções e semelhanças entre o pensamento gramsciano e as concepções de Marx, Engels e Lênin, acerca das questões que permeiam a análise do Estado, da política e, conseqüentemente, do direito. Vale, também, mencionar a crítica ao materialismo vulgar e ao dogmatismo marxista, presente em toda a obra de Antonio Gramsci, que operou a sofisticação e a evolução dialética do pensamento político de matriz marxista, especialmente na abordagem do problema do Estado. A desmistificação do Estado burguês, a partir da filosofia da práxis, juntamente com a análise da Revolução Russa, a partir da atuação de Lênin, possibilitam que Gramsci leve o debate marxista sobre o Estado e a política para um outro patamar. Neste novo estágio de problematização e análise do Estado está presente o marxismo não-estagnado, fortalecido em seu caráter histórico e dialético, marco filosófico e político para Gramsci elaborar sua teoria política, a partir da análise de importantes dados concretos, como o fracasso do movimento operário italiano (após o *biennio rosso*), a ascensão do fascismo e a construção da União Soviética - especialmente a atuação política de Lênin. Não obstante, cabe observar que para todos os pensadores marxistas até Stalin, o socialismo só seria viável com o mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, englobando a cultura, de modo que o marxismo não pretende, nem nunca pretendeu, ser teoria e prática para sociedades atrasadas alcançarem, em um salto milagroso, o século XX (EAGLETON, 1997, p.107). As ações que se realizaram ao longo da história com esse propósito se converteram em ditaduras, como se percebe no Stalinismo e nos regimes “socialistas” orientais.

1.2 A democracia socialista e os conselhos de fábrica

Antes de continuar a leitura, é necessário esclarecer que o resgate das idéias de Gramsci sobre a política, desde o período sua juventude, serve para demonstrar como as

questões atinentes ao Estado estão presentes no seu pensamento desde a sua militância juvenil. Ainda, para demonstrar o amadurecimento intelectual que culminou nos *quaderni*. Igualmente, alguns aspectos da atuação política de Gramsci são importantes para compreender sua obra teórica: se num primeiro momento foi um crítico forte do parlamento burguês, opondo-se à atuação dos parlamentares socialistas, o próprio Gramsci, quando da sua prisão, é um deputado eleito pelo PCI. Entretanto. Não se trata, entretanto, de um transformismo político ou de uma cooptação de Gramsci pelo conservadorismo: as críticas ao parlamento e a democracia burguesa, bem como à atuação dos quadros da esquerda italiana, permanecem em sua essência e perspectiva socialista. As mudanças se deram no campo da tática e da atuação política, para as quais foi marcante o aprendizado histórico a partir do fracasso dos conselhos de fábrica e a da ascensão do fascismo na Itália. A atuação política se dá dentro das possibilidades reais, delimitadas pela conjuntura existente, desvinculando-se da esterilidade teórica ou idealista, reconhecendo a urgência das pautas que se apresentavam em um momento de grave crise política na Itália e no resto da Europa.

Gramsci realizou a filosofia da práxis dentro das possibilidades históricas que vivenciou, preferindo a atuação política à inércia dos maximalistas. Agiu de acordo com a perspectiva política realista de Maquiavel, realismo que também está presente na atuação política de Lênin, afastando-se das perspectivas idealistas e dogmáticas. Maquiavel está presente na teoria e prática política gramsciana, principalmente na idéia de que a luta política se faz com o homem de partido, com o político em ato, que se reconhece e atua como um criador que, entretanto, não cria a partir do nada: deve considerar a realidade efetiva, concreta, (GRAMSCI, 2000c, p.35). Para Gramsci, *O Príncipe*, é um livro “vivo” no qual a ideologia e a política fundem-se num mito, o do condottiero, ideal e real, da vontade política com determinado fim (GRAMSCI, 2000c, p.13). A grande contribuição trazida pelo materialismo histórico para a ciência política é a idéia de que não existe natureza humana abstrata, imutável, sendo, antes, um produto das relações sociais e da história. Em Maquiavel, homem de ação que trata de homens de ação, já se percebia a política desvinculada da religião e da moral (GRAMSCI, 2000c, p.56).

A abordagem das questões do Estado, em Gramsci, se dá em duas perspectivas: como análise teórica e como problema estratégico (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). A teorização está permanentemente voltada para práxis, com o cuidado de enquadrar-se rigorosamente na realidade histórica vivenciada, estabelecendo as bases para atuação política

adequada ao cenário para o qual se propõe o agir político. Ironicamente, a maturidade teórica de Gramsci se dá justamente no período em que foi tolhido de sua liberdade e de sua atuação política, o período do cárcere, de onde saiu para a morte. Não obstante, as questões acerca do Estado estão presentes no período pré-cárcere, na atuação jornalística e política de sua juventude, em suas reflexões sobre cultura, democracia, revolução e o papel dos conselhos de fábrica (SIMIONATTO, 1995, p. 143).

A análise do papel dos socialistas diante das questões pertinentes ao Estado é abordada desde o período do jornalismo socialista, especialmente na defesa do desenvolvimento e da difusão da cultura socialista, um dos aspectos mais relevantes da obra de Gramsci, para o qual a revolução é possível a partir da ruptura com a cultura capitalista. Saúda a revolução bolchevique, por considerar que esta construiu as condições subjetivas para romper com o capitalismo, ainda que, segundo a tradição marxista, não existissem as “condições objetivas” para a revolução, considerando o atrasado capitalismo russo, resultante do atraso político e social (COUTINHO, 2003, p.28, 29). No período do Ordine Nuovo, está presente a crítica marxista ao Estado burguês, contra o qual se apresenta o Estado dos soviets, de modo que defende a revolução russa e a democracia operária, considerando-a viável a partir do exemplo soviético. A atuação política em defesa da construção uma nova cultura tem como exemplo concreto a revolução bolchevique, que se constitui como possibilidade histórica para o surgimento de um novo tipo de sociedade. “Foi a Revolução Russa que emprestou todo o seu sentido à ação de Gramsci, engajando-o no caminho que conduziria aos conselhos de fábrica” (MACCIOCHI, 1980, p. 56). O realismo de Gramsci serve não só para a defesa da Revolução Russa, mas também para tratar da nova política econômica do Estado Soviético, a qual é defendida por Gramsci ante a oposição fascista e trotskista (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 360).

A construção de uma sociedade socialista, de um novo modo de produção, passa pela transformação cultural que, para Gramsci, pode ser viabilizada e materializada nos conselhos de fábrica, os quais serviriam como base para um novo tipo de Estado. Uma versão italiana dos soviets, tomados como uma forma universalmente válida para o estabelecimento da democracia operária. A partir dos conselhos, os operários seriam capazes de penetrar na superestrutura, quebrar o vínculo forte entre burguesia e produção, a partir do controle da base, pela atuação política dos produtores, ou seja, dos trabalhadores (BUCI-

GLUCKSMANN, 1990, p.158, 190). Considera-se a dupla função que está na essência dos soviets: realização da política revolucionária e a organização de uma economia construtiva. A função política fundamental da rede de conselhos, moldados com base nos soviets, está baseada na idéia de ditadura do proletariado, na liberdade de ação da classe trabalhadora para desenvolvimento de sua emancipação histórica, opondo-se as demais classes às quais era subordinada a massa proletária (BORDIGA; GRAMSCI, 1981, p. 47, 48). Percebe-se que Gramsci privilegia a análise do aspecto superestrutural da sociedade, ainda que não olvide da relevância da base econômica, delimitadora que é das possibilidades materiais de ação. A importância do Estado para a construção de uma nova organização social, política e econômica reside na ação política da classe produtora, atuante na base econômica da sociedade, que se estabelece como poder político e estatal, como ditadura do proletariado.

O desenvolvimento da consciência revolucionária no proletariado e o desenvolvimento da cultura socialista necessários para a estruturação e organização do Estado socialista, compõem o interesse e a motivação principal de uma série de artigos jornalísticos escritos por Gramsci e seus companheiros de redação. Defendem que as consciências dos trabalhadores e a organização destes deva se desenvolver dentro uma forma política que possibilite o estabelecimento de um Estado socialista (BORDIGA; GRAMSCI, 1981, p. 34). Dentre os artigos, destacamos um trecho do artigo denominado “democracia operária”, publicado no *Ordine Nuovo* em 21 de junho de 1919:

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social, características da classe trabalhadora explorada. Ligar estas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, também se respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde agora a substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. [...] “Todo o poder do Estado aos Conselhos Operários e Camponeses” (BORDIGA; GRAMSCI, 1981, p. 34, 35).

Complementarmente, é importante mencionar que os conselhos de fábrica, sendo as pedras fundamentais dos pretendidos soviets italianos, serviriam como instrumento para a superação do estágio do corporativismo sindical, que torna os sindicatos incapazes de incorporar organicamente a ditadura do proletariado, pois se restringem as pautas

econômicas e corporativistas. Na medida em que cresciam quantitativamente, alcançando grande parcela das massas de trabalhadores, perdiam em qualidade, acabando por se enquadrar nos parâmetros do modo de produção capitalista (BORDIGA; GRAMSCI, 1981, p. 61,62).

Conforme COUTINHO (2003, p.32, 33), Gramsci, no período dos conselhos de fábrica, não percebe que aspectos determinantes da sujeição da classe trabalhadora não se limitam somente aos portões da fábrica. A complexidade das relações sociais e econômicas é subestimada, o que o leva, conseqüentemente, a subestimar o sindicato e a função do partido, como instrumentos de síntese política na sociedade civil. Após o fracasso da experiência dos conselhos, Gramsci passa a teorizar e dar importância à construção do partido, a partir de uma perspectiva crítica acerca dos porquês do fracasso. Faz jus ao caráter de filósofo sustentado no materialismo dialético, na práxis, e no realismo que norteia suas análises, opondo-se aos maximalistas e fundando o Partido Comunista Italiano, justamente no período em que o fascismo é ascendente na Itália.

No espaço de tempo entre a fundação do PCI e a sua prisão, Gramsci começa a elaborar importantes categorias teóricas que dão distinção para sua obra, enriquecida por sua experiência política, concepções que serviram de base para os cadernos do cárcere. Surgem neste período as idéias de hegemonia, de partido político, de guerra de posição, de capitalismo ocidental e oriental, de intelectual orgânico, de revolução passiva e de hegemonia, as quais serão abordadas neste artigo como elementos que compõem a origem e os pontos de articulação da teoria do Estado ampliado e da teoria política gramsciana.

1.3 O conceito de hegemonia

Para a construção do conceito de hegemonia, a base teórica e prática, especialmente no período que antecede o cárcere, é Lênin, com seus escritos pertinentes à transição do capitalismo para o socialismo. Entretanto, se o conceito de hegemonia em Gramsci no período o *Ordine Nuovo* tem como ponto de partida as idéias de Lênin, podemos verificar a diferença entre a hegemonia gramsciana diante daquela concebida por Lênin: para este, trata-se de aspecto puramente político, sendo essencial a derrubada do aparelho estatal pela violência. O

conceito de hegemonia no período de atuação política a jornalística de Gramsci se aproxima muito da idéia de ditadura do proletariado de Lênin. Compreende hegemonia como a direção de classe autônoma e independente, sendo o papel do partido determinante para conquista e manutenção da autonomia e da independência necessárias para a luta política. A direção de classe, obtida por alianças políticas de médio e longo prazo, viabilizam a união entre teoria e prática que deve nortear a busca pela hegemonia.

Não obstante, a noção de hegemonia antecede as elaborações teóricas de Lênin e de Gramsci. Estava a hegemonia presente nos lemas do movimento da social democracia russa entre o final do século XIX e a Revolução Russa. Plekhanov, no programa de fundação do Grupo Libertação do Trabalho manifestou que a burguesia russa era frágil para combater o absolutismo do Czar, devendo a classe operária assumir a condução de uma revolução democrático-burguesa. Ainda no final do século XIX, Axelrod, companheiro político de Plekhanov, manifestou a importância central, hegemônica, do proletariado na luta democrática, na revolução contra o absolutismo. Tanto Plekhanov quanto Axelrod defendiam, segundo Perry Anderson, a que a luta do proletariado deveria ter alcance nacional, abarcando a luta das classes oprimidas politicamente (ANDERSON, 2002, p. 26-28).

Em Gramsci, a hegemonia se estabelece como a qualificação da ditadura do proletariado, garantindo o caráter expansivo para a atuação política das classes subalternas, possibilitando a direção intelectual e cultural da sociedade. Deve, portanto, ter base social de massa, no proletariado que não se detenha as pautas corporativistas, ao corporativista combatido por Lênin, para ser política da classe dominante e dirigente, a qual deve evitar o burocratismo. É, a hegemonia, produto de idéias essencialmente contrapostas ao economicismo, o qual se identifica com o corporativismo, com a estreiteza de horizontes na luta política (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 227, 233, 237). O sindicalismo é um dos aspectos do liberismo, de modo que a superação do sindicalismo é o primeiro passo para a hegemonia. Para ser hegemônica, uma classe deve considerar as classes sobre as quais se exerce a hegemonia, para que exista equilíbrio e sobreviva o consenso. Já no cárcere, Gramsci afirma ser o liberismo, o sindicalismo, um problema para a esquerda italiana, um obstáculo para a luta hegemônica, assim como é entrave o abstencionismo eleitoral. Em tal afirmação remete-se à Engels, para o qual a economia não explica tudo, e dá destaque a ideologia (GRAMSCI, 2000c, p. 48). ANDERSON (2002, p. 31), expressa a ampliação do corporativismo, do seguinte modo:

Ao longo dos Cadernos do cárcere, o termo “hegemonia” aparece em uma variedade de conceitos diferentes (...). A primeira vez, com efeito, que esse termo aparece nos seus escritos, ele faz referência à “aliança de classe do proletariado” com outros grupos explorados, sobretudo o campesinato na luta comum contra a opressão do capital. Refletindo a experiência da NEP, ele atribui uma grande importância ao fato de que era necessário ao proletariado fazer “concessões” e “sacrifícios” a seus aliados para ganhar a hegemonia sobre eles, ampliando a noção de “corporativismo”, de um mero confinamento em horizontes corporativos, para qualquer forma de isolamento obreirista em relação às outras massas exploradas.

O conceito de hegemonia se desenvolve alcançando a idéia de que deva existir primazia da sociedade civil sobre a política, com o ponto referencial, o campo de atuação hegemônica, situado na sociedade civil, considerando a abrangência das questões culturais e ideológicas que a caracterizam (PORTELLI, 1990, p. 65). O destaque dado para a sociedade civil na perspectiva gramsciana, determinante para sua concepção de hegemonia, se caracteriza um avanço para além de Marx e Engels. Das conclusões de Marx e Engels, Gramsci acrescentou o conceito de hegemonia, ressaltando o entendimento de que a força e a lógica de produção capitalista não bastam por si mesmas para explicar o consenso na sociedade capitalista. Por isso a atuação dos aparelhos de hegemonia são determinantes para a construção e manutenção do consenso na sociedade (CARNOY, 1998, p. 95). Para as elaborações teóricas sobre hegemonia, além do referencial teórico marxista, tem importância as experiências políticas vivenciadas pelos socialistas italianos, os quais pretendiam, através dos conselhos de fábrica, favorecer a aproximação dos operários e dos camponeses, intento não realizado com sucesso (MACCIOCCHI, 1980, p. 100). Gramsci, no período dos *quaderni*, distingue hegemonia de ditadura do proletariado, sendo hegemonia a direção e a dominação da sociedade, controle da sociedade civil e do aparato estatal, resultante das alianças entre classes subalternas e proletariado. Hegemonia, em Gramsci, tem por objetivo justamente sublinhar a importância da direção cultural e ideológica, a qual, sendo ética e política, não pode deixar de ser econômica. Quanto maior a base da hegemonia, mais importante é o papel da classe operária no sistema hegemônico (PORTELLI, 1990, p. 62-64).

Para Gramsci a luta por hegemonia se dá primeiro no campo da ética, depois na política e finalmente na concepção do real, assegurando, a própria luta pela hegemonia, a perspectiva crítica de si mesmo. A consciência de fazer parte de uma força hegemônica e política é o primeiro passo para autoconsciência, na qual teoria e prática se

unificam. Eis o impacto filosófico do conceito de hegemonia: unidade intelectual a uma ética adequada à concepção do real que superou o senso comum, e tornou-se crítica. O desenvolvimento do conceito de hegemonia é um progresso filosófico e prático-político (GRAMSCI, 2000a, p. 104-105). A hegemonia é constituída a partir de um conceito essencialmente relacional, prático e dinâmico, caracterizando-se como um avanço notável diante de ideologias mais escolásticas encontradas nas correntes mais vulgares do marxismo (EAGLETON, 1997, p. 107). Percebe Gramsci que não basta o controle dos meios de produção para a transição rumo ao socialismo: é necessário também assumir a direção política e cultural das forças sociais. Eis a relevância e o valor filosófico da hegemonia gramsciana, que constitui uma forte conexão entre a teoria e a prática, um instrumental relevante para a construção de uma nova sociedade, na estrutura e na superestrutura, realizar uma reforma intelectual (GRUPPI, 1978, p. 2).

Quando se trata de hegemonia, se trata da direção político-cultural, intelectual e moral do conjunto das forças sociais. “Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico” (PORTELLI, 1990, p. 16). Ter hegemonia é ter “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo”, ser capaz de manter articulado um grupo de forças heterogêneas, estabelecendo um consenso, de modo que evite a recusa da ideologia dominante (GRUPPI, 1978, p. 70). É possível destacar pelo menos dois significados da hegemonia em Gramsci. Pode ser abordada como um processo no qual a classe dominante exerce o controle da sociedade civil, através da liderança moral e intelectual, caracterizando um processo transformativo e pedagógico. O segundo significado é pertinente à relação entre classes dominantes e classes dominadas, a imposição da visão de mundo da classe dominante para estabelecimento do consenso, que, entretanto, não é estático. “A hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito” (CARNOY, 1998, p. 95).

Gramsci conclui, assim como Plekhanov, Axelrod e Lênin, que, para que uma classe possa ser hegemônica, esta deve ser uma classe nacional. Para ser dominante, a classe deve ser dirigente, ou seja, deve ser capaz de estabelecer e sustentar o consenso da maioria dos trabalhadores. A classe dirigente, mesmo detendo a hegemonia, não dirige todas as classes, toda a sociedade, mas somente as classes auxiliares, as quais servem de

base social e de força diante as demais classes. A hegemonia jamais é total, totalizante: é a possibilidade de um grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante (PORTELLI, 1990, p.69). A classe dominante quando perde o consenso é unicamente dominante, não dirigente (GRAMSCI, 2000c, p. 184). Desse modo, o proletariado, não deve valer-se apenas da coerção para estabelecer seu poder político: deve buscar o consenso das massas trabalhadoras, sendo que a conquista da hegemonia deve preceder a conquista do poder (COUTINHO, 2003, p.68-70). A conquista da hegemonia deve ser um processo que expresse os interesses, as reivindicações e a função das classes subalternas (GRUPPI, 1978, p.72).

A síntese de BUCI-GLUCKSMANN (1990, p. 85-87) é pertinente: o conceito de hegemonia abarca as estruturas do Estado, de modo que uma classe deve tornar-se dirigente de seus aliados, antes de ser tornar dominante diante das classes antagônicas. A classe que pretenda ser hegemônica deve, entretanto, atender às seguintes condições: econômicas (ser capaz de promover a passagem de um modo de produção para outro); políticas (deve ser classe nacional não corporativista); e culturais (capacidade expansiva de uma classe hegemônica não se limita à direção política, ou seja, deve alcançar uma concepção de vida, um programa escolar, voltados para uma reforma intelectual e moral). O monopólio intelectual, a atração sobre os intelectuais de outros grupos sociais é aspecto relevante dentro do conceito de hegemonia de Gramsci, formando um bloco ideológico. A hegemonia se estabelece em bases consensuais, de modo que a massa apolítica favorece o uso da força, enquanto a massa politizada e organizada favorece o consenso, para garantia do Estado legal. A opinião pública é ligada à hegemonia política, sendo o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre consenso e força. A opinião pública de hoje é produto das revoluções burguesas, é o conteúdo político das vontades políticas públicas, motivo pelo qual se verifica a luta pelos meios de comunicação (GRAMSCI, 2000c, p. 265).

Contrapondo o economicismo vulgar característico da leitura reducionista do marxismo, Gramsci afirma, a partir da conceituação de hegemonia, que não basta a primazia econômica para consolidação da hegemonia: é necessário divulgar uma nova concepção de vida (PORTELLI, 1990, p. 65-66) para que seja possível a transformação cultural que servirá de base para o consenso sobre o qual se assenta uma nova concepção de mundo. A cultura é o meio para a estruturação política de uma classe, campo para estabelecer hegemonia. É através da cultura que se torna possível a tomada de consciência sobre os problemas e as

situações vivenciados pelos diversos sujeitos sociais. Gramsci afirma e estabelece suas teses a partir da idéia de que a luta das classes subalternas não se dá apenas no campo econômico, a condição de classe intelectualmente subalterna deve ser revertida (SIMIONATTO, 2004, p.29). A hegemonia é viável a partir de uma atuação pedagógica sobre e para as massas subalternas. Se por um lado a educação das massas, dentro de um sistema hegemônico, serve para a conformação dos subalternos aos padrões culturais e políticos das classes hegemônicas, por outro, a educação das massas é fundamental para que uma nova classe venha a ser hegemônica. Tal concepção deriva da representatividade que tem a cultura, a transformação ou evolução cultural para uma nova sociedade, não capitalista, no pensamento político de Gramsci. Da hegemonia origina-se a formação de um bloco ideológico, representativo de uma necessária concepção de vida, de dignidade intelectual, e, especialmente, um programa escolar. (PORTELLI, 1990, p. 66).

1.4 Hegemonia e revolução passiva

O estudo crítico sobre a unificação política da Itália, o *rissorgimento*, e as distinções econômicas entre norte e sul, a “questão meridional”, se apresentam como o sustentáculo histórico para o desenvolvimento do que é hegemonia no pensamento gramsciano. O conceito de hegemonia ganha maior destaque a partir do ensaio sobre temas meridionais (SIMIONATTO, 2004, p. 38), incorporando ao aspecto político estratégico o conceito de aparelho hegemônico (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 69). No conceito gramsciano de hegemonia percebe-se como a estratégia de atuação política se torna teoria destinada à compreensão do Estado, e como a teoria realimenta a estratégia de luta, garantindo a riqueza dialética, o distanciamento do bizantinismo. A relação teoria – estratégia é dinâmica e rica, sempre presente na perspectiva da política real de Gramsci, especialmente em suas anotações sobre Maquiavel. Na análise realista e dialética de Gramsci não cabem os modelos de atuação prontos e acabados, para os quais “a vontade real se transforma em um ato de fé, numa certa racionalidade histórica, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado”, que resulta na falta de iniciativa de luta e se transforma em uma religião dos subalternos (GRAMSCI, 2000a, p. 106, 107). A riqueza da filosofia da práxis e a completude desta repousam na concepção de materialismo dialético, na idéia de que “tudo é política, inclusive a filosofia ou as

filosofias, e a única filosofia é a história em ato, ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 2000a, p. 246).

Nos escritos sobre “a questão meridional” são abordadas as diferenças econômicas e sociais numa sociedade que mantém resquícios quase feudais no sul da Itália, terra dos latifúndios meridionais, no qual três níveis sociais constituem o bloco agrário do *mezzogiorno*, composto pela massa amorfa de camponeses desorganizados de um lado, e de outro a pequena e média burguesia e os grandes proprietários de terra (PORTELLI, 1990, p. 99). O atraso no sul é condição para o desenvolvimento do capitalismo do norte, de modo que, para o rompimento desse bloco, no contexto de fragilidade do capitalismo italiano, a reforma agrária se fazia necessária. Percebe-se a composição de um bloco histórico constituído pelos industriais do norte e os proprietários de terra do sul. Bloco histórico é, portanto, o espaço da realização da hegemonia. Os conceitos de bloco histórico e de hegemonia são aplicados concretamente nas análises da questão meridional e do *risorgimento* (MACCIOCCHI, 1980, p. 148, 149).

O *Risorgimento* define a forma do Estado e da sociedade Italiana a partir do século XIX, quando a burguesia liberal moderada juntou-se ao latifúndio e, sob a monarquia piemontesa, realizou algumas reformas na economia italiana, sem ruptura com os resquícios do bloco histórico pré-capitalista. Não ocorreu a ruptura revolucionária, a composição de uma nova classe hegemônica. Verifica-se uma revolução passiva, a realização de reformas sociais feitas sem a participação de um novo bloco no poder, sem a participação popular. A vanguarda que deveria ser revolucionária foi cooptada por setores reformistas, que estabelecendo o consenso realizaram um processo de modernização conservadora, com o desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção das relações sociais atrasadas. Assim, temos a diferença entre o sul quase feudal e o norte industrial, constituindo um bloco agrário-industrial cuja ruptura somente se dará, segundo Gramsci, a partir da união do camponês e do proletariado, como uma classe nacional, capaz de estabelecer uma nova hegemonia (COUTINHO, 2003, p. 67-69).

Na Itália não se formou uma força jacobina que fundasse um Estado moderno, sendo determinante o caráter dos intelectuais orgânicos que permeavam a sociedade italiana, os quais possuíam um caráter cosmopolita, operando a serviço dos conservadores proprietários de terra. A transformação jacobina deveria incluir na ação a massa camponesa, a milícia de Maquiavel (GRAMSCI, 2000c, p. 18). Ainda, afirma que na Itália nunca houve

reforma intelectual que envolvesse as massas: só as classes mais altas participam das mudanças, como, por exemplo, no renascimento (GRAMSCI, 2000a, p. 233). O risorgimento não é produto da inviabilidade da aliança entre camponeses e operários no período, mas sim da importância que teria, e que não assumiu, a burguesia italiana em opor-se a oligarquia e a influência externa na consolidação do Estado nacional. Ou seja, deveria ter sido a burguesia italiana hegemônica, a partir da atuação política da burguesia urbana (PORTELLI, 1990, p. 77). A fraqueza orgânica da história italiana, deriva da consolidação do Estado a partir de uma revolução passiva, que teve seu esteio sobre bases atrasadas, com os moderados dirigindo o processo de formação histórica da Itália contemporânea. O Intervencionismo do Estado na economia italiana introduziu elementos para planificação da economia, que no máximo visou a limitação do lucro e da propriedade, para garantir e promover o desenvolvimento industrial sob a direção das classes dirigentes tradicionais (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 396-397)

A “revolução sem revolução”, a revolução passiva, é oposta ao modelo revolucionário jacobino percebido na França, e define a formação histórica, econômica, filosófica e social do povo e das instituições italianas. Tais dados históricos comprovam para Gramsci a relevância da hegemonia para uma classe, a qual, sendo hegemônica, seria capaz de realizar a direção intelectual e moral da sociedade para ser, efetivamente, revolucionária. Tal direção não foi conseguida no risorgimento por conta da incapacidade do partido da ação, um partido da pequena burguesia urbana, que não incluiu em sua base social as massas camponesas, ou seja, não ampliou sua base de ação, não sendo dirigente de uma aliança de classes. Assim, não obteve hegemonia, se consolidando a revolução passiva que caracteriza o risorgimento, com a forte atuação do partido moderado, que constituía a classe dirigente, enquanto os burgueses formavam a classe dominante, que, entretanto, não conseguiu atrair as demais classes para as mudanças democráticas. Os intelectuais das classes que deveriam ser opositoras, revolucionárias, uniram-se aos intelectuais da classe dominante; a burguesia que deveria capitanear uma revolução na Itália preferiu um acerto com a aristocracia, escapando do apoio das camadas populares para contrapor a aristocracia. A burguesia italiana recusou a função de dirigente, optando por uma dominação descompromissada com as camadas sociais subalternas realizando um transformismo político (PORTELLI, 1990, p. 64-71). A carência de hegemonia econômica da burguesia italiana contribuiu de forma importante para a revolução passiva, para o transformismo, para a revolução sem revolução (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 78-79).

A revolução passiva também é pertinente para a compreensão de movimentos políticos totalitários, como o fascismo na Itália, caracterizado pela rejeição de novas formas de autonomia (partidos, sindicatos e associações culturais) incorporando-as ao Estado, totalitário e policial. A partir da concepção de revolução passiva, o fascismo pode ser entendido como uma reorganização das relações entre sociedade civil e Estado, que tem como gérmen a crise do Estado liberal. No fascismo ocorre a identidade entre partido e Estado, cabendo a estrutura partidária funcionar como agente da não-revolução, assumindo a função de unificação da sociedade. O partido fascista, burocrático e policial, é o divulgador de uma ideologia moralizante serve como política indireta, numa atuação que considera as massas como simples massas de manobra. No fascismo verifica-se, portanto, uma revolução sem revolução, uma revolução-restauração, um processo revolucionário sem hegemonia e sem iniciativa popular unitária, traduzido no conservadorismo liberal e no transformismo político. A revolução restauração fascista nasce de um desequilíbrio catastrófico de forças, enquanto o movimento operário já se encontrava na defensiva, num momento de revolução ou reação. Cabe uma ressalva: enquanto a forma de revolução passiva definida por Gramsci se baseia na cooptação da direção das classes antagônicas, o fascismo decapita as oposições políticas, pela força e pela repressão (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 371-392, 404).

1.5 Hegemonia, ocidente e luta política

O estudo da superestrutura, numa conjuntura na qual se consolida a democracia a partir do sufrágio universal, e das organizações políticas de massa, resulta em implicações importantes para a estratégia e ação política socialista, que levam a conclusão de que o estremecimento do Estado nos países de capitalismo industrial, ou seja, de tipo *ocidental*, é absorvido por uma sólida estrutura da sociedade civil, considerando a coesão cultural obtida pelo capitalismo (GRUPPI, 1980, p.79). A revolução permanente na sociedade civil fluida é substituída pela hegemonia civil dentro do capitalismo concorrencial. Assim, ocorre na política o que ocorre na guerra: a guerra de movimento se transforma em guerra de posição. A estrutura das democracias modernas (como organizações estatais e associações civis) são as trincheiras da frente de combate da guerra de posição. Faz com que o elemento movimento, que antes constituía

toda a guerra, seja apenas parcial. Tais aspectos são pertinentes, especialmente, aos países de capitalismo de tipo ocidental (GRAMSCI, 2000c, p. 24). Contemporâneo a stalinização da internacional comunista, com a referência paradigmática da URSS entre grande parte dos comunistas, Gramsci foi o único entre os comunistas que vivenciaram as derrotas da década de vinte e trinta do século passado, a defender a idéia de que o modelo de revolução soviética não poderia simplesmente ser aplicado no ocidente. Mais prudente, teorizou sobre os porquês de tal impossibilidade, motivo que fundou o caráter de único pensador marxista a estabelecer uma teoria sobre a revolução socialista no mundo ocidental (ANDERSON, 2002, p. 68).

A fluidez, caracterizada pela sociedade civil gelatinosa, onde o Estado, a sociedade política, é “tudo”, centralizador político e cultural, é substituído pela democracia moderna. O fracasso da revolução no ocidente é produto da desconsideração das distinções entre o oriente, palco da revolução russa, onde a sociedade civil é fragilizada, e o Estado, baseado na coerção, é quase absoluto, e o ocidente, local da democracia moderna e do capitalismo concorrencial. No ocidente travam-se batalhas na sociedade civil para conquista de espaço, da direção político-ideológica e do consenso. Ressalte-se que a separação ocidente/oriente é histórica, não geográfica (COUTINHO, 2003, 148-149). As diferenças entre as duas realidades, oriental e ocidental podem ser sintetizadas da seguinte maneira: no oriente a sociedade civil é gelatinosa, débil, sendo o Estado preponderante, de modo que a luta política deve ser realizada através de um ataque direto contra o Estado, nos moldes bolcheviques, deflagrando-se uma luta em ritmo mais acelerado. No ocidente a sociedade civil é mais desenvolvida, mais sólida, o Estado é mais equilibrado, sem preponderância, devendo a luta política, em função das características da sociedade civil e do Estado, ser realizada através da guerra de movimento, mais demorada ao longo da história (ANDERSON, 2002, p. 21).

A sociedade civil, nos estados mais avançados, torna-se uma estrutura muito complexa e resistente às alterações catastróficas da economia, momentos nos quais as superestruturas da sociedade civil têm a função dos sistemas de trincheiras na guerra moderna. Nas crises econômicas e políticas, tanto como nos bombardeios, nem os atacantes subitamente assumem o espírito agressivo para luta, nem os defensores estão destruídos (GRAMSCI, 2000c, p. 73). No ocidente, ou seja, nas democracias modernas, dos partidos de massas, dos sindicatos e dos grandes meios de comunicação, encontra-se maior equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado, “a estrutura das democracias modernas”, realidade na qual o Estado

apresenta-se como uma trincheira mais avançada da sociedade civil (ANDERSON, 2002, p. 21). Tal equilíbrio, concreto, verificável nos países de tipo ocidental, contraria as teses economicistas pelas quais se defende a idéia de que um abalo na base econômica implicaria em transformações e rupturas do Estado. Para a contraposição das trincheiras e fortificações das classes dominantes na sociedade civil é necessário o espírito de cisão, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, tendente a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais. Tudo isso se dá com trabalho ideológico, que deve ser precedido pelo conhecimento “do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana” (GRAMSCI, 2000a, p. 79).

Se não basta a luta pelo controle dos meios de produção, é necessário assumir a hegemonia, a direção político-cultural do conjunto das forças sociais, a partir de uma guerra de posição. No Estado característico do capitalismo ocidental, antes de ter o controle do aparato Estatal, se faz necessário obter a hegemonia na sociedade civil (PORTELLI, 1990, p.38). Isso, porque nos países de capitalismo e de democracia mais desenvolvidos a luta política é muito mais complexa do que a guerra militar, e se dá de três formas: movimento; de posição, e subterrânea. Entretanto o modo de luta política mais adequado no “ocidente” é o característico da guerra da posição, mais lenta, gradual, a conquista progressiva dentro de uma classe e das classes aliadas da consciência de sujeitos históricos (GRAMSCI, 2000c, p. 124).

A guerra de posição, adequada para o mundo ocidental, caracteriza-se pela primazia da luta ideológica voltada para a conquista da hegemonia. Contrapõe-se ao modelo de guerra de movimento, de revolução permanente, defendida pelo trotskismo, caracterizado como desvio economicista, criticado por Gramsci, o qual, numa crítica ao espontaneísmo e à revolução permanente, elabora a idéia da guerra de movimento (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 310). A guerra de posição é adequada à sociedade moderna, na qual a luta direta contra o Estado ou a ocupação de fábricas, idéia característica da época dos conselhos de fábrica, não são suficientes. A cultura deve ser contestada em todos os campos possíveis, considerando que o poder da classe dominante é “espiritual assim como material, qualquer contra-hegemonia deve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado, de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais” (EAGLETON, 1997, p. 96).

No contexto ocidental, um abalo do Estado demonstra que este é apenas uma trincheira avançada da ordem econômica, existindo uma estrutura equilibrada que

desautoriza a superestimação de qualquer crise econômica do capitalismo. As crises revolucionárias no ocidente são mais complexas, não ficam apenas no campo econômico, englobando vários níveis, capazes de se desenvolverem em períodos mais ou menos longos. Desse modo, não impõem soluções rápidas, através de um ataque direto ao Estado (COUTINHO, 2003, p. 151). A estratégia revolucionária passa a ser uma longa guerra de trincheiras, com imobilidade entre dois campos fixos, na qual um lado procura minar culturalmente e politicamente o adversário, existindo um cerco recíproco, sendo importante o cálculo, a paciência e a criatividade na atuação política e ideológica. A ênfase é a conquista ideológica das massas, sem espaços para aventuras revolucionárias mais fugazes. No período da guerra de posição o partido revolucionário busca ganhar as massas pela ideologia para estabelecer um consenso sobre bases socialistas, capaz, se necessário, de servir de aporte para um ataque ao Estado-coerção (ANDERSON, 2002, p. 87-88).

No exercício da hegemonia, a classe fundamental, hegemônica dirige a sociedade pelo consenso, resultante do controle da sociedade civil, com a difusão de sua concepção de mundo junto aos demais grupos sociais. Através dos aparelhos de hegemonia, dentre os quais está a opinião pública, incorpora-se a ideologia da classe hegemônica ao senso comum, sendo o papel da sociedade política amparar e auxiliar tal consenso, garantir o consenso pela coerção ou pela ameaça de coerção (PORTELLI, 1990, p.67-68). Dentro da teoria gramsciana, que abrange instituições, ideologias, práticas e agentes, importante papel tem os aparelhos de hegemonia, os quais podem ser definidos como instituições, pretensamente privadas, e espaços que têm a função de servir como meios para repercussão ou criação de ideologias voltadas para a manutenção ou construção da hegemonia na sociedade. Dentro da concepção ampliada de Estado elaborada por Gramsci, os aparelhos de hegemonia são organizações pretensamente privadas, destinadas ao exercício de hegemonia de uma classe, como as igrejas, os sindicatos, os jornais e as escolas, por exemplo.

Os aparelhos privados de hegemonia possuem duas dimensões: política e jurídica. O Estado é constituído pelos aparelhos privados de hegemonia mais o aparelho governamental do Estado, conforme a teoria ampliada de Estado. Os aparelhos privados de hegemonia são de produção e de natureza cultural e ideológica. Assim, o exercício da hegemonia deve relevar os interesses dos “hegemonizados”, para garantia do equilíbrio social. Entretanto, cabe afirmar que se a hegemonia é ética e política, ela não pode deixar de ser econômica (BUCI-

GLUCKSMANN, 1990, p. 36, 99). As instituições não são, portanto, voltadas exclusivamente para as atribuições administrativas, burocráticas e tecnológicas: são permeadas por conteúdo político, que serve para que a classe dominante seja expansiva, capaz de reproduzir o seu controle sobre o conjunto da sociedade (CARNOY, 2004, p.96).

Segundo o inglês Terry EAGLETON (1997, p. 106)

Com certas incoerências notáveis, Gramsci associa a hegemonia à arena da sociedade civil, com o que pretende designar todo o espectro de instituições intermediárias entre o Estado e a economia. Estações de televisão privadas, a família, o escotismo, a Igreja metodista, escolas, a Legião Britânica, o jornal *Sun*: todos eles seriam dispositivos hegemônicos que submetem os indivíduos ao poder dominante antes pelo consentimento do que pela coerção. A coerção, em contraste, é reservada ao Estado, que tem o monopólio da violência “legítima”. (Devemos notar, porém, que as instituições coercitivas de uma sociedade – exército, tribunais de justiça e o resto – devem elas mesmas conquistar o consentimento do povo para operar com eficiência, de modo que a oposição entre coerção e consentimento possa, até certo ponto, ser desconstruída).

A necessidade de tornar-se classe nacional, capaz de alcançar as classes subalternas, é fundamental para a luta hegemônica. Tal intento, entretanto, não foi realizado a partir da experiência dos conselhos, incapazes de agregar os camponeses às pautas dos operários, inviabilizando o processo de conquista e de consolidação da classe operária como classe hegemônica, capaz de realizar a reforma intelectual e moral, o sentido mais profundo de hegemonia (GRUPPI, 1978, p. 72). A luta política consciente deve ser previamente projetada, não sendo produto de espontaneísmos, para se fazer compreender diante das massas e para poder produzir maiores e melhores efeitos dentro das crises de hegemonia das classes dominantes. Deve ser capaz de romper os entraves da política tradicional para modificar a direção política de determinada força social, com vistas a estabelecer um novo bloco histórico, homogêneo (GRAMSCI, 2000c, p.70). A tarefa de realizar a consolidação da classe trabalhadora na Itália cabe ao partido político, que é definido, numa referência à Maquiavel, como o moderno príncipe, fundamental para a concretização de uma vontade coletiva, sendo o gérmen e o catalizador da vontade coletiva universal e total. Enquanto o príncipe de Maquiavel deveria “conduzir um povo à formação do novo Estado” (GRAMSCI, 2000, p.14), o moderno príncipe

deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade

coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2000, p. 18).

O caráter orgânico do partido gramsciano favorece a organização das massas. O partido político deve ser capaz, portanto, de conduzir a reforma intelectual, moral e ideológica em nossa sociedade, coordenando e sendo a expressão atuante da vontade coletiva, exercendo funções organizacionais e pedagógicas (GRAMSCI, 2000c, p.16-18). O partido é “concebido, organizado e dirigido de modo e forma capaz de se desenvolver integralmente em um Estado e numa concepção de mundo”. O desenvolvimento do partido reage sobre ele próprio e exige aperfeiçoamento e reorganização contínua. (GRAMSCI, 2000c, p. 345).

Gramsci entende que o partido não é um organismo corporativo, mas, sim, um organismo universal, pois a possibilidade de tornar-se classe hegemônica condiciona-se na capacidade da classe operária elaborar, de modo homogêneo e sistemático, uma vontade coletiva nacional-popular, construindo um novo bloco histórico e assumindo o papel de classe dirigente. A construção dessa vontade coletiva é papel prioritário do partido político ou, segundo Gramsci, do moderno príncipe (MEZZAROBBA, 1995, p. 23).

A perspectiva crítica diante do mundo é o ponto de partida para luta pela hegemonia, que não é apenas política: é cultural, ideológica e moral. O unificador de teoria e prática é o partido, criado para educar e politizar a espontaneidade das massas. Remetendo à Maquiavel, Gruppi aponta a autonomia da política, que não se funda na moral tradicional, tem leis próprias, funda uma moral imanente, cujo fim não é a salvação das almas dos indivíduos, mas o agir em prol da coletividade. Para Maquiavel a violência e o engano são recursos passíveis de serem utilizados contra a aristocracia, mas não contra o povo. O príncipe gramsciano, o partido político, é sujeito coletivo unificador, o reformador intelectual e moral, realizador da luta ideológica rumo a uma cultura que está além dos limites do capitalismo e da democracia meramente formal. O partido tem um projeto universal, age dentro da realidade nacional abrangendo todas as instâncias da vida social. (GRUPPI, 1978, p. 72-73). Assim, é capaz de realizar a superação dos corporativismos, combatido por Gramsci desde os tempos dos conselhos.

O partido se estrutura sobre três níveis de intelectuais orgânicos: o homem médio; o estrato coesivo, que compõem a direção (nível mais importante para um partido de massa, sendo garantia de organização); e o estrato intermediário que opera a ligação entre os dois níveis indicados acima. Tal definição de estrutura partidária tem relação com a idéia incorporada por Gramsci de que é mais difícil formar generais do que soldados. Não se trata, porém, de uma estrutura estanque. Num partido democrático, deve existir garantia de trânsito efetivo entre os níveis indicados, sendo que estes níveis desaparecem na medida em que supera o estágio econômico corporativo. Deve, ainda, não ser meramente executor, mas efetivamente deliberativo, além de progressista (COUTINHO, 2003, 177-178).

O enfoque orgânico dos partidos políticos entrado nas potencialidades que oferecem na organização dos indivíduos com vistas à mudança do sistema político. Mais que mera instância de representação política, ao partido cumpriria a missão de possibilitar o desenvolvimento da consciência política de seus integrantes e, a partir deles, da sociedade como um todo. Ferramenta poderosa de transformação revolucionária, enquanto mudança radical do paradigma político, não necessariamente violenta, a essa abordagem orgânica cabe fornecer um modelo prescritivo (...) Valoriza-se seu papel essencial como canalizador das expressões e demandas da sociedade (MEZZAROBÀ, 2004, p. 123).

A potencialidade do partido para conquistar a hegemonia reside na capacidade que este tem de abarcar pautas e demandas sociais que alcançam os vários aspectos da vida de um país, extrapolando os limites do corporativismo operário e sindical. Como se realiza esta superação do corporativismo através do partido? Segundo Gramsci, o partido pode atuar em dois sentidos. Em sentido estrito, política refere-se à rotina política, aos hábitos políticos tradicionais, a atuação de governantes e governados limitados ao âmbito parlamentar. Neste caso não temos a ação transformadora da realidade. O maior potencial para hegemonia é encontrado na atuação política em sentido amplo, na qual política é a liberdade, a universalidade, a práxis transformadora da realidade. Nesse sentido política é o lugar em que se opera a *catarse*, ou seja, a superação do momento econômico, relativo ao egoísmo passional, para o momento ético-político. Trata-se da passagem do estágio da necessidade para a liberdade; do determinismo econômico para a liberdade política. É o equivalente gramsciano da passagem marxiana da *classe em si* para *classe para si*. Não sendo realizada a *catarse*, uma classe não consegue ser nacional, não pode ser representante de um bloco histórico majoritário, e, assim, não se torna hegemônica. Toda a práxis

carrega a potencialidade do momento catártico, a saída da manipulação e da condição subalterna para a transformação (COUTINHO, 2003, p.90, 91, 150-151). O moderno príncipe, sujeito coletivo surgido no seio das classes subalternas, tem como objetivo final a superação das divisões entre governantes e governados, ou seja, vislumbra a sociedade regulada pensada por Gramsci.

Para definir a catarse política, Gramsci faz referência ao movimento orgânico das ondas da revolução francesa. Esta revolução é um longo processo continuado, “em ondas”, que avança até 1870, época da Comuna de Paris, quando “o velho é derrotado, e o novíssimo também”. Gramsci analisa as forças políticas que atuam dentro do longo processo histórico, avaliando o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançados pelos grupos sociais atuantes no período, dividindo em três etapas a evolução política e revolucionária destes grupos. Em um primeiro momento, verifica-se a etapa econômico-corporativa; no segundo momento, surge a consciência mais ampla da solidariedade econômica; e, finalmente, no terceiro momento, encontra-se o estágio político-ideológico, a consciência de que os interesses superam o ciclo corporativo, e podem se tornar interesses de outros grupos subordinados. Trata-se da fase política da revolução, da passagem da estrutura para superestrutura, para hegemonia (GRAMSCI, 2000c, p.39-41). BUCI-GLUCKSMANN (1990, p.124) define didática e claramente as três etapas do momento econômico-político: o primeiro estágio é o momento econômico-corporativo: momento da base profissional, da comunidade de interesses, da consciência de classe; segundo momento é o da unidade de classe, da luta econômica no Estado; e, finalmente, o nível político: hegemonia e estabelecimento da relação integral Estado/sociedade/classe. De modo simples, Florestan FERNANDES (1995, p. 186) afirma que Gramsci descreve as fases da luta do operariado: primeiro resistir ao capitalismo por meio do sindicato, depois tomar o poder e, por fim, socializar os meios de produção. Observamos um permanente avanço dialético, que demonstra uma das importantes contribuições do filósofo italiano à causa operária.

A ação política do proletariado deve avançar do estágio mais corporativista para um patamar político que possibilite a classe operária estabelecer o consenso e conquistar corações e mentes, ou seja, realizar a essência da hegemonia, ter capacidade e organização para a luta hegemônica. Esta conclusão serve como base teórica e política para analisar o fracasso do movimento socialista na Europa, resultado de atuações fundadas em um subversivismo esporádico, desorganizado e atomizado, que favoreceu a reação das classes

dominantes. Gramsci critica o equívoco das táticas que custaram tantas derrotas, como a idéia de Trotsky de revolução permanente, tida por Gramsci como corporativismo que afasta as massas da hegemonia (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 341). As críticas contra Trotsky e Rosa Luxemburgo, consideram que a ação revolucionária defendida por eles resultou em um acúmulo de derrotas e no conseqüente dismantelamento da capacidade de ação organizada das classes subalternas. Outro objeto de crítica é a análise que Rosa Luxemburgo faz da revolução de 1905, segundo Gramsci condicionada por preconceitos economicistas e espontaneístas (GRAMSCI, 2000c, p. 71). Os movimentos socialistas, por conta da inadequação de suas atuações políticas, foram incapazes de realizar as revoluções socialistas e, para agravar o quadro, incapazes de evitar o crescimento das ideologias totalitárias de extrema-direita, o fascismo e o nazismo. Esta incapacidade é um reflexo da transposição para as realidades diversas, de maneira mecânica, acrítica e sem o adequado reconhecimento do campo de ação, do modelo de luta bolchevique, fonte inspiradora para o próprio Gramsci no período dos conselhos.

O partido, em suma, deve ser um organismo capaz de realizar a catarse, capaz de ser universalizante, que representa a elevação de uma parte da classe, a vanguarda, da fase econômica corporativa para a fase política, uma elevação que ocorre em diferentes níveis nos outros segmentos da classe. Remete à Lênin, afirmando o conflito particularista entre patrão e empregado leva apenas a uma consciência parcial, limitada, sindicalista. A repetição do conflito sindicalista, em última instância, leva a reprodução da formação econômico-social existente, não permite a passagem para o momento ético-político, no qual pode o proletariado tornar-se nacional, dirigente e hegemônico, dada a capacidade de elaborar, homogeneamente, e de modo sistemático, uma vontade coletiva nacional-popular. Só com essa vontade coletiva pode se formar um novo bloco histórico, no qual a classe operária é dirigente, sendo papel do partido a realização da síntese e a mediação entre as classes, a partir da construção homogênea da vontade coletiva, que é prioridade na atuação político-partidária (COUTINHO, 2003, p. 150-151).

1.6 Ideologia, senso comum e intelectual orgânico

Gramsci supera o conceito de ideologia como sistema de idéias, sustentando a idéia de ideologia como prática social, vivência, habitualidade, adequado o conceito à idéia de hegemonia, dinâmica, nunca definitiva, devendo ser sempre reafirmada pelo grupo social hegemônico. Não se trata, portanto, de um conceito negativo de ideologia, vista como mera aparência (EAGLETON, 1997, p. 107-108). O conceito de ideologia não se reduz ao conceito marxiano de ideologia, nem se confunde com o reducionismo mecanicista que considera as manifestações superestruturais como reflexos alienantes e distorcidos, ou seja, ideológicos, das relações materiais existentes na estrutura. Trata-se de uma concepção ampla de ideologia que alcança as ciências, calcada em uma análise baseada na historicidade (PORTELLI, 1990, p. 24). Não aborda ideologia somente como forma de representação, de disfarce das reais relações de produção, conforme os interesses da classe dominante. A ideologia, segundo Gramsci, abarca a noção de mundo implícita em todo o agir individual e coletivo, e, para a filosofia da práxis, o ser não se separa o pensar, do contrário trata-se de abstração sem sentido (GRAMSCI, 2000a, p. 99, 175).

Segundo COUTINHO (2003, p. 111,114), Gramsci oferece uma completa teoria marxista sobre a ideologia. A partir da superação da idéia da falsa consciência, compreende ideologia como realidade prática, como fenômeno ontológico-social. Afastando-se da leitura pejorativa da ideologia, afirma que filosofia é ideologia, porque une a compreensão do mundo com normas de conduta adequadas para essa concepção, do mesmo modo que não separa filosofia da política. A ideologia se apresenta como o meio para a hegemonia, capaz de alterar a vida humana, visto que se trata de uma força real. Sobre a relação hegemonia-ideologia, EAGLETON (1997, p. 105) afirma que ideologias podem ser impostas pela força, enquanto que o conceito de hegemonia se sustenta no consenso por meios ideológicos ou pela utilização do aparato normativo estatal. “A hegemonia é uma categoria mais ampla do que a ideologia: *inclui* a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela”.

Sobre a ideologia, Gramsci percebe a possibilidade de considerá-la tanto como meio de dominação, como meio para a emancipação das classes subalternas, ou seja, define ideologia para além da leitura negativa, alcançando a idéia de processo para contraposição

ao domínio político, cultural e econômico (ARRUDA JR., 1997, p. 32). Às classes subalternas compete desenvolver de modo autônomo sua ideologia, base para a luta pela hegemonia, para a consolidação de uma cultura superior a que existe dentro do mundo capitalista. A ideologia é, portanto, elemento de unificação social, impregnando todas as atividades, todas as práticas da vida, sendo terreno estratégico para a luta de classes. Ocorre em Gramsci a desnaturação do conceito de ideologia pura aparência (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 84.). No historicismo e na práxis defendidos por Gramsci, base para a concepção de ideologia, percebe-se que não existe espaço para maniqueísmos e reducionismos dogmáticos, mas o realismo e o reconhecimento de possibilidades políticas e filosóficas rejeitadas pelo marxismo mais “puro”, percebendo-se aí influências da leitura que Gramsci fez de Maquiavel.

O marxismo é simplesmente uma forma de consciência histórica adequada ao presente momento e desaparecerá quando esse momento for, por sua vez, ultrapassado. Se percebe contradições históricas, também percebe-se como um elemento dessas contradições e, na verdade, por ser mais consciente é a sua expressão mais completa. O marxismo afirmar que toda a verdade supostamente eterna tem origens históricas é inevitavelmente voltar essa perspectiva para si mesmo. Quando isso não ocorre, o marxismo rapidamente petrifica-se em uma ideologia metafísica (EAGLETON, 1997, p. 109).

Gramsci estabelece distinções entre ideologias orgânicas e ideologias arbitrárias, transitórias. Distingue, pois, ideologias historicamente orgânicas, necessárias a uma determinada estrutura, de ideologias racionalísticas, arbitrárias ou voluntaristas. Enquanto as ideologias necessárias, ou seja, as orgânicas alcançam uma validade “psicológica”, servindo para organizar as massas, formando o terreno sobre o qual os homens se movimentam, as ideologias arbitrárias não possuem tamanha capacidade, considerando que criam “movimentos” individuais, com inserções transitórias nas consciências dos homens, sustentando-se, por exemplo, em polêmicas, ou, simplesmente, na força (GRAMSCI, 2000a, p. 237). Na sociedade civil, espaço a priori da hegemonia, da luta hegemônica, têm maior relevância as ideologias orgânicas, que estão vinculadas a uma classe fundamental, hegemônica. A ideologia orgânica desenvolve-se a partir do campo econômico para todas as atividades do grupo dirigente, realizadas pelos *intelectuais orgânicos*. Os diferentes aspectos de uma ideologia, ainda que pareçam ser independentes, constituem um todo: a concepção de mundo de uma classe fundamental (PORTELLI, 1990, p. 23).

Contra as ideologias arbitrárias produzidas por um grupo social, como o fascismo, sustenta-se a ideologia orgânica, inspirada em grandes bases filosóficas e históricas, originadas de classes ou grupos com vocação para o exercício da hegemonia. A filosofia da práxis se enquadra no rol das filosofias orgânicas. A superação das ideologias falaciosas (eis um conceito negativo de ideologia para Gramsci, numa perspectiva crítica diante do liberalismo, uma ideologia orgânica), deve ser realizada a partir da luta baseada na filosofia da práxis, capaz de unificar culturalmente os homens (COUTINHO, 2003, p. 115). As ideologias orgânicas possuem maior capacidade de ser internalizadas pelos indivíduos, sendo estas constitutivas de qualquer exercício de hegemonia real ao longo da história. Diferentemente, as ideologias arbitrárias possuem um alcance mais limitado, são mais fugazes. Não obstante toda a propaganda nazista e fascista tenha levado nações inteiras a uma fascinação cruel, tais ideologias não subsistem diante do movimento histórico. O elemento coerção, essencial para tais ideologias, que suplanta, aniquila toda e qualquer oposição, acaba por ser o gérmen da própria falência de tais ideologias. Assim, são as ideologias orgânicas que possuem o que EAGLETON (1997, p. 108) chama de dimensão psicológica da hegemonia, ou seja, a atuação sobre o indivíduo, especialmente de classe média, que se considera livre, sua própria sede de governo dentro da vida social. Percebe-se o papel importante das ideologias orgânicas: garantir o vínculo entre a base econômica, a vida produtiva, e a vida social, política e cultural. Constituir o vínculo orgânico entre o modo de produção capitalista e o liberalismo político, e a sociedade de cultura individualista. Sobre o consentimento das massas nas sociedades capitalistas, ANDERSON (2002, p. 43) afirma que:

A novidade desse consentimento é que ele toma a forma fundamental da crença nas massas de que elas exercem uma máxima autodeterminação no seio da ordem social existente. Assim, não é a aceitação da superioridade reconhecida de uma classe dirigente (ideologia feudal), mas a crença na igualdade democrática de todos os cidadãos no governo de uma nação – em outras palavras, a negação da existência de uma classe dirigente. O consentimento dos explorados numa sociedade capitalista é pois de uma modalidade qualitativamente nova, que produziu sugestivamente a sua própria extensão etimológica: consenso ou acordo recíproco. Naturalmente, a parte ativa da ideologia burguesa coexiste e se combina, sob um grande número de formas heterogêneas, com os hábitos e as tradições ideológicas muito mais antigas e menos elaboradas - em particular, aquelas da resignação passiva diante do mundo e a descrença de qualquer possibilidade de transformá-lo, gerada pela desigualdade de conhecimentos e de confiança, características de todas as sociedades de classe.

A ideologia é produzida e difundida em níveis diferentes, de modo que a filosofia mais sofisticada deve ser “traduzida”, ou seja, deve passar por ajustes de linguagem até se tornar acessível para a grande massa, até, finalmente, se inserir no senso comum, sendo característica de um determinado modo de vida, de uma determinada concepção de mundo vivenciada pela coletividade. Vale mencionar aqui a afirmação de Gramsci: “Tudo é política, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única filosofia é a história em ato, ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 2000a, p. 246). Fica claro que a filosofia é referência em qualquer sistema ideológico, a chave da ideologia, que, a partir do vínculo com a classe dirigente, influencia as normas de vida de todas as camadas sociais (PORTELLI, 1990 p. 24). A filosofia se confunde com política, como, por exemplo, na idéia de Rousseau de soberania popular e de representatividade política que alcança as massas com a compreensão, comum entre os indivíduos, de que todos participam efetivamente do jogo político de uma nação. A tese filosófica se realiza, é acessível para as massas, pois está arraigada no senso comum, e o ato de votar de quatro em quatro anos é a realização prática das teses de um filósofo contratualista. A expansividade da ideologia, orgânica, e da classe que a produz, se percebe no exemplo, motivo pelo qual pode servir como instrumento para o consenso e para legitimação do uso da coação. Enfim, como elemento ideológico para a hegemonia, que se sustenta não só pela atuação da classe hegemônica, mas também pelo domínio da ideologia dominante nas consciências e na vida dos dominados, os quais, até mesmo quando lutam contra a dominação, reconhecem a ideologia da classe hegemônica (CHAUÍ, 1982, p. 110).

A ideologia se constitui e se dispersa, pois, em níveis diferenciados. Tem como ponto de partida um conjunto de idéias sistematizadas, como, por exemplo, as teses filosóficas dos contratualistas, elaboradas de modo racional e fundadas na perspectiva de validade universal. A filosofia da ilustração e o liberalismo econômico e filosófico são representativos dos interesses de uma classe social, a burguesia, manifestação de luta pela hegemonia política, econômica, cultural e social. No primeiro momento a ideologia serve para produção de uma universalidade voltada para legitimação de um poder de classe (CHAUÍ. 1982, p. 108). As elaborações ideológicas avançam para os diversos campos sociais e pela diversidade cultural e econômica da sociedade, tendo como propósito sedimentar-se como característica de um determinado modo de vida, avançando para além de mero conjunto de idéias. Torna-se, portanto, senso comum, ou seja, se populariza, é aceito pela coletividade. Depois de consolidada como

senso comum, a ideologia se sustenta, demonstrando a expansão da classe que se assegura na condição de hegemônica, de classe dominante. Assim, mesmo que as classes subalternas, dominadas, percebam a existência de interesses defendidos por uma classe dominante, tal percepção não prejudica a aceitação de idéias e de valores da classe dominante. “A tarefa da ideologia consiste justamente em separar os indivíduos dominantes e as idéias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros” (CHAUI, 1982, p.109).

Existem estruturas ideológicas voltadas para a criação e a difusão da ideologia da classe hegemônica, quais sejam, por exemplo, os meios de comunicação pública e a opinião pública, materializados nas escolas, na igreja e na imprensa, organizações essencialmente voltadas para a atuação cultural, ideológica (PORTELLI, 1990, p. 27). Entretanto, o aparato ideológico se compõe a partir da interação das organizações precipuamente culturais, como as escolas e a imprensa, com organizações e instituições, voltadas para o exercício da coerção direta ou indireta, imediata ou latente. Tais instituições estatais realizam, reproduzem e garantem o modo de vida presente na ideologia da classe hegemônica, servindo como exemplo as forças armadas, o aparato policial e os tribunais. Os aparelhos ideológicos, sejam da sociedade civil ou da sociedade política, realizam a inserção da ideologia de uma classe dominante no senso comum, servindo para expansão da influência cultural de uma classe social. Arraigar-se nas diversas camadas sociais, nas classes subalternas, tornar-se senso comum é fundamental para a ideologia que se pretenda orgânica, ou seja, capaz de servir de sustentáculo para o exercício da hegemonia de uma classe sobre as demais. O senso comum pode ser considerado um desdobramento, um produto, da filosofia fundamental de uma classe hegemônica, não se impondo arbitrariamente, existindo adesão espontânea. As construções ideológicas arbitrárias são eliminadas na competição histórica, rapidamente, pelas concepções ideológicas orgânicas, as quais se encontram no fundamento do senso comum (GRAMSCI, 2000a, p.111).

Para Gramsci a filosofia não é destinada somente aos estudiosos, aos cientistas e aos especialistas. Ainda que inconscientemente, todos são filósofos. A conclusão de Gramsci relaciona-se com uma filosofia espontânea, que possui características e limites contidos na linguagem, considerando que se trata de um conjunto de conceitos determinados; no senso comum e no bom senso; e na religião, crenças e folclore (GRAMSCI, 2000a, p.93). Percebe-se que o senso comum não é abordado somente a partir de uma concepção negativa, sendo tratado a partir de uma dupla perspectiva. Ao mesmo tempo em que serve como

desdobramento simplista e incoerente de uma filosofia orgânica, voltado para a dominação cultural, é no próprio senso comum que encontramos a racionalidade do bom senso, a qual serve como referência para a construção de uma autonomia política e cultural.

Numa perspectiva negativa, o senso comum é o espaço da alienação e da dominação cultural. O senso comum é estratificado, possuindo características difusas de um pensamento genérico uma determinada época e de um determinado ambiente popular. Não se trata de uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o folclore da filosofia, apresentando por isso várias formas, tendo como traço mais comum o de ser uma concepção desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme as posições sociais das classes das quais é filosofia. É o espaço da filosofia dos não filósofos, no qual se reproduz uma “concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”. (GRAMSCI, 2000a, p. 111, 114).

Ainda que se preste como espaço para ampliação do domínio cultural das classes dominantes, o senso comum possui um “núcleo saudável”, representado pela racionalidade do bom senso, imerso na filosofia vulgar, no conjunto desagregado de idéias. O senso comum e a religião não são ordens intelectuais, pelas deficiências de unidade e de coerência, enquanto a filosofia é uma ordem intelectual, que pode servir como contraponto e a superação do senso comum e da religião, desde que seja coincidente com o bom senso, encontrado no próprio senso comum (GRAMSCI, 2000a, p. 96, 98). Assim, a filosofia que pretenda servir de base para um novo bloco histórico, para uma nova hegemonia, deve ser capaz de atingir o senso comum, especialmente o bom senso, adaptando-se à linguagem das massas para ser compreensível. Um estágio mais evoluído de consciência, capaz de libertar-se dos limites e das incoerências do senso comum, é possível com o desenvolvimento de uma consciência de classe autônoma, crítica. A filosofia minimamente presente no senso comum, de um modo não sistematizado, incoerente e permeado por medos e preconceitos, pode ganhar outra dimensão.

O contraponto às concepções filosóficas da classe hegemônica não pode se deter ao enfrentamento filosófico mais sofisticado. Deve repercutir no senso comum, deve ser capaz de ser compreendido pelas massas, não se detendo aos círculos intelectuais “superiores”, de modo que seja possível a construção de um *novo* senso comum. Para tanto, serve

como referência a filosofia da práxis, a crítica diante do mundo existente, do senso comum produto da dominação inerente ao capitalismo e sua cultura. Reconhecer que todos são filósofos não significa reconhecer que a filosofia, ou o conjunto de filosofias, norteadoras da hegemonia de uma classe, sejam as mais adequadas para a vida coletiva, para o desenvolvimento dos seres humanos. Significa, certamente, reconhecer a possibilidade de todos, incluindo as classes subalternas, serem capazes de perceber a condição de dominação cultural, e de reagir diante de tal situação. Daí o papel da filosofia da práxis, capaz de estabelecer elos entre a condição cultural e econômica das classes subalternas com a filosofia mais sofisticada, porque se sustenta na vinculação entre pensar autonomamente, como sujeito histórico coletivo, e atuar em busca da emancipação.

É a atuação dos intelectuais possibilita que a filosofia dos filósofos se transforme em filosofia dos não filósofos, ou seja, é uma atuação voltada para que a filosofia mais sofisticada alcance as massas, para garantir o consenso e a dominação cultural de uma classe sobre as demais. Se a filosofia perde coerência, unidade e sistematização ao se incorporar ao senso comum, a dominação cultural só existe por conta do alcance da filosofia que se insere no pensar e no modo de vida das massas. Percebe-se uma graduação qualitativa dos intelectuais, pela qual no topo estão os principais intelectuais, criadores de ideologia, produtores da ciência e da filosofia, enquanto que no nível mais baixo estão os organizadores, administradores e divulgadores da ideologia (GRAMSCI, 2000b, p.22). Por outro lado, é pela atuação dos intelectuais orgânicos contra-hegemônicos que se torna possível a luta contra a hegemonia de uma classe social sobre as demais. Na teoria política de Gramsci são estes os papéis mais importantes dos intelectuais, que funcionam como agentes que criam, ou simplesmente repercutem, o material ideológico elaborado nas estruturas ideológicas estatais ou (pretensamente) privadas de hegemonia. “Além de organizadores da função econômica, os intelectuais são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil” (SIMIONATTO, 2004, p. 60).

A distinção entre intelectual organizador e intelectual criador de ideologia é importante para a definição de uma estratégia de confrontação política. Na sociedade civil, a derrota dos intelectuais organizadores e reprodutores de ideologia não é tão importante quanto a derrota dos intelectuais criadores, produtores de materiais ideológicos. Na sociedade política, entretanto, existe relevância estratégica na derrota dos intelectuais auxiliares, para minar

as forças dos intelectuais mais importantes, bem como reservar forças para atacar estes (PORTELLI, 1990, p. 90).

Para melhor compreensão do conceito de intelectual em Gramsci, cabe apontá-lo como refutação do conceito vulgar de intelectual liberal, completamente autônomo na elaboração de suas concepções filosóficas e na atuação política. Não se trata, portanto, de mera qualificação cabível para um indivíduo culto, inteligente, que articula elegantemente suas idéias. Essa é uma concepção de intelectual entranhada no senso comum, consequência da hegemonia de uma cultura elitista e individualista, adequada para o modo de produção capitalista. O conceito de intelectual elaborado por Gramsci, considera que os intelectuais não são totalmente autônomos, independentes, bem como não constituem, por si mesmos, classes sociais. Cada grupo na realização de suas funções no mundo da produção cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais. Um empresário, por exemplo, é um intelectual, organizador da produção econômica, de modo que parte dos empresários teve capacidade de organizar a sociedade e chegar à organização do Estado, criando condições favoráveis para expansão da própria classe (GRAMSCI, 2000b, p.15). Entre a classe social e o intelectual que a representa é estabelecida uma vinculação orgânica, que é mais forte quando o intelectual é um dos quadros originados da própria classe que representa.

Ainda que não possuam uma autonomia absoluta, os intelectuais possuem alguma autonomia, representada pela capacidade autocrítica, bem como pelo fato de poder evoluir em uma medida diferente do grupo hegemônico que representa. Essa autonomia, entretanto, desde que seja capaz de ganhar dimensões maiores, pode vir a dar causa a uma crise orgânica, caracterizada pela ruptura do vínculo orgânico que une intelectual e sociedade civil. De um modo geral, é possível afirmar que a pretensa independência ou autonomia de um intelectual na verdade é fraqueza, considerando que se trata de manifestação de aparente ausência de vínculo aos intelectuais tradicionais ou aos intelectuais conservadores (PORTELLI, 1990, p. 88, 89, 94). Outra característica importante da conceituação de intelectual está relacionada com a idéia de que todos são filósofos, já que mesmo os trabalhos mais toscos, mecânicos, requerem uma mínima capacidade intelectual para se realizarem. “Todo homem fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2000b, p.53). É equivocado buscar a definição de intelectual nos aspectos que são inerentes à uma

determinada atividade puramente intelectual, ao invés de buscar tal definição dentro do conjunto das relações nas quais as atividades laborais estão inseridas. Por isso é possível afirmar que todos os homens são intelectuais, mas que nem todos têm na sociedade funções de intelectual. Ademais, do mesmo modo que o fato de alguém cozinhar ou costurar não é suficiente para considerar que essa pessoa seja cozinheiro ou alfaiate, não se pode negar a condição de sujeito capaz de refletir sobre sua condição social, mesmo que seja este sujeito mero executor de tarefas manuais em seu trabalho (GRAMSCI, 2000b, p. 18).

A importância do papel dos intelectuais é perceptível ao longo da história, e na análise histórica é possível verificar de que modo a atuação dos intelectuais das classes que lutavam por hegemonia definiram a sorte de seus países. Na Itália, os intelectuais vinculados à burguesia fragilizada política e economicamente fizeram concessões aos intelectuais tradicionais, representativos dos latifundiários vinculados à Igreja católica, o que determinou a revolução passiva, a revolução sem revolução, característica do desenvolvimento econômico, político, social e cultural italiano. Na França a burguesia submeteu os intelectuais do clero, sem estabelecer com estes compromissos essenciais, sem grandes concessões de poder aos intelectuais representativos da hegemonia combatida pelos burgueses (PORTELLI, 1990, p. 91). A absorção dos intelectuais tradicionais, pela persuasão, é um aspecto importante das grandes rupturas que caracterizaram as revoluções burguesas, assim como o uso da força contra esses intelectuais. O intelectual orgânico é característico de uma classe social emergente capaz de contribuir em favor da classe que representa na formação de uma “autoconsciência homogênea nos campos cultural, político e econômico” enquanto os intelectuais tradicionais, que se acreditam independentes, são opostos aos intelectuais orgânicos e representam “sombras de alguma época histórica anterior” (EAGLETON, 1997, p. 26,27).

Gramsci refere-se a uma padronização na formação educacional dentro das sociedades capitalistas, que se reflete nas relações entre as classes, bem como coloca os trabalhadores dentro dos limites de consciência que caracterizam a fase econômico-corporativa da classe. A formação em massa standardizou os indivíduos, com efeitos diversos na vida social e econômica, como o fenômeno do desemprego em massa, mão-de-obra de reserva, bem como representa uma discriminação que é reflexo das funções dos intelectuais das classes sociais no mundo da produção. A escola clássica é destinada para os filhos das classes dominantes e seus intelectuais. Para as classes instrumentais, serve a escola profissionalizante. A formação

humanista deu lugar à escola técnica, com a crescente industrialização, de modo que a tendência atual (já em 1932) é abandonar qualquer forma de escola desinteressada ou informativa, conservando um pequeno número destas para formação das elites (GRAMSCI, 2000b, p. 22, 33). Junto com o sistema de educação, não obstante considere o todo orgânico das estruturas ideológicas, Gramsci destaca o papel da imprensa na formatação das consciências, especialmente dos grandes jornais da primeira metade do século passado. Em suas anotações sobre a imprensa e a atuação dos intelectuais, escreveu que a estrutura ideológica de uma classe dominante, ou seja, a organização material voltada para defender e manter uma ideologia tem sua parte mais considerável no setor editorial e jornalístico. A imprensa é a parte mais dinâmica de uma estrutura ideológica, mas, ressalva, não é a única: delas fazem parte as escolas, os clubes e até a arquitetura (GRAMSCI, 2000b, p. 78).

A superação do estágio econômico-corporativo é condição para que uma classe social venha a ser hegemônica, exercendo o partido político, o sujeito coletivo formado pelos intelectuais orgânicos provenientes das massas, um papel central no processo de conquista de hegemonia. A capacidade de uma classe social produzir seus próprios intelectuais é elemento crucial para que venha a ser hegemônica, mais cedo ou mais tarde, conforme seja capaz de lançar, na atuação política e ideológica, novos intelectuais. Nesse sentido, o vínculo orgânico estabelecido no partido é mais forte, e, numa referência a superação do estágio econômico-corporativo, afirma que “no partido político, os componentes de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico, e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 2000b, p. 25). O papel pedagógico do partido político deve ser destinado à formação de intelectuais organicamente vinculados às classes subalternas, capazes de repercutirem um espírito de cisão, para contraposição às trincheiras e fortificações das classes dominantes na sociedade civil. A conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica é viabilizada pelo alcance do espírito de cisão, presente na atuação dos intelectuais orgânicos, às classes aliadas potenciais da classe protagonista na busca da hegemonia. Tudo isso se dá com trabalho ideológico, que deve ser precedido pelo conhecimento “do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana” (GRAMSCI, 2000b, p. 79). A atuação do intelectual orgânico contra-hegemônico deve ser orientada a partir do conceito de guerra de posição, lembrando que a guerra de movimento pode lograr sucesso numa

realidade na qual a sociedade civil é débil e o Estado-coerção é quase absoluto (COUTINHO, 2003, p. 148).

1.7 Teoria do Estado ampliado

A partir do conceito de hegemonia, bem como da distinção entre o capitalismo oriental e o capitalismo ocidental, é desenvolvida a teoria do Estado ampliado. A justificação para tal afirmativa pode ser encontrada na busca de Gramsci pelas causas históricas, econômicas e políticas que determinaram a inadequação da luta socialista na Itália e nos demais países da Europa, com a exceção soviética. Por que o modelo de luta bolchevique só vingou na Rússia? A causa primeira está em não ter sido realizada uma atuação orgânica, capaz de estabelecer a hegemonia, aspecto bastante claro neste texto. Entretanto, para compreender melhor o vínculo entre hegemonia e teoria do estado ampliado, vale retornarmos ao que Gramsci nomeia como período das ondas revolucionárias no século XIX. Segundo ROMEI (1978, p. 88) a concepção de hegemonia:

se baseia numa análise teórica complexa das mudanças ocorridas na economia e na esfera social e política a partir de uma data, que Gramsci situa simbolicamente em 1871. O que sucedeu a partir desse ano? Sucedeu que o Estado burguês, depois da derrota da comuna de Paris e diante de uma grande recessão, reorganizou-se no sentido de uma penetração cada vez mais maciça no campo da sociedade civil, de uma busca de consenso que torne impossíveis os golpes de mão como os de 1848 e 1871 (que torne impossível, portanto, a ‘guerra de movimento’ e o jacobinismo em seu interior), de uma ampliação burocrática e de uma estruturação capilar, de uma expansão colonial e de uma interdependência recíproca entre os diversos Estados.

A ampliação burocrática e a estruturação capilar são consequências de mudanças históricas que levam a concepção da teoria do Estado ampliado, sendo a caracterização da guerra de movimento e a proposição de uma guerra de posição alguns dos produtos teóricos e relevantes para a estratégia política gramsciana. A hegemonia está presente como cerne da capilarização e da ampliação burocrática do Estado, que passa a valer-se mais do consenso operado a partir de aparelhos existentes na própria sociedade civil do que da coerção do Estado gendarme. Percebe-se no ocidente, a partir da metade do século XIX, que as mudanças

históricas se refletiram na vida política (com o surgimento do sufrágio universal, dos partidos de massa e dos sindicatos, por exemplo), surgindo uma sociedade civil dotada de leis relativamente autônomas quanto ao Estado e o mundo econômico (COUTINHO, 2003, p. 124-125).

O conceito de Estado gramsciano é ampliado porque abarca sociedade civil e sociedade política, ou seja, o Estado deixa de ser mera organização política, militar e burocrática, alcançando a complexidade da sociedade civil. Para compreender as relações entre os dois espaços do Estado ampliado (a sociedade civil e a sociedade política), o conceito de hegemonia é crucial, sendo pertinente à materialização e à realização das funções hegemônicas. Conforme BUCI-GLUCKSMANN (1990, p.205), o conceito de Estado ampliado relaciona-se com o de hegemonia na medida em que a classe hegemônica não se detém em corporativismos, sendo capaz de assumir os interesses objetivos das classes aliadas. A classe deve ser reconhecida como dirigente, ou seja, capaz de estabelecer e manter o consenso.

Cabe lembrar um aspecto relevante para a construção da teoria do Estado ampliado: Gramsci situa a sociedade civil na superestrutura, juntamente com a sociedade política. Tal distinção enriquece e amplia a teoria marxista do Estado. Para Marx, todo o fenômeno estatal tem caráter de classe, o que não é negado por Gramsci. Em Gramsci o Estado também tem a função de conservar e de reproduzir as divisões em classes (COUTINHO, 2003, p.123). Entretanto, a crítica marxiana é pertinente ao Estado gendarme, guarda noturno, está no campo da identificação Estado/ governo, da confusão entre a sociedade política e a sociedade civil, do estágio econômico-corporativo. Enquanto que o Estado característico do capitalismo moderno se compõe por sociedade civil mais sociedade política, ou seja, a hegemonia couraçada de coerção. (GRAMSCI, 2000c, p. 244).

A Ampliação do Estado é, ainda, uma tese que tem em seu cerne a crítica ao economicismo, liberalismo e, também, aos totalitarismos de esquerda e de direita, marcantes na obra de Gramsci. Uma crítica, portanto, ao Estado gendarme e ao conceito de Estado-coerção, como o fascismo; um contraponto à ideologização de um Estado que não superou a fase econômico-corporativa, como o exemplo da União Soviética de Stalin (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 98, 133). A concepção de partido estabelecida por Gramsci demonstra o reconhecimento do papel do Estado, colocando-se além do reducionismo Estado-poder de classe. O conceito ampliado de Estado não é produto da rejeição absoluta de uma estrutura jurídica, política e administrativa, antes, é o reconhecimento da complexidade que existe nas

relações entre a estrutura estatal e a sociedade civil, numa relação de troca, de influência e de contradições permanentes entre estas esferas. Uma demonstração de que não se detém Gramsci ao escolasticismo é a defesa de que um dos principais propósitos do partido político é a transformação do Estado, ou seja, da sociedade civil e a sociedade política, não a negação simples e absoluta do Estado, da sociedade política. O partido é “concebido organizado e dirigido de modo e forma capaz de se desenvolver integralmente em um Estado e numa concepção de mundo” (GRAMSCI, 2000, p. 345).

Gramsci é o primeiro a não se deixar ofuscar, no problema do Estado, pelo forte elemento da violência, e compreende que, na realidade, em um Estado fundado sobre democracia política, o mesmo exercício da violência por parte do Estado é condicionado à capacidade de capturar e manter um consenso. (...) Gramsci, portanto, compreende que o Estado burguês pode exercer a violência de classe para o trâmite da sua legitimação consensual (CERRONI, 1991, p. 59).

Um Estado não pode, portanto, se sustentar somente na força, no aparato burocrático, militar e jurídico, assim como não pode se sustentar somente a partir de um consenso espontâneo, o que seria impossível. Para Gramsci, o erro do liberalismo é crer na separação entre sociedade civil e Estado, crer que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Na verdade as duas esferas se identificam e o liberalismo é regulação estatal, não surge espontaneamente, ressaltando que, quanto mais desenvolvida a sociedade civil, maior a autonomia relativa, não absoluta, diante do aparelho estatal (GRAMSCI, 2000c, p. 47). A teoria do Estado ampliado se constitui a partir da compreensão de que a sociedade civil e a sociedade política constituem um todo orgânico, em equilíbrio dinâmico e dialético, existindo complementaridade entre as esferas, considerando que, no caso de falha do consenso, aplica-se a coerção. Tanto a sociedade civil quanto a sociedade política se prestam para a manutenção e a promoção de determinada base econômica. As distinções feitas por Gramsci entre estas duas instâncias superestruturais que se relacionam a partir de uma oposição dialética têm finalidade didática, para esclarecer como se opera a relação existente no seio do Estado ampliado, bem como fins estratégicos, já que apresenta elementos que não podem ser desconsiderados para o planejamento e a atuação política. Para BUCI-GLUCKSMANN (1990, p. 149) a teoria do Estado ampliado se sustenta em uma perspectiva

anti-economicista, na recusa de uma concepção instrumentalista de Estado, manobrado por uma classe-sujeito, abrindo possibilidades de análise.

A complementariedade entre sociedade civil e sociedade política também se percebe na ambivalência do parlamento, órgão que elabora a lei, a priori identificada com coerção, ao mesmo tempo em que representa a sociedade civil, unindo força e consenso, combinadas para manter a hegemonia da classe dominante. A ambivalência cresce nos órgãos do Estado ampliado, caracterizando uma evolução desde o Estado-guardião, chegando à sociedade do capitalismo complexo, partindo do controle dos aparelhos de coerção e alcançando a estatização das escolas, uma absorção da cultura e da educação. Isso, com o escopo de qualificar a mão-de-obra, e, principalmente, para garantir unidade na produção e difusão ideológica. A ambivalência, portanto, está presente na teoria do Estado ampliado, na qual um conjunto de órgãos privados e públicos são voltados para a dominação (PORTELLI, 1990, p. 34). Não se deve confundir a classificação de sociedade política e de sociedade civil com a separação jurídica e formal entre público e privado.

A distinção, didática frise-se, entre sociedade civil e sociedade política possibilita a percepção das funções e como se materializam as estruturas políticas e ideológicas. Não existe distinção orgânica entre sociedade civil e sociedade política, entre o campo da hegemonia e o lugar da ditadura. Trata-se de um conceito integral de Estado, que não se confunde com formas totalitárias de Estado. O Estado totalitário é diferente do Estado integral: neste o Estado não se reduz à coerção, e ocorre o desenvolvimento rico das superestruturas (BUCI-GLUKSMANN, 1990, p.129). No Estado integral encontra-se uma classe fundamental que se sustenta em uma ideologia orgânica, enquanto que no Estado totalitário verificamos uma ideologia não-orgânica, na qual o elemento coerção possui um papel mais destacado. Acerca da distinção entre sociedade civil e sociedade política, MACCIOCCHI (1980, p. 151) afirma que

A distinção entre “sociedade política” e “sociedade civil” efetuada por Gramsci nos *Cadernos* não é apenas uma divisão metodológica entre dois níveis da superestrutura, mas, sobretudo, o lugar teórico onde se precisa um conceito original, totalmente novo na teoria leninista de Estado, que evidencia a complexidade, a articulação e a relativa independência, com relação à base econômica, das instituições, das organizações, das formas de consciência, da ideologia, através das quais se exprime o poder de uma classe.

Cabe agora apontar as características da sociedade política, também identificada como Estado em sentido estrito, a qual é atribuída a função de ditadura, ou seja, de coerção e dominação direta, voltadas para manutenção da ordem estabelecida. É composta pelos aparelhos coercitivos do Estado, ou seja, pela burocracia estatal, pelo governo político-jurídico e pelo poder militar dos órgãos que constituem os poderes do Estado, legal ou ilegalmente (excepcionalmente) estabelecidos, destinados ao controle ativo ou passivo das massas. A sociedade política é composta, portanto, pelos órgãos de coerção que devem assegurar o consenso, servindo como protetora do Estado (ampliado) quando falha o consenso, em momentos de crise. Tem um papel secundário no sistema hegemônico, que se baseia essencialmente no consenso, sendo uma extensão da direção econômica e ideológica. Conforme seu vínculo com a sociedade civil, a sociedade política pode constituir ditadura, desde que se valha principalmente da coerção para manutenção do poder, ou hegemonia política, conforme sua dependência da sociedade civil. A utilização do poder coercitivo a partir do aparato estatal para manutenção do domínio político, quando habitual, pode caracterizar uma *crise orgânica*, ou seja, a perda do controle da sociedade civil pela classe dirigente, a perda da hegemonia, apoiando-se a classe dominante quase que exclusivamente no aparato coercitivo da sociedade política exercer o domínio (PORTELLI, 1990, p.30-31). Tal excepcionalidade, a crise orgânica, se caracteriza, portanto, como uma crise de hegemonia, com a perda do consenso que garante a hegemonia, a perda do equilíbrio dinâmico entre a sociedade civil e a sociedade política, motivo da suplantação do consenso pela força.

A sociedade civil é o local onde se estabelece a hegemonia. É o campo, por excelência, do consenso. Não há hegemonia sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil (COUTINHO, 2003, p.129). Espaço da ação ideológica das estruturas pretensamente privadas de hegemonia como os partidos, os sindicatos, a mídia. Na sociedade civil está o espaço para difusão ideológica da classe dominante, as trincheiras e casamatas mencionadas por Gramsci, que garantem a sobrevivência do Estado nas situações de grave abalo na ordem econômica. É na sociedade civil, esfera prioritária da ideologia e da hegemonia, que se realiza ponto intermediário, e nos quais encontramos os mediadores, entre estrutura e superestrutura. Segundo PORTELLI (1990, p. 22), a sociedade civil se caracteriza como o conjunto dos organismos privados que correspondem à função de hegemonia da classe dominante sobre as demais classes sociais, sendo oposição à sociedade política (Estado em

sentido estrito), da qual é base e conteúdo ético. Trata-se de um conjunto complexo e extenso, na medida em que é constituída pelo domínio da ideologia da classe dominante e a direção exercida por esta. As instituições da sociedade civil têm um papel destacado para realização do controle social, conforme a abordagem gramsciana. A violência característica do Estado-coerção passa a ser uma razão última, somente sendo utilizada em circunstâncias extremas, sob o risco de perda do consenso, de referência ideológica diante das massas. A sociedade civil contribui para que o poder seja minimamente exposto, de modo que seja incorporado ao modo de vida, aos costumes, garantindo a dominação com base no consenso, reduzindo os riscos de ruptura violenta a partir das massas (EAGLETON, 1997, p. 108).

É na composição do Estado ampliado se constitui o bloco histórico capitalista, que se caracteriza pela hegemonia de uma classe que se torna predominante no exercício do poder. A vinculação orgânica entre a sociedade política e o mundo da produção (ou estrutura), mediado pela sociedade civil, possibilita a formação de um bloco histórico, sendo o vínculo orgânico correspondente a uma realidade social concreta. A análise de um bloco histórico deve considerar que a sociedade não se propõe tarefa para a qual não existam condições de realização, e nenhuma sociedade se dissolve sem que tenham se desenvolvido todas as formas de vida contidas em suas relações. São estas as condições estruturais para o desenvolvimento da superestrutura, sendo as ideologias orgânicas necessárias para a estrutura, dirigindo a sociedade conforme as condições sócio-econômicas, de modo que os movimentos superestruturais representam a ideologia de diversos grupos sociais (PORTELLI, 1990, p. 48).

A ruptura de um bloco histórico pode se dar a partir de crises orgânicas, que são mais complexas do que os simples abalos na base econômica, os quais, por si mesmos, bastariam, segundo a leitura dogmática do marxismo, para motivar e levar as massas para uma revolução contra seus opressores, representantes da ordem econômica. Tal reducionismo e simplificação são reiteradamente combatidos por Gramsci ao longo de seus textos, a partir de análises políticas que levaram a elaboração da teoria do Estado ampliado. Para a compreensão do Estado e da política contemporâneas, bem como para a elaboração de uma estratégia de luta política, é importante perceber que existem crises ocasionais ou conjunturais, que podem ser caracterizadas como crises econômicas ou políticas passíveis de serem resolvidas de modo mais simplificado pela classe hegemônica. A crise orgânica é mais complexa, diante da qual não é possível, ou é insuficiente, uma solução rápida pelas classes dominantes, significando

progressiva desagregação do bloco histórico. Os fenômenos orgânicos são pertinentes aos grandes agrupamentos humanos. A crise longa revela contradições insanáveis na estrutura, e as forças conservadoras operam para saná-las dentro de certos limites, superando-as, sem transformações maiores na estrutura e na superestrutura. É erro freqüente na análise histórico-política não saber encontrar a justa medida entre o que é orgânico e o que é ocasional (GRAMSCI, 2000c, p. 37).

A crise orgânica, no aspecto econômico, é caracterizada pela manifestação das contradições estruturais inerentes a um modo de produção. No aspecto ideológico e político, crise orgânica é crise de hegemonia, perda do consenso, da direção moral e intelectual da sociedade, que leva ao aumento da utilização dos meios de coerção disponibilizados especialmente pela sociedade política. Num quadro em que o velho morre e o novo não pode nascer, a crise de hegemonia é a expressão política da crise orgânica, o tipo de crise que viabiliza uma ação revolucionária no ocidente. Entretanto, como tem um período longo de maturação, a crise orgânica apresenta diferentes alternativas para a atuação dos intelectuais, tanto os orgânicos quanto os intelectuais vinculados à classe hegemônica. Eis o cenário da guerra de posição, cenário no qual não existe a possibilidade para esperar o dia em que o sistema econômico ruirá, por conta de suas próprias contradições, e levará ao chão também a ordem política. (COUTINHO, 2003, p.151 - 152).

A distinção entre sociedade civil e sociedade política se presta também para uma crítica ao fetichismo do Estado, da coerção e da força organizada e legalizada, classificada na obra de Gramsci como estatolatria. A crítica a estatolatria, é realizada, portanto, para evitar a perpetuação do Estado e de sua estrutura especialmente coercitiva. As questões atinentes à hegemonia e ao consenso resultam numa análise que se afasta do debate político voltado tão-somente para o Estado detentor do monopólio do uso da força, embora não a subestime. Diante do risco de Estatolatria e de burocratização e fetichismo do Estado, Gramsci reafirma a perspectiva de uma gradual reabsorção da sociedade civil pela sociedade política. O Estado totalitário e policial fascista serve de exemplo de estatolatria, com a suplantação ou incorporação das autonomias dos partidos, dos sindicatos e das associações culturais, por exemplo (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 365, 371).

A condenação da estatolatria alcança o Estado Soviético, sendo Gramsci contrário à idéia stalinista de fortalecimento do Estado, sendo contrário à

burocratização, à identificação entre partido e Estado, tendente à sustentação do aparato burocrático do Estado. Reconhece, entretanto, que a estatolatria, pode ser importante para sociedades que não se desenvolveram, em longo período, moral e culturalmente, para a consolidação da própria sociedade civil. Porém, tal medida não pode ser perpétua, para que possam surgir novas formas de organização social, até o alcance da sociedade regulada, residindo aqui a crítica ao modelo stalinista de socialismo (GRAMSCI, 2000c, p. 280). A partir da configuração da sociedade civil como campo da persuasão e do consenso, apresentar argumentos contra o fetiche estadólatria significa, em Gramsci, crer na possibilidade de uma sociedade regulada, sem a necessidade do aparato estatal, ou seja, da sociedade política para viabilizar a vida em sociedade, com o fim da distinção entre governo e governados.

Com a análise da crescente autonomia da superestrutura, Gramsci concretiza e supera o pensamento marxista acerca do fim do Estado. Uma demonstração da superação é notável na atuação política e nos textos de Gramsci, nos quais declarou apoio ao gradualismo e ao consenso que nortearam a nova política econômica no contexto da revolução russa. Supõe-se, ainda, a partir crítica à estatolatria, a necessidade de uma luta política no campo das instituições socialistas, para que cesse a luta de classes, a divisão que a funda. Supera também Lênin, que prevê, assim como Engels, um fim do Estado imediato com o fim da luta de classes. Em suma, o fim do Estado se dá com a reabsorção do Estado pela sociedade civil. Com o fim do Estado são extintos os organismos da sociedade política, conservando-se os organismos da sociedade civil, os quais passam a ser portadores do autogoverno dos produtores (COUTINHO, 2003, p. 135-141).

Dentro do conceito ampliado de Estado, encontramos a complexa trama que relaciona diversos aspectos do pensamento gramsciano, de modo que o entendimento das categorias teóricas elaboradas por Gramsci permite uma melhor compreensão do que é o Estado ampliado, o Estado hegemônico do capitalismo contemporâneo de tipo ocidental. A relação orgânica pautada no equilíbrio dinâmico entre sociedade civil e sociedade políticas, por vezes dialeticamente relacionadas, é viabilizada pela ideologia, o cimento que garante unidade e vinculação orgânica entre os componentes de um bloco histórico. O material ideológico é produzido, e reproduzido, nas estruturas ou aparelhos ideológicos existentes na sociedade civil e na sociedade política, com destaque para os aparelhos pretensamente privados de hegemonia. A partir das estruturas ideológicas, atuam, para a criação e propagação de ideologias, os

intelectuais, que realizam o papel fundamental para um bloco histórico, servindo como funcionários, como organizadores da hegemonia (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 52). Os intelectuais de um bloco histórico operam para garantir o consenso, especialmente a partir da sociedade civil, ou para aplicar a força complementar ao consenso, a partir da sociedade política. Os intelectuais que lutam por hegemonia, os intelectuais orgânicos, operam a partir de estruturas ideológicas contra-hegemônicas, dentre as quais é possível destacar o partido político concebido por Gramsci, um sujeito coletivo constituído e representado pelas classes subalternas.

2 DIREITO: CULTURA JURÍDICA E HEGEMONIA

2.1 O direito em Marx e o direito em Gramsci: um avanço teórico

Na obra de Gramsci não encontramos uma teorização maior sobre o direito, uma abordagem mais específica do direito, embora possamos estabelecer uma análise sobre o direito moderno a partir das categorias gramscianas. Gramsci, portanto, não ignora o papel do direito na vida social, bem como o papel que venha a ter na construção de uma sociedade que supere o mundo sustentado no capitalismo na sua cultura, e no modo de vida que correspondente. Em se tratando de um teórico dedicado à análise não-economicista da sociedade, da política e da cultura, não poderia o direito ser posto em uma condição completamente marginal, mesmo porque, a partir das teses que estabeleceu a partir da análise do Estado capitalista contemporâneo, são elaborados elementos teóricos para uma compreensão crítica do direito. De acordo tradição marxista, a política é reflexo da estrutura econômica, de modo que as relações jurídicas

Não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [...]. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1982, p.25).

Tal afirmação, entretanto, não pode implicar em abandono de um estudo cuidadoso da superestrutura, embora esta seja deixada pelo economicismo marxista em um plano secundário. Não se deve subestimar o papel do Estado, racionalizador da superestrutura (GRAMSCI, 2000c, p. 28). O papel do direito na racionalização e organização da vida social não pode, conseqüentemente, também ser subestimado. A observação é válida, se verificarmos o exemplo histórico do papel do direito no curso do desenvolvimento das economias e dos estados ao longo da modernidade. Assim como a moderna concepção de direito é relacionada com a cultura e a estrutura produtiva do capitalismo, um novo tempo, no rumo da sociedade regulada,

não poderá simplesmente ignorar o direito e suas funções, que vem ser vinculadas a uma cultura e modo de produção diverso.

Afasta-se, portanto, do reducionismo derivado de uma leitura não dialética, dogmatizada, do pensamento marxiano, conforme reiteradamente referenciado ao longo dessa dissertação. Trata-se de uma leitura que supera, dialeticamente, as definições e críticas estabelecidas por Marx e Engels em relação ao direito burguês. É possível afirmar que o caminho rumo à sociedade regulada passa pela elaboração de uma concepção renovadora de direito não pode ser encontrada em nenhuma doutrina pré-existente. Considera, portanto, que todo Estado cria e difunde costumes, bem como um novo Estado deve fazer desaparecer a civilização que lhe precede, estabelecendo novos costumes. Para tal finalidade, serve o direito, ao lado da escola e de outras instituições. O Estado tem, portanto, um papel de educador, e existe para estabelecer civilização (GRAMSCI, 2000c, p. 28). O reconhecimento do papel do Estado por Gramsci deve ser percebido sem olvidar a crítica à estatolatria, que pode nublar a vista para o horizonte da sociedade regulada, sem Estado.

A contribuição marxiana que precedeu Gramsci não pode ser desconsiderada para uma análise crítica do direito. A análise do Estado e do direito a partir de Gramsci deve ter como pressuposto a teorização marxiana, a qual determina os fundamentos da crítica gramsciana ao Estado originado pelas revoluções burguesas e pelas vias não-revolucionárias de desenvolvimento do capitalismo. As diferenças entre a crítica gramsciana e a crítica marxiana são, conforme já mencionado, produto de uma superação dialética, e não de contrariedades entre ambas. Desse modo, para melhor compreensão da relevância do pensamento de Gramsci para a crítica ao direito moderno, é prudente apontar aspectos importantes da contribuição da filosofia marxiana para tal crítica. É importante, para uma análise do direito a partir de Gramsci e das possibilidades suscitadas pelas suas idéias, que sejam apresentados aspectos sobre o direito em Marx.

Marx, assim como Gramsci, não desenvolveu uma teoria do direito. É difícil encontrar em Marx uma teorização clara sobre o direito, encontrando-se ao longo da obra referências fragmentadas acerca do tema (BOBBIO, 1994, p. 160). Ainda que não exista uma proposta rigorosa e sistemática de teoria do direito em Marx, é inegável que a pluralidade das formulações jurídico-marxistas contribui para formulação de teses sobre a filosofia e a teoria do direito (WOLKMER, 2002, p. 156). A inexistência em Marx de uma teoria sistematizada de

direito, pois, não impede que se realize uma abordagem crítica do direito com base no pensamento marxiano, que se constitui como principal referência para a teoria crítica do direito fundada no materialismo histórico. Embora Marx tenha defendido os direitos humanos de tradição liberal nos seus escritos lavrados entre 1843 e 1844, posteriormente desenvolveu uma contundente crítica ao Estado e ao direito burguês, elaborando uma proposição de ruptura com a tradição teórica moderna, caracterizada especialmente pela matriz contratualista, representada por Hobbes, Locke e Rousseau (WOLKMER, 2005, p. 132, 138). Na crítica à filosofia do direito de Hegel, se encontra um tratamento genérico, esparso e episódico sobre a temática jurídica (WOLKMER, 2006, p. 208).

Encontra-se na crítica à filosofia do direito de Hegel a afirmação de que a expressão maior e o conteúdo da constituição de um Estado é a propriedade privada, de modo que o poder do Estado político sobre a propriedade privada é, portanto, o próprio poder da propriedade privada. Para Hegel, segundo Marx, o direito de propriedade é um direito natural, que se reflete na inserção de valores sociais e de determinações políticas no indivíduo natural. A independência política é recebida não do Estado político, mas da propriedade privada abstrata. Assim, a independência política não está na substância do Estado e sim na propriedade privada. (MARX, s/d). A filosofia idealista é, conforme Marx, uma grande mistificação do mundo, que pretende entender o mundo real, concreto, como manifestação da razão absoluta. Hegel inverte a relação entre o que é determinante (a realidade material) e o que é determinado (as representações e conceitos acerca dessa realidade).

Na obra *A Questão Judaica*, Marx apresenta uma contundente crítica à concepção de direitos formais do homem, com matriz individualista e liberal, explicitando o caráter alienante e negativo do direito moderno. O direito colocado na esfera superestrutural identifica-se com o Estado, se caracterizando como manifestação estatal, servindo como instrumento de domínio da classe que detém os meios de produção. A juridicidade produzida pela estatalidade própria da sociedade capitalista, caracteriza-se pela generalização da forma abstrata da norma e da pessoa jurídicas, o que possibilita a representação de unidade social, ao mesmo tempo real e imaginária (MIAILLE, 1994, p. 96). Vale informar que Mialle realiza uma crítica vigorosa e radical ao sistema jurídico capitalista, à luz dos referenciais marxianos. A partir de uma ótica fundada no materialismo histórico, identifica e desmistifica os pressupostos ideológicos presentes na juridicidade burguesa dominante, evidenciando o papel do jurídico na

dinâmica entre infra-estrutura e estrutura, bem como a função dos institutos do direito as relações características da sociedade capitalista. Isso, sem o reducionismo que identifica o direito como mero reflexo da infra-estrutura (WOLKMER, 2002, p. 22).

Para além da crítica aos direitos humanos de natureza formal e liberal-individualista, percebe-se a possibilidade de um direito social, que contribua para a superação das limitações políticas para emancipação política efetiva (WOLKMER, 2006, p. 208). Sobre essa emancipação real, concreta, capaz de romper com os formalismos e o caráter ideológico do direito originado do liberalismo, MARX (2001, p. 37) “Qualquer emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem”. A emancipação política resultante das revoluções burguesas relaciona-se com uma redução do homem que é, por um lado, membro da sociedade civil, capaz de nela realizar seu egoísmo e sua independência, enquanto que na vida política, pública, é cidadão, pessoa abstrata (MARX, 2001, p.37).

O direito, posto na esfera superestrutural, a esfera das ideologias, é, em Marx, tratado como produto das relações materiais de produção, não possuindo autonomia diante das relações econômicas que se estabelecem no modo de produção capitalista. Engels trata como falácia a idéia dos juristas que concebem o direito com autonomia própria, fechado formalmente em si mesmo, independente das relações materiais, das relações que o determinam (WOLKMER, 2006, p. 210). O Estado político, com suas abstrações do conceito de liberdade e com a distinção entre cidadão e homem real, se apresenta como uma oposição a vida real, de modo que

Continuam a existir todas as implicações da vida egoística na sociedade civil, fora da esfera política, como propriedade da sociedade civil. Onde o Estado político atingiu seu pleno desenvolvimento, o homem leva, não só no pensamento ou na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla essência, celestial e terrestre. Ele vive na sociedade política, em cujo seio é considerado ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, aviltando-se a si mesmo em seu meio e tornando-se joguete de poderes estranhos. Em relação à sociedade civil, o Estado político é verdadeiramente tão espiritual como o céu em relação à terra. (...) Em oposição, no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro ilusório de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real, e dotado de universalidade irreal (MARX, 2001, p. 22).

Nas declarações de direitos do homem e do cidadão, pelas quais se pretendeu a libertação política, assim como a defesa e a garantia das liberdades, o que se têm,

conforme Marx, é a consagração do duplo aspecto da vida social dentro da perspectiva liberal: direitos do homem e direitos do cidadão, apresentados como distintos direitos, voltados para realização dos propósitos de classe da burguesia. Os direitos do homem são pertinentes a uma existência privada e egoísta, protegendo a liberdade e a propriedade de eventuais conflitos com os demais homens. O papel do direito é garantir estabilidade social, a qual, mesmo não sendo completa e absoluta, dadas as contradições de classe existentes no mundo capitalista, se sustenta na positivação e na defesa daqueles direitos tidos por naturais. A naturalidade do direito se assenta na ordem social através do próprio direito positivo, que se constrói sobre bases individualistas, restringindo-se aos interesses e conflitos de direitos entre indivíduos. Quem realmente usufrui de direitos é o homem natural detentor da propriedade, um homem apolítico, apartado do cidadão (MARX, 2001, p. 36). No mesmo sentido, ANDERSON (2002, p. 40), afirma que

a forma geral do Estado representativo – em uma democracia burguesa – é ela própria arma ideológica principal do capitalismo, cuja própria existência priva a classe operária da idéia do socialismo como um tipo diferente de Estado, sendo que os meios de comunicação e outros mecanismos de controles cultural reforçam, além disso, esse “efeito” ideológico central. As relações de produção capitalistas distribuem todos os homens e mulheres em diferentes classes sociais, definidas pela desigualdade do seu acesso aos meios de produção. Essas divisões de classes são a realidade subjacente ao contrato de trabalho entre pessoas livres e iguais no plano jurídico, o que é marca desse modo de produção. A ordem política e a ordem econômica são pois formalmente separadas sob o capitalismo. Assim o Estado burguês, por definição, “representa” a totalidade da população, abstraída da sua divisão em classes sociais, como cidadãos individuais e iguais.

Sobre o homem real, Marx afirma: “membro da sociedade civil, este homem é neste momento a base e o pressuposto do Estado político. Desta forma é reconhecido nos próprios direitos do homem” (MARX, 2001, p.36). Os direitos dos cidadãos são constituídos para consagrar uma existência dirigida para assuntos gerais, à vida pública, a uma formatação universalista de sujeito abstrato voltado para questões mais universais. Parece claro que os direitos referentes ao homem não são os mesmos dos direitos relativos aos cidadãos: enquanto todos podem ser cidadãos, portadores de direitos formais e abstratos, os direitos, efetiva e concretamente, são de uma classe, a burguesia, capaz de desfrutar de direitos limitativos dos direitos dos demais (WOLKMER, 2006, p. 215-216).

A declaração francesa de direitos, datada de 1793, consagra, assim como as demais declarações e constituições que a tenham como modelo, a concepção de homem

egoísta, o verdadeiro e autêntico homem burguês. Os direitos naturais de igualdade, liberdade, de propriedade e de segurança. O conceito de liberdade consagrado na declaração possibilita que um indivíduo possa fazer o que lhe for conveniente, desde que não cause prejuízos aos demais e não extrapole os limites determinados na lei. Trata-se, pois, segundo Marx, de uma liberdade voltada para si mesma, da liberdade essencialmente individualista e egoísta, que não se baseia nas relações comunitárias possíveis entre os homens, mas na separação dos indivíduos. “É o direito de tal separação, o direito do indivíduo circunscrito, fechado em si mesmo” (MARX 2001, p. 31, 32). Bernard ENDELMAN (1976, p. 131) afirma, conforme Marx, que

(...) o direito toma a esfera de circulação como dado natural; que esta esfera, tomada em si como absoluto, não é outra coisa senão a noção ideológica que recebe o nome hobbesiano, rousseauiano, kantiano ou hegeliano, de sociedade civil; e que o direito ao fixar a circulação mais não faz que promulgar os decretos dos direitos do homem e do cidadão; que ele escreve sobre o frontispício do valor de troca os sinais da propriedade, da liberdade e da igualdade, mas que estes sinais, se lêem como exploração, escravatura, desigualdade, egoísmo sagrado.

Diante da crítica marxiana, o exercício da propriedade privada não implica numa realização autêntica da liberdade, mas na sua verdadeira limitação. O direito à igualdade, consagrado nas declarações das revoluções burguesas, converte-se em desigualdade, considerando o egoísmo inerente à concepção de liberdade. A liberdade constante das declarações não faz mais do que engendrar desigualdades e confirmar as desigualdades já existentes, considerando que se relaciona a liberdade com uma igualdade meramente formal (WOLKMER, 2006, p. 217). Na mesma declaração, o direito natural à segurança existe como garantia para que o homem possa exercer seus direitos, e para que o Estado não venha a intrometer-se nos direitos naturais. O conceito de segurança, nesse caso, tem dupla função: garantir a propriedade e as liberdades, especialmente as contratuais e de livre empresa, no convívio social, diante dos demais indivíduos e do próprio Estado. Eis o Estado gendarme, voltado para a manutenção das relações materiais e das distinções de classe, bem como para proteção das relações jurídicas e sociais originadas das relações de produção.

O direito burguês, vinculado ao Estado, existe em função da necessidade de centralização do poder da classe hegemônica, especialmente porque tanto o direito como o Estado são produtos das grandes contradições sociais e econômicas inerentes ao modo de produção capitalista. A defesa e a proteção da propriedade privada e das liberdades

burguesas visam à redução e a limitação, dentro do direito, dos conflitos sociais, para garantir estabilidade social em um modo de produção que apresenta em si uma tensão fundamental: a luta de classes. Nesse sentido, CORREAS (2000, p. 75), afirma que o poder na sociedade capitalista, que determina o direito da burguesia,

no tiene como causa al derecho. Este poder tiene como causa las relaciones de producción; y una vez instaurado este poder, se autolegitima produciendo normas que, si son obedecidas, confirma y acrecienta el poder. Por eso puede decirse que el derecho engendra el poder. El poder del capitalista, y esto vale para la sociedad capitalista y no necesariamente para otra, no proviene de que el discurso del derecho legitime la violencia desatada en su favor ante cualquier perturbación de su decisión sobre la suerte del capital. Su poder proviene de que sólo los capitalistas, como clase, como grupo que en eso sí mantiene unidad y claridad, pueden poner en funcionamiento el sistema en su conjunto.

Materializado na lei, o direito não é expressão de uma verdadeira justiça, bem como não representa a vontade geral do povo. Os direitos, efetivamente, representam os interesses das camadas detentoras do domínio econômico sobre a sociedade, servindo como instrumento protetivo-repressivo, voltado para a manutenção das distorções econômicas e injustiças materiais. O que o direito natural moderno expressa como verdade eterna, como a liberdade e a justiça, são na verdade formas de manifestação de consciência de uma classe, de uma parte da sociedade que alcança a totalidade da sociedade, apresentando-se como um ideal, uma verdade comum para toda a sociedade, ao longo dos séculos. Os direitos dos homens, ditos naturais, não são inatos ao ser humano, não são uma dádiva da natureza, mas fruto das transformações históricas promovidas pelo homem (WOLKMER, 2006, p.210).

Para Marx, nenhum dos direitos do homem, de natureza burguesa, é capaz de ultrapassar o egoísmo do homem membro da sociedade burguesa, do indivíduo voltado para si mesmo, em sua arbitrariedade dissociada da realidade social. Tais direitos são marcos exteriores aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva, cujo único nexo de coesão é a conservação de seus interesses particulares, de suas propriedades e de suas individualidades egoístas. Marx apresenta em sua obra elementos críticos para a superação das contradições entre os direitos do homem burguês, existente na sociedade civil, e os direitos do cidadão abstrato, pertinente ao Estado político (WOLKMER, 2006, p. 218-220).

A filosofia marxista, mesmo não tendo sido destinada especificamente para uma teoria do Estado e para uma teoria do direito, se coloca no cerne da teorização crítica de matriz não-dogmática do direito, especialmente por conta de sua

importantíssima desmistificação do Estado moderno criado pela filosofia contratualista. O vínculo entre a teoria do direito e a filosofia de Marx é estabelecido a partir da dedução de que a crítica marxiana tem como alvo o direito burguês, e, indiretamente, os modelos de direito que antecedem a modernidade. Não se trata, portanto, de um ataque contra todo o direito passível de ser concebido nas sociedades humanas, de modo que é viável estabelecermos uma análise jurídica propositiva, que não esteja restrita a denúncia de um determinado modelo de direito, coercitivo e classista, desde que, para tal finalidade, seja considerada a historicidade e a dialética presentes na obra de Marx.

A preservação do caráter dialético e historicista é fundamento para o estudo do direito a partir da filosofia marxista, tendo como norte a busca por uma concepção de direito que não seja ahistórico, própria dos modelos pretensamente eternos de direito natural. Ainda, uma idéia de direito que se coloque para além da legislação, da identificação entre direito e lei. Enfim, uma concepção de direito que considere o permanente contado com a vida social concreta para ressaltar o seu intercâmbio permanente com as condições sociais reais. Um direito que sirva para a verdadeira emancipação do homem não pode ser meramente formal, de modo que seja criado em cima do contraponto ao modo de produção, o qual por si mesmo, viola direitos, conforme a leitura de Marx feita por LYRA FILHO (1983, p. 61, 81). Em sua obra, Marx apresenta elementos que remetem à construção de um novo conceito de humanismo, distante dos formalismos do direito tradicional, conforme afirma WOLKMER (2006, p.220)

Em verdade, a análise e a interpretação de obras como *A Questão Judaica* contribuem para repensar não só as deformações formalistas do direito em geral de tradição liberal-individualista e da inautenticidade da chamada doutrina burguesa dos direitos humanos, abstratos e universais, mas, sobretudo, para propor uma filosofia da práxis impulsionadora do direito como instrumental da justiça humanizada e da emancipação social concreta.

É marcante no marxismo gramsciano a defesa recorrente de uma abordagem dialética e historicista da realidade, que não enverede pelo caminho dos dogmatismos e reducionismos teóricos que nublam a vista na análise do mundo a partir do pensamento marxista. Partindo de uma estratégia política que não desconsidera Maquiavel, cruzada com os fundamentos marxistas de sua teoria, Gramsci entende que o Estado e o direito não devem ser aprisionado nos estreitos limites do maniqueísmo escolástico presente em parte dos marxistas. Reconhece que o Estado possui uma finalidade pedagógica, estendida ao direito, que pode servir

para estabelecer um novo e mais desenvolvido tipo de sociedade, considerando a capacidade do Estado de adequar a nova e avançada sociedade à moralidade das massas e ao desenvolvimento econômico incluyente.

Se em Marx encontramos, com base na denúncia do caráter classista do direito e do Estado, elementos para uma contundente crítica ao direito moderno e para a construção de uma nova juridicidade, a partir de Gramsci a crítica ao direito pode receber um incremento teórico. O reconhecimento das funções do direito e do Estado, dentro do processo de transformação da sociedade, não é renúncia ou contradição diante da matriz filosófica marxiana: a crítica ao aparato político e jurídico voltado para a conservação do poder de classe recebe de Gramsci novos contornos. O Estado e o direito que lhe corresponde, voltados para a coerção, são classificados no contexto do Estado em sentido estrito, dentro da idéia de Estado ampliado. O direito é, assim como em Marx, visto como instrumento para a manutenção de poder, produzido e aplicado pela sociedade política. O direito é sustentado pela coerção estatal, mas não somente por esta coerção. Mesmo que sirva principalmente para garantir o consenso, pela força, pode também servir como elemento do próprio consenso, considerando sua relação com a ideologia orgânica que está na base hegemonia.

As considerações sobre a sociedade civil e a sociedade política (as duas instâncias, é bom lembrar, situadas por Gramsci na superestrutura), e os modos de interação entre ambas, tendo em vista a dualidade entre coerção e o consenso, podem suscitar uma crítica mais complexa sobre os papéis do Estado e do direito. Assim, o direito é, por um lado, identificado com o Estado burguês, com a coerção destinada a manutenção da ordem social e da base econômica, conforme a tradição marxista. O direito não exprime toda a sociedade, mas a classe dirigente que impõe normas. “A função máxima do direito é pressupor que todos os cidadãos devam aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente” (GRAMSCI, 2000c, p. 249). O Estado, e o direito por ele produzido, não podem ser abordados como simples instrumentos da burguesia, mas como conciliadores, no plano jurídico, das dissensões internas das classes, dos desacordos entre interesses opostos, unificando as camadas sociais e modelando a classe inteira da qual é expressão. O Estado não é, pois, elemento externo a classe, neutro: é o unificador jurídico-político, não um simples instrumento (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 172).

A crítica gramsciana é destinada *especialmente* ao modelo de Estado e de direito burgueses, fundados nas relações de produção capitalistas. Sobre o Estado e concepção do direito que o acompanha, afirma que as revoluções burguesas levaram à vontade de conformismo e a eticidade do Estado e do direito. Enquanto as castas dominantes na história antecedente operavam como castas fechadas, não ampliando sua classe pelo domínio ideológico, a burguesia se expandiu, buscou absorver toda a sociedade. Nessa expansão da burguesia, o Estado passou a ser educador. (GRAMSCI, 2000c, p. 271). Entretanto, Gramsci, mesmo considerando o papel do Estado (educador) na construção de uma nova civilização, estabelece ressalvas sobre o risco da estatolatria, que pode levar a burocratização e a criação de novas instâncias de poder, de novas aristocracias estatais detentoras do poder de coerção. Assim, mesmo que se preste para a educação de uma nova civilização, não pode existir Estado *ad eternum*. Trata-se, também, do amparo coercitivo para a classe que busca a hegemonia, conforme a teoria do Estado ampliado, se prestando, no processo de transição, como uma nova institucionalização da força voltada para garantir um novo consenso, sob uma nova hegemonia, no rumo da sociedade regulada.

Por outro lado, o direito relaciona sociedade política e sociedade civil não pela força, mas pelo consenso. O direito que se manifesta na legalidade do Estado, na essência coativa da sociedade política, se assenta na sociedade civil como idéia, como noção de direito e de justiça, produto das ideologias jurídicas, originando conformismo sobre o que seja o direito, a justiça e os fundamentos da legalidade. A relação entre o direito e a sociedade civil também suscita uma compreensão emancipatória de direito, considerando que nesta relação se encontra a possibilidade de construção de uma juridicidade pluralista, capaz de superar a identificação entre o direito e o Estado, especialmente sustentada nas sanções. Trata-se da possibilidade de um direito fundado no consenso, na prática cotidiana da sociedade civil. Como o consenso age sobre cada um? Como a necessidade de coação se transforma em liberdade? Estas são as questões que fundam o direito, cujo conceito, para Gramsci, deverá ser ampliado incluindo atividades que até então estavam no indiferente jurídico, de domínio da sociedade civil, que atua sem obrigações taxativas e sem sanções, mas que nem por isso deixa de exercer pressão ideológica sobre todos (GRAMSCI, 2001c, p. 23). No que tange ao binômio coerção e consenso, elementos da pressão ideológica, e sobre o peso do aspecto coercitivo no Estado burguês e no direito, ANDERSON (2002, p.59) escreveu que no sistema político

As condições normais de subordinação ideológica das massas – a rotina diária da democracia parlamentar – são elas próprias constituídas por uma força silenciosa e ausente que lhes dá o seu valor: o monopólio da violência legitimada pelo Estado. Desprovido dessa força, o sistema de controle cultural seria instantaneamente fragilizado, caso os limites das ações possíveis contra ele desaparecessem. Com a força, o sistema de controle cultural dispõe de um poder imenso – tão poderoso que pode paradoxalmente passar “sem” ela: com efeito, a violência deve apenas aparecer nas fronteiras do sistema.

Não obstante, o direito a ser construído para a superação dialética da tradição jurídica insere-se na luta pelo estabelecimento de um novo consenso na sociedade civil, derivado da ideologia orgânica que lhe serve de base, a filosofia da práxis. A compreensão e a atuação para renovação do direito não deve se deter aos limites da sociedade política, afinal, conforme escreveu Gramsci em sua época de jornalista militante, não devem os socialistas promover a substituição de uma ordem por outra, realizando uma mera reestruturação do poder centralizado no Estado. A proposição gramsciana busca a superação do direito correspondente ao estágio econômico-corporativo, incapaz de superar as dualidades entre cidadão e sujeito concreto, entre a igualdade e a liberdade formais e as distorções originadas pelo modo de produção. A superação de um direito de matriz liberal remete a afirmação gramsciana de que, para os trabalhadores, o liberalismo se apresenta como uma idéia mínima, enquanto que para o burguês, é uma idéia limite, base para o Estado ético (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p.170).

Sendo o liberalismo idéia mínima para os trabalhadores, a busca de uma democracia socialista para a concreta emancipação humana não deve ignorar as conquistas jurídico-políticas originárias das revoluções burguesas, antes da consolidação de um liberalismo conservador. O próprio Gramsci alerta que condenar todo passado filosófico como delírio e loucura é um erro anti-histórico, um resíduo de misticismo: o fato de sistemas filosóficos terem sido superados não significa que não tenham sido historicamente válidos, que não tenham cumprido sua função (GRAMSCI, 135a, 2000). Repete Lênin em sua idéia de que quanto mais desenvolvida a democracia burguesa fosse, mais facilmente os trabalhadores perceberiam novas aspirações de democracia capazes de superar o modelo liberal-burguês.

De todo modo, além de ter cumprido sua função histórica, a juridicidade de cunho liberal-individualista traz em si mesma elementos que servem de base para a sua superação dialética, pautada na filosofia da práxis. As conquistas civilizatórias da modernidade, como a democracia, a liberdade e a igualdade não são negadas por Gramsci, muito

pelo contrário: são tomadas como ponto de partida, não mitificado, idealizado, considerando que é reconhecida a *historicidade*, não a *naturalidade*, desses princípios político-jurídicos. Adquirem tais princípios novos conteúdos, incorporam a materialidade de que carecem as construções jurídicas da modernidade ocidental. Pretende-se, pois, a realização emancipatória do direito, capaz de superar a distinção entre o mundo do direito, formal, e a concretude da vida social. Aqui, ainda, cabe a reafirmação da tese marxiana: a verdadeira liberdade, a concreta igualdade e a democracia efetiva só se consolidam a partir da superação da propriedade privada, e das contradições sociais suscitadas pela mesma, base de um ordenamento jurídico essencialmente protetivo-repressivo. Sobre o historicismo e o caráter dialético e progressista que o caracterizam, presentes na concepção crítica de direito, com a ressalva de que, a partir de Gramsci, a transformação gradual possa ser revolucionária e não somente reformista, PISTONE (1997, p. 584) afirma que

A historização das instituições e dos valores políticos em relação à evolução do modo de produção, proposta pelo materialismo histórico, possui um significado político evidentemente progressista. Com efeito, esta orientação teórica, embora critique o racionalismo abstrato do jusnaturalismo moderno, aceita sua tendência racionalista fundamental, que se traduz numa crítica às instituições existentes do ponto de vista das possibilidades racionais do homem, e lhe acrescenta a consciência de que o progresso rumo a instituições cada vez mais racionais é condicionado pela evolução histórica das estruturas econômicas e sociais. De resto, a atitude progressista do historicismo de origem marxista pode assumir um pensamento revolucionário ou reformista, segundo que o desenvolvimento econômico-social e, conseqüentemente, político, seja concebido como um processo que se desenrola através das contradições e rupturas, ou então como evolução gradual.

Na ótica historicista de Gramsci o direito de uma nova civilização se relaciona com a práxis voltada para a potencialidade do momento catártico, para saída da manipulação para a transformação. O direito de uma sociedade capaz de superar as contradições é resultante da catarse promovida pelas classes subalternas, necessária à passagem do momento econômico, caracterizado pelo egoísmo passional, para o estágio ético-político. Passagem do objetivo para o subjetivo, da necessidade para liberdade, um salto para fora do determinismo econômico, em busca da concreta liberdade política (COUTINHO, 2003, p. 90-91). No mesmo sentido, para Marx, nenhum dos chamados direitos do homem é capaz de ultrapassar o egoísmo inerente à sociedade burguesa, na qual o indivíduo é voltado para si mesmo, sendo os direitos marcos exteriores aos indivíduos. Verifica-se uma limitação da independência primitiva do

homem, com o escopo de conservar os seus interesses particulares, as suas propriedades e as suas individualidades egoístas (WOLKMER, 2006, p. 215 – 216). Para Gramsci, assim como entende Marx, a proclamação dos direitos do homem e do cidadão, como emancipação política, representa apenas uma etapa da dinâmica histórica.

Alcançar o estágio ético-político é viabilizar a realização do direito que produza leis não sustentadas somente na força, na coação organizada. A legalidade, resultante da superação das distinções de classe, se pauta na solidariedade e na realização da autonomia dos indivíduos, não compreendidos a partir da miopia egoísta, capazes de realizar seus direitos e deveres não por medo da coação. Na superação das limitações postas pela “naturalidade” dos princípios jurídicos, contraposta pelo reconhecimento da historicidade inerente ao mundo do direito, os direitos de cunho liberal-individualista são desnaturalizados, ultrapassando as limitações jurídico-formais. A igualdade e a liberdade, por exemplo, alcançariam, sua plenitude, de modo que o objetivo desse direito novo é instaurar a ordem em si, com a máxima jurídica pautada na possibilidade de integral realização do ser humano, para todos os cidadãos. Em se concretizando esta máxima, caem por terra todos os privilégios existentes na sociedade liberal-burguesa. Busca-se o máximo de liberdade com o mínimo de repressão (Gramsci, 1979, p. 54). Vale mencionar ARRUDA JR (1997, p. 17), na seguinte manifestação:

Não foi Gramsci o primeiro a exigir uma revolução moral e ética como condição primeira para toda mudança que se queira duradoura e democrática? Não foi Gramsci o primeiro a enfatizar que a transformação se dá primeiramente na sociedade civil, antes de constituir uma dominação do Estado? (ARRUDA JR, 1997, p. 17).

Encontramos em Gramsci a sequência da filosofia humanista marxiana, caracterizada pelo rompimento com o conceito formal de liberdade, individualista e minimizador das contradições existentes na sociedade, e pelo estabelecimento das bases para a busca de uma práxis concreta e emancipatória (WOLKMER, 2005, p. 134). O direito, para ser verdadeiramente atrelado à práxis dos sujeitos sociais, deve ser expressão integral de uma sociedade, não se reduzindo a um conjunto de regras de conduta que regulam a intervenção do Estado na vida social. Deve, ainda, ter uma função renovadora, livre de resíduos transcendentais, absolutos e moralistas. Para a realização de suas funções renovadoras, para ser educador em uma nova sociedade, o caráter punitivo do direito, mesmo que este subsista, num período de transição, deve perder a centralidade (SIMIONATTO, 1995, p. 157). Assim, uma concepção renovadora de

direito não pode ser encontrada em nenhuma doutrina pré-existente, ainda que se reconheça o papel das filosofias ao longo da história. Se todo o Estado (dentro do conceito ampliado) cria e difunde costumes, um novo modelo de Estado faz desaparecer uma civilização que lhe precede, estabelecendo novos costumes. Para tal finalidade, essencialmente educativa, se presta o direito, ao lado da escola e de outras instituições. No entanto, o direito, surgido de uma concepção renovadora, deve se despir do moralismo, *embora não possa deixar a idéia de que o Estado não pune*. Entretanto, O caráter criativo e formativo do direito não subsiste diante dos intelectuais espontaneístas e do racionalismo que crê numa certa “natureza humana”, otimista e superficial (GRAMSCI, 200c, p. 28, 250).

A função coercitiva do direito permanece inerente, necessária ao Estado. Gramsci afirma que “o direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado” (GRAMSCI, 2000c, p.28). Em virtude da negatividade da sanção, defende, ainda, que à concepção de direito deveriam ser incorporadas atividades, ações, que premiam indivíduos. De qualquer modo, em Gramsci direito não se confunde com sanção, e as funções do direito se colocam em um patamar diferente do direito liberal-burguês, afastando-se do caráter meramente repressivo-protetivo. Ao afirmar que a concepção verdadeiramente renovadora de direito deve estabelecer novos costumes, relaciona o direito com as realizações das classes subalternas. Aos sujeitos históricos capazes de estabelecer uma nova juridicidade, se destina a tarefa de estruturar, pela atuação de seus intelectuais orgânicos, especialmente a atuação do “moderno príncipe”, uma nova hegemonia, capaz de implantar e levar adiante um projeto de sociedade voltado para assimilação de toda a sociedade, para levar o Estado e o direito a serem reabsorvidos pela sociedade civil, o fim último do historicismo gramsciano (GRAMSCI, 2000c, p. 249). A reabsorção, entretanto, se dá, através de um processo de longo prazo, no qual o Estado passa da identificação como governo, a partir da sociedade política, para uma identificação com a sociedade civil, com o desaparecimento gradual da coerção em favor de um Estado ético, sendo o conceito de direito transformado nesse processo (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 359).

2.2 Ideologias jurídicas hegemônicas na modernidade

Primeiramente cabe mencionar que, para melhor compreensão das relações possíveis entre a obra de Gramsci e a teoria crítica do direito, é importante a abordagem do direito a partir da articulação das categorias teóricas por ele elaboradas. Das relações possíveis entre as categorias é que se torna perceptível a significativa contribuição gramsciana para uma elaboração crítica do direito, bem como o delineamento de estratégias de atuação para que a crítica não se detenha somente no campo teórico, condenada à esterilidade, e seja capaz de servir de referência para a compreensão do direito e para a prática jurídica, conforme veremos ao longo do texto.

A ideologia, para Gramsci, não se apresenta como mero reflexo das relações estruturais, possuindo relativa independência diante das determinações econômicas, sendo “elemento material disseminado ou componente inconsciente necessário nas práticas de representações das instituições” (WOLKMER, 2000, p. 99). Embora considere aspectos negativos dentro da sua conceituação de ideologia, esta é voltada, principalmente, para a função das idéias na vida social, conforme apresentado no primeiro capítulo (EAGLETON, 1997, p. 16). Considerando a centralidade que ocupa a ideologia na sua produção intelectual, e a herança marxista que carrega, ainda que não se limite à definição de mera falsidade, de falsa crença, é possível dizer que Gramsci se enquadra no que BOBBIO, citado por STOPPINO (1997, p. 585), denomina de conceito forte de ideologia. Ainda, é uma conceituação forte porque não se restringe a neutralidade conceitual de ideologia, presente nas concepções jurídico-políticas tradicionais que se constituem como paradigmas do pensamento jurídico moderno, a saber, o jusnaturalismo e o juspositivismo. As relações estabelecidas entre coerção e consenso, entre ditadura e hegemonia, são expressão de práticas sociais determinadas por ideologias, as quais expressam e constituem, segundo a definição contundente de MACCIOCHI (1980, p. 151), um sistema ideológico.

Esse sistema ideológico envolve o cidadão por todos os lados, integra-o desde a infância no universo escolar e mais tarde no da igreja, do exército, da justiça, da cultura, das diversões, e inclusive do sindicato, e assim até a morte, sem a menor trégua; essa prisão de mil janelas simboliza o reino de uma hegemonia, cuja força reside menos na coerção que no fato de que suas grades são tanto mais eficazes quanto mais invisíveis se tornam.

Nesse contexto se enquadra o direito, identificado materialmente nas estruturas político-jurídicas, que por sua vez reproduzem, e também criam, ideologia jurídica, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. As concepções filosóficas se desdobram em concepções jurídicas e políticas que, ao longo da modernidade, se consolidaram como hegemônicas, entranhadas que estão no senso comum das democracias ocidentais. Não olvidemos, ainda, as possibilidades contra-hegemônicas dentro da teoria do direito e nas atuações dentro de espaços públicos existentes na sociedade civil e na sociedade política. A leitura da ideologia realizada por Gramsci é dialética, oscilando entre os pólos da alienação (compreensão negativa) e da emancipação, “como processo contraditório passível de negação positivadora de uma nova ordem” (ARRUDA JR. 1997, p. 32).

O aspecto ideológico do direito pode ser abordado a partir da análise da vinculação entre o mundo do direito e as ideologias orgânicas que o conceberam, de modo que ideologia e direito não se encontram em duas esferas estanques, “cientificamente” incomunicáveis, afastados pela neutralidade científica pretendida pelos juspositivistas. Portanto, sobre as ideologias orgânicas, pertinentes ao *modus vivendi* das classes dominantes que se estende como dominação ideológica sobre as classes subalternas, é erigido o direito moderno. Em se tratando da tradição jurídica da modernidade, os referenciais filosóficos, fundamentos para as ideologias orgânicas que determinam o pensamento jurídico hegemônico, são derivados da filosofia liberal-burguesa, ou seja, do contratualismo, e do juspositivismo.

Nesse sentido, o processo de construção da modernidade jurídico-política, e, conseqüentemente, da filosofia liberal e contratualista correspondentes, servem de base ideológica para a utopia democrática do século XIII, na qual está presente a concepção moderna de direito. Os costumes, o modo de vida da burguesia, no longo espaço de tempo em que se consolida a ruptura com o mundo medieval, antecedem a construção do direito moderno. As revoluções contra o absolutismo já se inseriam no costume da classe ascendente, como aspiração e como práticas sociais, das quais grande parte se tornou direito, ou mais: fundamento para a concepção de juridicidade na modernidade. Com as mudanças nas relações sociais, a partir da atuação da burguesia em busca da hegemonia, e das desigualdades culturais e econômicas, o caráter obrigatório do direito veio a aumentar, no contexto de formação dos estados e das soberanias nacionais, aumentando a zona de abrangência estatal (GRAMSCI, 2000c, p. 249).

A idéia gramsciana de ideologia remete a um determinado conjunto de práticas, interesses manifestos e aspirações sociais, econômicas e culturais de uma classe social, que fundamentam princípios que repercutem no conjunto da coletividade e da vida social, na medida em que seja esta classe social capaz de estabelecer sua hegemonia sobre as demais classes. Esse conceito de ideologia é relevante para que percebamos como se desenvolve historicamente as ideologias burguesas, incluindo o direito moderno, partindo de uma longa luta contra-hegemônica no meio da Idade Média, para consolidar sua hegemonia séculos depois, com as revoluções liberais.

Em 1184 d.C., na cidade francesa de Châteauneuf, revolucionários assumiram o controle dos principais edifícios, anunciando que protestavam contra impostos, extorsões e restrições à sua liberdade de trabalhar e comerciar. Instados a renunciar à “comuna ou conjura...que construíram”, recusaram-se. Passou-se um ano antes que a ordem fosse inteiramente restabelecida e, mesmo assim, persistiram os boatos sobre conspirações, tramas e sociedades secretas. Os revolucionários eram, nas palavras do Papa, “os chamados burgueses”, ou, nas palavras do arcebispo, “*potentior burguenses*”, ou, poderosos burgueses (TIGAR; LEVY, p. 19, 1978).

As revoluções liberais são, portanto, o ponto culminante, o golpe de misericórdia, que estabelece um novo bloco histórico no lugar do velho mundo, que começara a ruir, definitivamente, ainda que em um processo longo, com o renascimento cultural e a reforma protestante. A ideologia dos burgueses é, entretanto, gerada e, principalmente, vivenciada, num modo de vida questionado e alvo da ideologia dominante, vinculada à hegemonia da Igreja Católica. O mercador, quando surgiu na Europa, por volta do ano 1000, era alvo de ataques dos senhores feudais e de membros do clero. Os “pés sujos” atravessavam as cidades, vivendo do comércio e do lucro auferido (TIGAR; LEVY, p. 20, 1978). São portadores, e realizadores, de uma nova cultura, vislumbram uma ordem econômica que lhes garanta liberdade para comerciar e aumentar seus ganhos, numa perspectiva individualista que destoa na realidade das corporações de ofício. Tais expectativas, como veremos, culminaram com as teses filosóficas que fundam o direito moderno, as quais correspondem às ideologias vinculadas aos interesses da burguesia, cabendo aqui observar que as idéias, as filosofias, não nascem umas das outras, mas do desenvolvimento histórico real (GRAMSCI, 2000a, p. 256).

A construção da hegemonia cultural da burguesia inicia-se na luta contra-hegemônica contra o bloco histórico sustentado pelo domínio cultural da Igreja, apoiada na nobreza feudal agrária. A coesão cultural e política na Idade Média, num quadro em que

encontramos uma pluralidade de feudos e de senhores, foi garantida pela hegemonia da Igreja, que mantinha a unidade social pelas estreitas ligações entre os feudos a partir da unidade religiosa, de uma única religião, o catolicismo (DAL RI, 2002, p. 39). PECES-BARBA, citado por WOLKMER (2006, p. 103), define o homem burguês como:

O habitante do burgo, da cidade, com atividades de mercador, de artesão, de funcionário, de advogado ou de homem de letras, com direitos reconhecidos na Cara Jurídica de seu município (...). De burgueses, como habitantes das cidades, passaram a ser burgueses cidadãos (...). A burguesia mais representativa do nascente espírito capitalista era uma burguesia da cidade, ainda que existisse (...), uma burguesia agrária e campestre, proprietária de terras (...).

Eis os novos sujeitos históricos, os novos intelectuais, que estabelecem materialmente as ideologias que norteiam a modernidade ocidental, uma nova ordem social e cultural. Sujeitos que realizam uma nova perspectiva cultural e econômica ao mesmo tempo em que realizam a mercancia, considerando que ambas são indissociáveis. Se estabelece, política, econômica e culturalmente, um novo grupo social essencial, que por sua vez encontrou categorias intelectuais pré-existentes: os quadros que compunham o clero. Essa categoria de intelectuais ligados à aristocracia fundiária, sua aliada, com a qual dirigia o exercício da propriedade feudal e os privilégios correspondentes, e diante dos quais a burguesia se apresentava como contra-hegemônica (GRAMSCI, 2000b, p.16).

A burguesia assume a condição de classe significativa historicamente, exercendo um papel importante para a ruptura com o medievo. Isso, num período em que o mundo vivencia um desenvolvimento cultural e científico, que superam os limites do dogmatismo medieval, caracterizando o mundo novo que surgia: secularizado, racionalista e antropocêntrico. Do projeto da modernidade, resultam as revoluções burguesas, baseadas no contratualismo e no iluminismo. São estabelecidos os fundamentos jusfilosóficos que serão incorporadas ao jusnaturalismo moderno. A religião deixa de ser a forma ideológica dominante, com a Igreja perdendo sua função de guia, ocorrendo no período a reforma protestante, que acaba com a unidade cristã medieval. Ocorre a separação de tudo o que fora unificado na Idade Média: a razão separa-se da fé, assim como a filosofia se afasta da teologia; o Estado separa-se da Igreja; a natureza e o homem separam-se de Deus. Emerge a ética individualista do liberalismo, baseada na noção de liberdade em diversos aspectos da vida: filosofia, economia, política, religião... A

filosofia do período busca dar a justificação natural para o novo mundo nascente (WOLKMER, 2006, p. 105-108).

Os interesses, os anseios e as práticas constituem um modo de vida que se tornou, conforme o exposto, incompatível com a realidade cultural e econômica do medievo, o individualismo não pode se sustentar num mundo de caráter corporativista, o modelo de economia pautado no mercantilismo não combina com uma sociedade agrária e senhorial. As taxas e impostos que cada feudo cobrava, conforme a vontade senhorial, num contexto de diversidade de feudos, prejudicava o trânsito de mercadorias, que se comprometiam também pela multiplicidade de pesos e de medidas. A lógica do novo modo de produção requeria uma organização política centralizada, capaz de estabelecer as leis que para garantia da segurança e da precisão nas relações de comércio. A justificação filosófica para o mundo emergente surge com os filósofos contratualistas e liberais, capazes de justificarem e de sistematizarem com coerência e sofisticação filosófica as idéias e práticas pertinentes ao novo mundo. Servem, ainda, para atestar a falência do Estado absolutista, e para apontar a necessidade de um passo adiante na consolidação da hegemonia de uma classe, no rumo das democracias formais que moveram os espíritos revolucionários. A abordagem historicista da filosofia, realizada por Gramsci, pertinente para análise da construção da modernidade, coloca na base da filosofia a vontade racional. A vontade atuante por um largo tempo serve de base para a filosofia, se converte em referencial ideológico, se torna cultura, bom senso difuso, capaz de se converter em norma ativa de conduta (GRAMSCI, 2000a, p.202).

A modernidade no direito chega norteadada pelo princípio da calculabilidade, sistematizado e organizado para livrar o comércio das incertezas, e dos riscos. A organização e sistematização não encontram parâmetro na história, ainda que possamos encontrar no direito moderno categorias e institutos característicos do direito romano (CAPELLA, 2005, p. 130). Esse direito é justificado na filosofia contratualista, que assegura a “naturalização” daqueles interesses e daquelas aspirações e práticas que vinham se realizando pela burguesia ao longo dos séculos. Trata-se da principal tendência de cunho idealista do pensamento jurídico ocidental, pela qual se defende a idéia de um direito imutável que se coloca para além da legalidade posta pela autoridade, mas que, sendo natural, se presta como norte para a regulação da vida social, incluindo as leis positivas (WOLKMER, 2000, p. 154-155). As vontades da nova classe hegemônica se convertem em filosofia, sendo possível, conforme CAPELLA (2002, p. 104),

estabelecermos um vocabulário mínimo acerca do relato político moderno, com implicações diretas na conformação do direito. Segundo o autor citado, seriam indispensáveis as seguintes definições: indivíduo, estado de natureza, esfera pública e esfera privada, direitos, pacto, cidadania, povo e representação. Todas constituindo elementos determinantes da racionalidade moderna, antropocêntrica e individualista, de matriz renascentista, na qual a razão liberal-burguesa substitui a fê.

A razão de uma classe social é sacralizada, e determina a racionalidade moderna. A vontade de uma classe social, pela atuação dos intelectuais que a representam, se torna natural e “a natureza fornece ao político um modelo que nem o legislador nem o magistrado devem perder de vista para não correrem o risco de atentar ao mesmo tempo contra a essência do político e a essência da justiça” (GOYARD-FABRE, 2002, p. 32). A partir de então o homem é naturalmente egoísta, na perspectiva individualista de Hobbes, posto à margem da sociabilidade (CAPELLA, 2002, 104-105). O pacto capaz de superar um estado de natureza cruel, para Hobbes, serve para a centralização do poder, para introduzir a certeza da lei e a razão, onde impera a violência. Eis aí, outro aspecto da mitologia moderna: a concepção do Estado de natureza, uma concepção abstrata pela qual Hobbes pretende legitimar o poder soberano, forte e centralizado. Locke, por sua vez, demonstra em seu estado de natureza que a propriedade privada, assim como o trabalho assalariado e a acumulação, direitos naturais diante dos quais, “o artificial poder político não estará legitimado a interferir neles” (CAPELLA, 2002, p. 106).

Desse estágio preliminar à instituição do Estado, Rousseau oferece sua concepção de pacto, como passagem de uma instância para outra, do hipotético estado de natureza, à organização política sustentada pela democracia representativa e formal, capaz de retirar a soberania da figura do monarca hobbesiano, e colocá-la formalmente nas mãos do povo, capaz de realizar sua vontade através da representatividade parlamentar (CAPELLA, 2002, p. 109 – 116). O estabelecimento de duas esferas viabiliza, na modernidade, que as desigualdades materiais subsistam ao lado da igualdade e da liberdade, que se limitam ao campo formal, conforme vimos na crítica marxiana. Todos são diferentes, capazes de se realizarem enquanto indivíduos egoístas, na esfera privada, bem como todos são iguais na esfera pública, que estabelece um *standard* de homem, abstrato, cidadão.

Com as revoluções burguesas a ideologia liberal-individualista se enraíza no direito, oferecendo conteúdo à idéia dos ditos direitos naturais. A liberdade que se sustenta na limitação de todos ao âmbito da legalidade, estabelece como finalidade principal um Estado que serve para garantir os direitos individuais de cada um, para que cada homem possa realizar a livre iniciativa, em busca de realização pessoal que se converte, conforme o ideário liberal, em benefício para a sociedade, conforme NOVOA MONREAL (1988, p. 99):

De acordo com princípios liberais-individualistas, será livre a ação dos indivíduos – impulsionada pela livre iniciativa e pelo espírito de lucro, amparada pelas garantias individuais e a liberdade de indústria e comércio, apoiada no direito de propriedade privada e com toda as possibilidades que dá a liberdade de contratação – a que promoverá a melhora e o progresso de toda a humanidade. Do livre jogo da atividade dos indivíduos surgirá uma sociedade cada vez mais adiantada, mais rica em seus indivíduos e, por conseguinte, em seu conjunto.

Entretanto, a ideologia do direito natural tem um conteúdo cambiável, conforme a força histórica que o movimenta: se no último bloco histórico é a burguesia, em outro foi o clero quem atribuiu conteúdo para o conceito natural de direito. Assim, jusnaturalismo defende um ideal eterno de direito, imutável, o qual, no entanto, é mutável ao longo da história, é afetado pela historicidade secular das vontades que buscam fundamentação metafísica para o direito. A variedade de referências, de fundamentos essenciais para o direito natural, serve como comprovação da historicidade dos discursos que o fundamentam, ainda que o fim último seja a concepção de uma idéia de direito que se coloque além da história. Assim, como idéia-força do jusnaturalismo, na Antigüidade se encontra a natureza, o *nomos*, com cuidado de mencionar ambigüidade do termo *nomos*, que, segundo GOYARD-FABRE (2000, p. 7), pode ser utilizado tanto para nomear a ordem dos homens, quanto para designar uma ordem divina, ou seja, tanto a lei da cidade quanto a lei natural. A vontade divina, no medievo; e, na última concepção, a razão humana, ou melhor, a razão de uma classe que se torna razão universal, consolidando sua hegemonia na modernidade ocidental.

A modernidade no direito é, portanto, construída com a reedição de velhas questões fundamentais para a filosofia e a teoria do direito, a dualidade entre convenção social e natureza como fundamentos do direito. O conceito de direito natural está presente na fundação da filosofia do direito, bem como é a idéia de direito que mais polêmica suscitou ao longo da

história, tendo em vista o caráter mutável do conceito e a oposição ao positivismo jurídico. A obra *Antígona* de Sófocles é um exemplo: nela encontramos o contraponto entre a lei da cidade, no caso o decreto de Creonte, e a consciência moral e religiosa de Antígona. No debate central da obra, encontra-se a antítese entre a relatividade das leis políticas da Cidade-Estado e qual deve ser o fundamento destas. Antígona afirma agir com base em uma lei que apesar de não escrita é justa, universal, inabalável e eterna, diante da qual a lei escrita de Creonte deveria submeter-se. Opta por obedecer ao que considera eterno, e não ao temporal, decisão que tem um fundo religioso, e também um sentido moral com referência nos costumes e nos usos, bem como às exigências éticas. Pretende-se, a partir da fundamentação transcendental do direito, situar a moral num estágio superior diante da política (GOYARD-FABRE, 2000, p. 5-8). Segundo NOVOA MONREAL (1988, p. 65):

A tese do direito natural exerceu, sempre, um efeito conservador no direito. O mecanismo utilizado consiste em afirmar que se a legislação tradicional se cinge, em grande parte, às exigências desse direito natural, pelo menos em todas as suas instituições básicas (entre as quais se menciona muito especialmente o direito de propriedade privada), devem estas ser tão eternas e imutáveis como se pensa que seja aquele direito.

O caráter eminentemente conservador da doutrina do direito natural passou a transformar-se em um verdadeiro lugar comum dentro da teoria jurídica.

Com o desenvolvimento das instituições políticas e jurídicas, desenvolve-se também o caráter formalizante do Estado liberal, que tem como marco as codificações, que determinam um novo momento para o direito moderno, que passa a ter um novo modo de produção, no seio da estatalidade (GROSSI, 2004, p. 106). Gradativamente, a validade do sistema político passa a ser vinculada com a formalização mais organizada e sofisticada do sistema normativo, no qual a racionalidade e a normatividade ao modo de produção capitalista. Nessa evolução, dois paradigmas são consolidados: depois da afirmação das teses filosóficas do jusnaturalismo, produto do racionalismo, com fundamentação metafísico-natural, emerge o positivismo jurídico, que se sustenta no racionalismo lógico-instrumental, que pretende retirar do direito as especulações de cunho metafísico (WOLKMER, 2003, p.65).

A doutrina positivista leva o direito da sacralização natural para cientificidade e racionalidade auto-suficiente do ordenamento normativo, reconhecendo a autonomia da norma jurídica e da ciência do direito. Afasta-se o direito das especulações do

direito natural, apartando o direito da valoração moral, de seu conteúdo ético. Para realização do ideal de cientificidade positivista, em busca da neutralidade científica, não é prudente a intervenção do relativismo ético e moral, os quais podem comprometer a pureza científica. Como explica KELSEN (2003, p.1-2):

A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito positivo – do direito positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial. (...) Quando a si própria se designa como pura teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é seu princípio metodológico fundamental (...). De um modo inteiramente acrítico, a jurisprudência tem-se confundido com a psicologia e a sociologia, com a ética e a teoria política. Esta confusão pode porventura explicar-se pelo fato de estas ciências se referirem a objetos que indubitavelmente têm uma estreita conexão com o Direito. Quando a teoria Pura empreende delimitar o conhecimento do Direito em face destas disciplinas, fã-lo não por ignorar ou, muito menos, negar essa conexão, mas porque intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza de seu objeto.

Consequentemente, o conceito de direito se reduz ao conjunto de normas estabelecidas pelo poder político capaz de se impor sobre a vida social, com destaque para a coação da sociedade política que institucionaliza o direito é sua única fonte válida. Ainda que não desconsidere as outras ciências humanas, segundo o próprio Kelsen, o direito está distanciado cientificamente destas. O positivista pretende compreender o direito como ele é, e não como deveria ser, ou como determinada corrente filosófica gostaria que fosse. Com o juspositivismo, empreendeu-se um esforço para dar ao direito o caráter de verdadeira ciência, semelhante às ciências físico-matemáticas, naturais e sociais, com a avaloratividade científica, pautada em juízos de fato, afastada dos juízos de valor (BOBBIO, 1995, p.135). Eis o contraponto entre positivismo jurídico e o jusnaturalismo: as questões filosóficas sobre justiça e injustiça, a legitimação ética do poder criador do direito, é substituída pelo rigor científico. Busca-se uma forma anti-ideológica de direito, isolando-o dos valores, do próprio conteúdo do direito, o que leva o formalismo jurídico ao extremo, com destacado papel para a essência coativa direito, garantia de validade das normas pela força.

Trata-se, entretanto, aos olhos da crítica do direito, de um antagonismo aparente, que pode ser entendido como continuidade, desde que compreendamos que o direito estabelecido pelas revoluções burguesas, sustentado na naturalidade de seus

principais institutos e categorias, com o positivismo jurídico pretende alcançar a neutralidade científica. Um dos teóricos do estado de natureza, Hobbes, já sustentava a essência coativa do direito como necessária para a consolidação de um modelo de Estado capaz de centralizar a criação e a aplicação de normas jurídicas. A positividade do direito foi elemento essencial para o formalismo característico do processo de codificação, que tem matriz no próprio jusnaturalismo, e identifica legitimidade e legalidade, numa racionalização do direito moderno baseado na presunção de neutralidade e de universalidade do direito (WOLKMER, 2003, 65). O jusnaturalismo acaba dando origem ao positivismo, inserido na idéia da codificação, de modo que, sendo “filho do jusnaturalismo iluminista, o Código leva consigo, bem penetrado na sua estrutura óssea, a marca da antítese jusnaturalista, a mais grave a pesada antítese da história do direito moderno” (GROSSI, 2004, p. 112, 114). São destacadas, nos discursos político, filosófico e científico, a segurança, a hierarquia e a certeza, características do arcabouço “completo” legislativo, bem como se reforça a certeza da unidade, de modo que só o direito emanado do poder soberano é o único que tem coercibilidade (WOLKMER, 2003, p. 61).

Com efeito, constituiu-se uma tradição que sustenta a existência do Direito para atingir a consecução de elevados fins, como a justiça, a igualdade e a liberdade jurídica, mas que, simultânea e paradoxalmente, pauta-se em princípios altamente obstaculizadores destes fins, como o monopólio estatal da produção jurídica, o qual trás em si a conseqüente consideração de *não-direito* as manifestações sociais organizadas; o acobertamento das imperfeições da democracia indireta, salientando-a apenas como ganho da civilização; da despersonalização completa e absoluta dos julgadores, com base na neutralidade axiológica e na imparcialidade, o que conduz muitas vezes ao legalismo irracional e à indiferença do julgador em relação ao caso por ele analisado; da falsa completude científica do Direito, resultante em uma administração estritamente técnica de suas normas e de seus resultados efetivos, praticamente sem comunicação com outros saberes sociais; da recusa teórica em aceitar a comunicabilidade do Direito com a ideologia, o poder, a justiça material e a estratificação social; da hermenêutica norteadas pelo método lógico-formal.

A vontade soberana do povo, pela via da democracia representativa, deixa o âmbito político restrito aos parlamentos, criadores das normas, no quais opera-se o reconhecimento de direitos estabelecidos e vivenciados antes do próprio pacto político, conforme o ideário do jusnaturalismo. E estes direitos não deveriam encontrar grandes obstáculos pela

frente, de modo a preservar a essência liberal do Estado. Por outro lado, na nomogênese positivista encontramos o momento de criatividade restrito à atividade parlamentar, que cessa com a cristalização Estatal (a única possível) da norma, a qual não deveria dialogar com o mundo exterior ao direito. Trata-se do ápice de organização e formalização do direito pela estatalidade, que acaba por reforçar o ideário de democracia que está na fundamentação do Estado moderno.

O direito que se consolida na tradição moderna escapa, pretensamente, das ideologias, as quais, conforme o pensamento jurídico-político conservador, são consideradas a partir de sua caracterização fraca (BOBBIO *apud* STOPPINO, 1997, p. 585). A tradição que consolida o direito moderno com base em seus dois grandes paradigmas não reconhece a própria condição ideológica, ainda que os dois referenciais paradigmáticos representem uma continuidade, da natureza rumo a neutralidade científica, tendo em vista que se sustentam sobre as mesmas bases econômicas, culturais e políticas estabelecidas pelo capitalismo. O positivismo jurídico é produto das necessidades apresentadas à juridicidade de classe da burguesia, a qual, consolidada hegemonicamente e temendo a contestação, a história que pode ser escrita pelas classes subalternas, nega o próprio passado revolucionário, e focaliza o poder no tempo presente, revestindo o direito com a precisão de uma ciência positiva (LEVY; TIGAR, 1978, p. 282). Uma racionalização que faz apologia ao conformismo de classe, próprio da pequena burguesia, em uma época de grandes transformações sociais, sendo a teoria pura kelseniana uma moderna representante de velhas concepções assépticas de justiça, identificada com a vontade do mais forte, uma ideologia jurídica que se sustenta na essencialidade da sanção (BOBBIO, 1980, p. 128 - 129). Num primeiro estágio, as ideologias são afastadas pela naturalização, enquanto que num segundo momento a naturalização é posta em questão, sendo substituída pelo mito da cientificidade positivista. À racionalidade material, pertinente aos valores e à ética liberal-individualista, é acrescida a racionalidade formal, essencialmente instrumental, processual (WOLKMER, 2003, p. 64).

Apesar de pretender ser uma teoria e não uma ideologia, uma expressão de comportamento avaliativo, valorativo, o positivismo acaba sendo, diante da materialidade das relações jurídicas e sociais um modo determinado de entender o direito, o certo modo de querer o direito, de modo que se apresenta como uma ideologia (BOBBIO, 1995, p. 223-224). Se a pretensão do positivismo era garantir o caráter científico, distante das ideologias, dos questionamentos e proposições axiológicas de cunho metafísico, acabou o próprio

positivismo se estabelecendo como ideologia jurídica, que se presta como mais uma justificação para o direito e para a estatalidade de matriz contratualista. Há que se reconhecer, segundo CAPELLA (2002, p. 37) que:

As ciências sociais são ainda muito permeáveis à ideologia. A reflexão moderna sobre o direito tende a contemplá-lo como fechado em si mesmo - isto é, tratando de fazê-lo inteiramente calculável de antemão, respondendo assim à exigência de segurança do capitalismo concorrencial -, e a considerar “lógica” a evolução do direito, como se sua história fora autônoma, para o qual os aspectos não-jurídicos da sociedade resultaram irrelevantes. Introduzir-se na compreensão crítica do direito, no entanto, exige referi-lo constantemente, sem perder de vista sua especificidade: a sua complexa relação com outros aspectos da vida social.

O processo de desenvolvimento jurídico-político e econômico da burguesia na modernidade serve como exemplo para ilustrar a relevância do conceito de ideologia orgânica de Gramsci e, bem como para demonstrar o caráter emancipatório que a luta pela consolidação de uma ideologia pode ter. No desenvolvimento de um novo modo de vida, ou seja, de uma nova cultura e de uma nova economia, se desenvolve uma nova ideologia. Desse modo o conceito de ideologia não se limita somente ao aspecto negativo que possa ter, ou seja, não pode ser considerada simplesmente como mera aparência. Para a análise da relação entre ideologia e direito, serve o exemplo histórico da burguesia e da ideologia jurídica que lhe corresponde, capaz de servir de base orgânica para a construção de um novo direito, com norte distinto daquele que foi hegemônico no medievo. Estabeleceu-se o pensamento jurídico tradicional, cujas matrizes conceituais fazem valer um modelo de direito no qual se identificam princípios teórico-metodológicos, representações jurídico-ideológicas de matizes jusnaturalistas e positivistas:

A concepção jurídico-normativa tipificada pelo caráter abstrato, genérico e institucionalizado tende a harmonizar os diversos interesses conflitantes no bojo da organização sóciopolítica, bem como disciplinar e manter as diversas funções do aparelho estatal. Este caráter ideológico, passível de ser detectado na doutrina positivista, não é de forma alguma “reconhecido”, mas “ocultado” pelo dogmatismo jurídico oficializado. (...) a suposta Ciência Jurídica carece de “pureza” normativa, pois sua dimensão histórico-social só pode ser inteiramente compreendida enquanto representação jurídica ideológica. Ora, partindo-se da proposição de Gramsci de que “toda ideologia é compreendida como uma concepção de mundo que se manifesta em todas as atividades da vida individual e coletiva”, deve-se, de imediato, precisar os influxos ideológicos na esfera da chamada Ciência Jurídica. A ordem jurídica positiva reflete sempre um arcabouço ideológico de uma dada existencialidade concreta. Impõe-se, destarte, que toda a estrutura jurídica traduz o jogo de forças hegemônicas de uma organização estatal institucionalizada (WOLKMER, 2000, p.172).

O direito moderno é produto da práxis social, da vivência e da construção de uma cultura jurídica a partir de uma classe social, capaz de consolidar sua hegemonia a partir da sua difusão cultural e da dominação econômica, que começou a ser estruturada dentro do modo de produção feudal, ou seja, num quadro econômico e cultural desfavorável, mas juridicamente pluralista. O poder da classe, posteriormente, passa a sustentar e se sustentar no poder do Estado, produto da racionalização moderna difundida pela burguesia. A ideologia em Gramsci perde sua carga negativa, servindo como conteúdo para a hegemonia, embora não seja reduzível a ela. Hegemonia é conquistada quando um grupo social consegue dar universalidade aos seus interesses, diante das demais classes sociais, sendo a ideologia uma parte da hegemonia, o elemento constitutivo desta (CÁRCOVA, 1998, p. 158).

A idéia de direito como mera manifestação ideológica se presta para a crítica, entretanto a partir da percepção da materialidade dos fatores históricos que confluíram para a construção da juridicidade moderna é possível enriquecer a análise. Se considerarmos mera aparência, tratamos de uma abordagem externa, de uma perspectiva não-burguesa, de uma classe que não se reconhece como sujeito histórico dentro da construção daquela ideologia que se apresenta como aparência distorcida da vida material. Daí o caráter negativo da ideologia, difundida como razão de toda a sociedade quando, historicamente, é razão de uma só classe, que se estabelece hegemonicamente, ou seja, é capaz de interferir de maneira decisiva na formação cultural de outras classes sociais.

De acordo com a idéia gramsciana de luta ideológica, de luta contra-hegemônica, cabe às classes sociais hoje subalternas desenvolverem, de modo autônomo, sua própria cultura, um modo de vida que lhe corresponda e que lhe seja adequado. Assim, é possível caminhar no rumo da superação do mundo que conhecemos, tão injusto para as classes subalternas assim como fora o mundo medieval para os burgueses. E na consolidação de uma nova cultura, capaz fundar uma nova hegemonia, o papel do direito, a elaboração de novas juridicidades, é de grande relevância. A filosofia da práxis se apresenta como ideologia orgânica, através da qual as classes hoje subalternas poderão inscrever-se na história, tendo em vista que se trata da filosofia que trás em si o rumo para passagem da situação de submissão às necessidades materiais para realização da efetiva liberdade. Para tal finalidade, não necessita a filosofia da práxis de suportes exteriores, que possam se tornar contraditórios, sendo suficientemente

estruturada para servir como fundamento para coesão orgânica de um novo bloco histórico (GRAMSCI, 2000a, p. 206, 242).

Sobre a pretensão de cientificidade, que caracteriza o positivismo jurídico, cabe apontar a forte crítica de Gramsci, que considerava que fazer da ciência a concepção de mundo por excelência, *pretensamente isenta*, é atitude contraditória diante da filosofia da práxis. A ciência é parte da superestrutura, constitui um momento importante desta, especialmente a partir do Século XVIII, período em que se consolidavam os marcos da racionalidade moderna. A ciência, segundo Gramsci, sempre vem acompanhada de ideologia, de modo que a neutralidade se constitui em uma superstição científica tão infantil quanto à religiosa (GRAMSCI, 2000a, p. 174-175). Se a crítica é direcionada à concepção de ciência em sentido amplo, podemos afirmar que com mais propriedade serve para crítica das concepções de direito. Especialmente, diante da idéia de transpor das ciências naturais para o direito o caráter de ciência. Assim, afirma que se nomeou de científico todo o método que fosse análogo ao método de pesquisa e de exame das ciências naturais, que se apresentam como ciência-fetiche. De qualquer modo, para Gramsci não existe ciência por excelência, não existe um método por excelência: toda a ciência cria para si o método adequado, embora reconheça que a metodologia mais genérica e universal é tão somente a lógica formal ou matemática (GRAMSCI, 2000a, p. 234-235).

O politicismo gramsciano leva a uma teoria sobre o caráter ontológico da consciência e sobre o papel desta na vida social. De modo idealista, entretanto, segundo COUTINHO (2003, p.102), Gramsci acaba por negar o conhecimento científico, dado o ceticismo diante do conhecimento ideologizado. A própria filosofia da práxis é uma superestrutura, uma ideologia que, entretanto, se distingue das demais por seu caráter duradouro e menos circunstancial, negando ao marxismo o caráter científico. Não distingue gnosiologicamente ciência de ideologia, não aparta conhecimento objetivo de consciência interessada, apresenta como equivalentes a objetivação histórico-social e a objetivação natural. Todo o conhecimento científico tem um aspecto historicamente relativo, na medida em que a objetividade que possa alcançar depende do momento histórico (COUTINHO, 2003, p.104 – 107).

2.3 O Estado como espaço para atuação contra-hegemônica

Antes de tratarmos da teoria crítica do direito, é pertinente tratarmos do Estado, ou, na linguagem gramsciana, da sociedade política, como espaço para atuação contra-hegemônica, como objeto de análise a partir de uma perspectiva crítica que se situa fora dos limites dos dois grandes paradigmas jurídicos da modernidade, ou seja, o positivismo e o jusnaturalismo. Reconhecer que as instituições político-jurídicas do Estado se prestam como campo para atuação contestatória da própria estatalidade, dá margem para polêmica frente à tradição marxista, e mesmo entre comentadores da obra de Gramsci. MACCIOCCHI (1980, p.156) afirma que Gramsci desconsidera a possibilidade de luta através da democracia liberal e representativa, inviável para a construção de uma via revolucionária pelas classes subalternas. A análise certamente procede, pelo menos em parte. Não é plausível subestimar a crítica de Gramsci ao modelo de Estado e ao modelo de democracia correspondente, elementos essenciais para toda a sua elaboração teórica. Entretanto, a rejeição não é absoluta, como veremos a seguir no texto, principalmente porque o historicismo e a dialética gramscianas não oferecem espaço para dados e conceituações absolutas, passíveis de se transformarem em dogmas.

Por outro lado, não se trata de privilegiar uma atuação crítica diante do direito e do Estado restrita às próprias instituições destes. Tal pretensão é simplificadora, acaba por corroborar com o ideário positivista, por reconhecer que o material ideológico operável pelo intelectual do direito se restringe à lei positiva. É importante, especialmente nos tempos de globalização, de restrição de direitos sociais, a luta pela afirmação e pela defesa destes direitos. Não obstante, a construção de novas juridicidades é vislumbrada de maneira mais generosa se considerarmos as possibilidades que apontam para o pluralismo jurídico, para a atuação dos sujeitos coletivos e de seus intelectuais orgânicos no âmbito da sociedade civil. Ao abordar a continuidade do pensamento de Gramsci na obra de Poulantzas, como referencial para atuação contestatória do intelectual orgânico do direito no interior das instituições, BIAVASCHI (1998, p. 117) afirma que este intelectual não deve afastar-se dos movimentos organizados à margem da estatalidade, sob o risco de comprometer o avanço da democracia para além dos limites do formalismo do direito de origem liberal:

Essas questões, assim expostas, colocam no centro do debate o problema da construção da radicalidade democrática e da busca de caminhos aptos à conquista das liberdades

reais e à superação dos conhecidos limites de uma democracia representativa. Ou seja, a construção de uma *práxis* que viabilize a transformação do Estado num outro, democrático e democratizado, ampliando o poder e a capacidade de participação efetiva dos cidadãos. Trata-se de processo que não prescinde do aprimoramento de formas eficazes de representação popular, pela via indireta. No entanto, não pode desconsiderar os movimentos sociais e o desenvolvimento de novas formas de democracia direta no sentido da reconstrução de espaços de luta e de participação popular que possibilitem a constituição de redes de solidariedade e a conquista da dignidade pelos cidadãos; dois movimentos que devem ser articulados, e não justapostos.

A crítica do direito, na qual podemos encontrar contribuições das idéias e das práticas de Gramsci, supera a idéia positivista de estudo científico, cujo objeto é norma e o ordenamento jurídico. Reconhece o caráter ideológico do direito, não somente na perspectiva negativa, conforme a tradição majoritária do marxismo, mas a partir da dualidade alienação e emancipação na concepção de ideologia. A crítica do direito possível em Gramsci, se dá a partir de uma perspectiva que escapa da tradição do pensamento jurídico, afastada dos modelos de crítica positivistas, que se limitam a propor correções e aperfeiçoamentos para as concepções tradicionais de direito, e de sua origem liberal-individualista. Tais concepções desconsideram, ou identificam como contraditórias diante da moderna razão do direito, os aspectos meta jurídicos, caracterizando-se por essa limitação a crítica intra-dogmática (COELHO, 1995, p. 68). A crítica jurídica que abarca o pensamento de Gramsci é, portanto, meta-dogmática:

Novo modelo de crítica do direito, que considera o fenômeno jurídico como algo integrante do contexto social e dele inseparável. O saber jurídico, da sociologia, da antropologia e da psicanálise, volta-se para o meio onde o fenômeno jurídico ocorre e alarga ao infinito a compreensão que se entende por direito, rompendo de vez com o velho positivismo que o reduzia às leis do Estado (COELHO, 1995, p. 68).

É para a teorização crítica meta-dogmática do direito e da democracia de cunho liberal-individualista, que Gramsci apresenta categorias teóricas de grande relevância: o reconhecimento das ideologias e do caráter ideológico mesmo da filosofia de matriz marxista; a concepção de intelectual orgânico, que opera a partir de determinações construídas pela filosofia e teoria do direito tradicional, repercutindo o material ideológico derivado da evolução do direito na modernidade ocidental; a guerra de posição, que se apresenta como possibilidade de atuação contra-hegemônica, adequada ao Estado que caracteriza o capitalismo contemporâneo; o equilíbrio entre consenso e coerção, característico do Estado ampliado, debate

determinante para a crítica e para a proposição de novas juridicidades, dentro ou fora das instituições estatais. Ademais, a essência do marxismo gramsciano é dialético e historicista, ou seja, não se detém aos esquemas teóricos pré-concebidos, possibilita uma leitura mais aberta e menos ortodoxa das instituições político-jurídicas. Vislumbra a realização da práxis marxista. A filosofia é a filosofia capaz de apresentar elementos para crítica e para construção de uma nova juridicidade, desde que não se limite ao aprisionamento teórico, ao dogmatismo, ou seja, desde que sirva para a evolução da sociedade pela atuação das classes hoje subalternas em busca de uma nova hegemonia, fundadora de um novo bloco histórico.

Trata-se de uma abordagem do direito que tem como pano de fundo as relações entre sociedade civil e sociedade política, as relações entre a coerção organizada e institucionalizada e o consenso estabelecido na vida social. Não obstante, ainda que possamos destacar a atuação política sempre apontada para a hegemonia, numa perspectiva que pode priorizar a atuação na sociedade civil, é possível reconhecer a estrutura jurídica e política do Estado como um espaço no qual também é possível lutar pelo estabelecimento de uma nova juridicidade, ainda que se reconheça a essência das determinações coercitivas do direito. O importante é não deixar de considerar que as relações entre sociedade civil e sociedade política são complexas, dinâmicas e dialéticas, mas, sobretudo, estabelecidas a partir de uma vinculação orgânica. A própria democracia liberal-burguesa, mesmo que seja sempre importantíssimo apresentar e esclarecer suas deficiências, pode ser espaço para atuação política, e, extensivamente, jurídica, conforme se percebe na teoria crítica do direito. Trata-se de um espaço que deve ser ocupado, disputado, desde que não se constitua como o fim último da atuação política, em sentido estrito, mas instância da política mais ampla, mais rica, realizada em todos os espaços da vida social, numa interação de submissão e de troca permanente com a luta por hegemonia realizada na sociedade civil, com a busca pelo consenso no seio da sociedade, afastando-se dos riscos do burocratismo.

A teoria do Estado construída por Gramsci é um importante fundamento para crítica jurídica. Nela, além de serem contestadas as concepções idealistas e utopistas da ideologia como simples sistemas de idéias, está a crítica às teorias simplificadoras da ação política, pautadas no “quanto pior melhor”, nos abstencionismos característicos do sectarismo reducionista do positivismo infiltrado nos movimentos sociais referenciados no pensamento marxista. Reconhece que o Estado realiza o papel de unificador jurídico-político,

não se limitando à condição reducionista de mero instrumento de classe (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 146). Como comprovação da contrariedade diante do abstencionismo, defendido por parte dos comunistas de seu tempo, Gramsci ingressou na vida parlamentar, o que não significou uma redução da sua atuação política ao âmbito do parlamento democrático, de uma restrição das pautas socialistas que lhe moveram à vida parlamentar. Trata-se de ocupação de um espaço importante, ainda que não determinante, para a estratégia política, com a idéia de que a luta política deve considerar as possibilidades concretas, ainda que precárias, sobre as quais se realiza. Isso, entretanto, não significa a perda do horizonte utópico, mas a própria realização, concreta e realista, de uma atuação no rumo da sociedade regulada. Por outro lado, MACCIOCHI (1980, p. 157), contrapondo comentaristas da obra de Gramsci como Tamburano e Togliatti, que percebiam a defesa da democracia parlamentar como meio de transformação social, afirma que na obra de Gramsci não se percebe maiores ilusões quanto à democracia parlamentar.

Sobre a luta por hegemonia no interior da sociedade política, COUTINHO (2003, p.134), ao mencionar Althusser, pensador marxista pós-Gramsci, afirma que enquanto este defende a luta fora do Estado, determinando o choque contra este, Gramsci vê a marcha ao socialismo como um caminho longo, passível de se realizar mesmo (mas não só) por dentro das instituições da sociedade civil burguesa, visto que não acreditava num colapso fulminante do capitalismo. Ainda, sobre a política parlamentar como espaço para disputa hegemônica, vale mencionar que no Brasil a recepção das idéias de Gramsci, nas décadas de 1970 e de 1980, trouxe a perspectiva da democracia como valor universal, sendo relevante a luta política nos marcos democráticos, nos limites da legalidade. Tais idéias são defendidas por alguns pensadores das ciências sociais, numa conjuntura latino-americana de derrota da esquerda revolucionária, de crise econômica e de redemocratização. Assim, “a democracia torna-se espaço condicionante das contradições entre a burguesia e o proletariado, ou entre o imperialismo e a questão nacional” (SADER *et alii*, 2006, p. 932).

No Estado sustentado pela democracia parlamentar, combina-se força e consenso, que se equilibram de acordo de modo variado, sem que a força esmague o consenso. Existe a necessidade de um consenso da maioria, a partir dos organismos da sociedade civil e dos diferentes aparelhos de hegemonia da sociedade política. “Daí a prática de uma divisão de poderes como peça-chave do liberalismo, como resultado da luta entre sociedade civil

e sociedade política” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 384). A ideologia liberal tem como um de seus pilares a divisão de poderes, que é a demonstração racional da existência de um Estado “desinteressado”. Por outro lado, a própria divisão dos poderes pode debilitar o liberalismo político, especialmente em países considerando que dá margem para a burocratização e a cristalização do poder coercitivo, originando castas dentro do poder estatal. Nesse contexto, a elegibilidade de todos os cargos, com os mandatos revogáveis pela coletividade a qualquer momento, ainda que pareça ser o extremo liberalismo, na verdade significa a dissolução do próprio modelo de democracia liberal, diante de um permanente poder constituinte (GRAMSCI, 2000c, p. 235). A divisão de poderes dissimula a corrupção, a burocracia e a primazia do executivo sobre os demais poderes, especialmente na Itália e em países que ao longo da história se desenvolveram através de políticas autoritárias, como o Brasil e os demais países da América Latina. A democracia formal supõe a coesão do consenso permanentemente ativo, sustentado nas eleições para o executivo e para o parlamento, as quais servem para garantir o aparente distanciamento das classes sociais diante do Estado, para garantir a pretensa neutralidade estatal. O regime parlamentar é o “aperfeiçoamento” jurídico-constitucional da revolução permanente, organizando e mantendo o consenso e a hegemonia, realizando o equilíbrio entre força e consenso, de modo que sempre legitime a força sem explicitá-la, para não suplantar o consenso, de modo que “a força apareça sustentada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2000c, p. 83,93).

Ainda que sejam perceptíveis os limites e as imperfeições da democracia liberal, é preciso reconhecer que o Estado é espaço para a hegemonia, assentada sobre o consenso eleitoral que elege os poderes executivo e legislativo. Conforme ANDERSON (2002, p.41) “A ordem política e a ordem econômica são formalmente separadas sob o capitalismo. Assim, o Estado burguês, por definição, ‘representa’ a totalidade da população, abstraída de sua divisão em classes sociais, como cidadãos individuais e iguais”. Essa é a base material da crença de que o Estado burguês é desinteressado, estando equidistante dos interesses das classes sociais. A lei, a partir da modernidade, serve para a regulação do poder político pelos aparelhos do Estado, bem como o acesso à estes aparelhos. Permite que a eventual modificação das relações de força dentro das classes dominantes se realize no interior do Estado, sem provocar grandes abalos. A legislação funciona como canalização e amortização de crises políticas, de modo que o Estado possa ter autonomia relativa diante das classes, para que a classe economicamente dominante não se confunda com o Estado (POULANTZAS, 2000, p. 89).

Não obstante, vale repetir que a separação entre sociedade civil e sociedade política tem, conforme disposto nos *quaderni*, propósito didático, voltada para a elaboração teórica e política. A sociedade civil e a sociedade política não constituem duas esferas apartadas, conforme a mitificação liberal, com a cidadania situada na esfera pública, e os indivíduos situados na esfera privada, sendo a distinção entre privado e público formal e jurídica (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 91). A perspectiva gramsciana de Estado ampliado é dinâmica, de modo que é possível afirmar que a sociedade civil é o lugar *a priori* do consenso e da hegemonia, o que não inviabiliza a percepção do consenso e da luta hegemônica dentro da sociedade política, a qual, conforme Gramsci é, prioritariamente, local da força organizada e legalizada.

Nesse sentido, afirma que as instituições da sociedade política são órgãos também voltados para a realização de hegemonia, na seguinte escala: em primeiro lugar o parlamento; em segundo, o judiciário; e, em terceiro lugar, o executivo. Sobre o judiciário como órgão de hegemonia, como ponto de “equilíbrio” entre os poderes, faz a seguinte afirmação: “Deve-se notar como causam no público impressão particularmente desastrosa as incorreções da justiça. O aparelho hegemônico é mais sensível neste setor, aos quais também podem ser remetidos os arbítrios da polícia e da administração pública.” (GRAMSCI, 2000c, p. 236). Resta claro, portanto, que os aparelhos da sociedade política, tipicamente voltados para a coerção, para revestir o consenso com a coerção, servem como instâncias para estabelecimento de consenso e, conseqüentemente, de hegemonia. As relações entre sociedade política e sociedade civil, força e consenso, dentro do Estado ampliado, hegemônico, não devem ser simplificadas. Mesmo fora do aparelho Estatal, podem atuar grupos organizados de coerção estabelecidos na sociedade civil, capazes de defender e impor pela força seus interesses diante de grandes contingentes populacionais, à margem da legalidade ou na penumbra da anomia. Ainda, mesmo as ideologias, especificamente as não-orgânicas, que não são prioritariamente criadas e repercutidas por aparelhos privados de hegemonia, difundidas a partir de bases consensuais, podem ser impostas pela força. A doutrina da segurança nacional na história recente do Brasil serve como exemplo de ideologia sustentada na força estatal, assim como o regime racista, o apartheid, na África do Sul se sustentou a partir da violência de um Estado ocupado pela minoria branca (EAGLETON, 1997, p. 105).

Mesmo que seja possível identificar nos poderes do Estado aparelhos de hegemonia capazes de garantir consenso, ainda que formal, e a estabilização das relações sociais, é importante não perder de vista o caráter coercitivo que está em sua essência, assim como as relações sociais, culturais e econômicas que determinam a ordem jurídica. A eleição de representantes das classes subalternas, não implica, pelo simples fato de se tratar de legitimação eleitoral, numa grande redução do poder das classes dominantes, as quais instituíram ao longo da modernidade as bases da organização político-jurídica e da ideologia que a fundamenta. A eleição de lideranças da esquerda latino-americana, como a de Salvador Allende no Chile, derrubado por um violento golpe militar é exemplar. As circunstâncias culturais e econômicas, como a atualmente vivenciada, de globalização, influem material e diretamente na ordem político-jurídica, em especial sobre a herança normativa do Welfare State. Assim, a constituição acaba sendo adaptada à conjuntura política, especialmente em momentos desfavoráveis às classes dirigentes. Nessas circunstâncias, a constituição se reduz a condição de texto educativo e ideológico, e, especificamente nos casos em que a coerção passa a ser o recurso para a garantia de poder, como nos golpes de Estado, emerge a verdadeira constituição: os dispositivos legais que versam sobre as relações sociais nos momentos de crise política e militar. (GRAMSCI, 2000c, p. 299).

Nicos Poulantzas avança na análise do Estado, considerando a dimensão que este adquire no modelo intervencionista, no Estado de Bem-Estar Social. Afirma, referindo-se ao Estado de Bem-Estar, que toda a atuação econômica do Estatal tem conteúdo político, estando diretamente relacionada com a reprodução da ideologia dominante, no lugar da qual se percebe o tecnocratismo do Estado-Previdência (POULANTZAS, 2000, p.171). Nesse contexto, opondo-se à ortodoxia marxista, a partir dos marcos gramscianos (com um olhar crítico diante destes), afirma ser o Estado uma arena para a luta política pela hegemonia, problematizando as relações entre as demandas socialistas e a democracia. Poulantzas opera, no Estado, o que Gramsci fez em relação à sociedade civil, ou seja, articula o conceito de hegemonia dentro da estrutura estatal, que se torna espaço estratégico para disputa política. Ainda que originadas fora do Estado, as lutas políticas devem se inserir dentro do Estado, considerando a relevância para a compreensão das funções do Estado de sua função de mediador inserido no contraponto entre dominantes e dominados, dedicado especialmente na desarticulação destes, ainda que atenda algumas demandas sociais (CARNOY, 2004, p. 160-161).

Num contexto em que os partidos socialistas conquistavam espaço político, reconhece que a democracia é determinante para a transição para a sociedade socialista, tendo em vista que mesmo a democracia burguesa constitua importante espaço para a contestação das classes subalternas, sendo possível transpor a luta de classes para o Estado. “As classes subordinadas, portanto, também moldam o Estado, ao mesmo tempo em que é um Estado de classe, e ao mesmo tempo em que é usado pela fração dominante para estabelecer e ampliar a hegemonia capitalista dominante” (CARNOY, 2004, p. 163). Afirma que:

É impossível por meio do binômio repressão-ideologia definir o domínio do poder sobre as massas dominadas e oprimidas sem cair numa concepção policial ou idealista de poder. O Estado dominaria as massas, quer pelo terror policial ou pela repressão interiorizada – pouco importa aqui -, quer pela impostura e pelo ilusório. O Estado defende - proíbe e/ou ilude, pois precavendo-se de identificar ideologia e “consciência errada”, o termo ideologia só faz sentido se admitir que os procedimentos ideológicos comportam uma estrutura de ocultação-inversão. Acreditar que o Estado só age assim é completamente errado: a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um *substrato material*. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 2000, p. 29).

O Estado tem uma relativa autonomia diante das representações de classe, estando marcado por contradições em suas funções, incluindo as ideológicas e as jurídicas, que se refletem na hegemonia da classe dominante. Dada a relativa autonomia diante das classes, não se reduz a mera condição de objeto, de instrumento de classe, se caracterizando como instância relacional, condensação material das relações de forças entre as classes e as frações de classes (POULANTZAS, 2000, p. 146-147). Em Gramsci, especialmente em sua teoria do Estado ampliado, encontra-se uma perspectiva que não reduz o Estado à condição de mero aparelho de classe, sendo, também, espaço para atuação política, ainda que se perceba a maior valorização da sociedade civil como instância para contestação. Poulantzas enfatiza a viabilidade de uma guerra de posição dentro da sociedade política, ou seja, a realização, dentro do aparelho de Estado, de movimentos contra-hegemônicos. O Estado, compreendido como relação, é adequado para a análise de sociedades de capitalismo periférico (BIAVASCHI 1998, p. 114-115).

Como é a condensação material das relações de forças existentes na sociedade, permeado por contradições características de uma estrutura que não é monolítica, no interior do Estado pode ser realizada a contra-hegemonia. Sendo espaço de luta pela hegemonia, os conflitos não se voltam somente para conquista do poder do Estado, para o controle da sociedade política e do aparato coercitivo. Os conflitos se realizam por dentro dos aparelhos do Estado, que se configura como um campo de batalha estratégico para a luta política. Na polarização entre hegemonia e contra-hegemonia, as classes sociais não podem desconsiderar que seu poder se delimita pela posição das demais classes. Assim, no contexto do Estado contemporâneo, o autoritarismo não leva somente ao fortalecimento do Estado, traz em si a dualidade fortalecimento/enfraquecimento. O autoritarismo, a busca do controle e da dominação sobre as massas acaba por promover alternativas de luta, novas formas de contraposição popular que levam a uma grande demanda de exigências populares (POULANTZAS, 2000, p. 250-254).

2.4 Breve histórico da evolução das instituições político-jurídicas no Brasil

O trabalho teórico de Gramsci foi desenvolvido na Itália, onde resquícios de uma estrutura feudal e latifundiária do sul do país conviviam com o processo de industrialização ocorrido no norte do país. O capitalismo e o Estado moderno desenvolveram-se na Itália de modo diferente do ocorrido na França e na Inglaterra, países nos quais se realizaram revoluções burguesas que romperam o modo de produção feudal e com as relações políticas características do feudalismo. Assim como na Itália, no Brasil não foi realizada uma revolução burguesa nos moldes das revoluções francesa e inglesa, sendo este aspecto da história brasileira determinante para a consolidação do Estado nacional e para a compreensão da interação existente entre a sociedade política e a sociedade civil. A história assinala a construção da estrutura jurídico política. No Brasil, assim como no restante da América Latina, não existia uma ampla categoria de intelectuais tradicionais. Entretanto, o perfil dos colonizadores provenientes de países caracterizados pela contra-reforma e pelo militarismo parasitário, com a cristalização do clero e de uma casta militar, estabelece, desde os primeiros séculos de colonização, duas categorias de intelectuais tradicionais. Predominam os intelectuais rurais, ligados ao latifúndio e ao clero (GRAMSCI, 2000b, p. 31).

No Brasil, historicamente, o desenvolvimento econômico e social tem como principal impulsionador o Estado, no modelo desenvolvimentista que se originou das relações estabelecidas desde o começo da colonização entre as oligarquias agrárias, a burguesia e a estrutura estatal transplantada da metrópole, numa perspectiva privatista do Estado, representante e organizador dos interesses oligárquicos, instituindo o que se denomina via prussiano-colonial. Por essa via, o desenvolvimento das instituições políticas e jurídicas exclui as massas, com a fragilidade da burguesia não revolucionária atuando sem protagonismo, numa lenta evolução das instituições. Nesse quadro, vislumbra-se o novo sempre pagando tributo ao velho, dentro do pacto conciliador entre burguesia e nobreza latifundiária, com o Estado coordenando o processo de modernização. Origina-se um governo centralizado, autocrático, em função da necessidade de conciliação de classes e manipulação, ou simples afastamento, das massas. Manifesta-se o aspecto multifacetário do liberalismo aqui difundido: na sua historicidade concreta, apresenta-se como conservador, com a realização de reformas pelo alto, numa revolução passiva e conformista, com a democracia destinada para poucos proprietários (MAZZEO, 1997, p. 113-120).

O Estado, estabelecido antes sociedade civil, conforme o modelo Português, herda a contra-reforma e o liberalismo pombalino, contra-revolucionário, capaz de agregar sob o mesmo referencial ideológico a oligarquia rural e a frágil burguesia, ambas com vínculos fortes com a estatalidade. As relações econômicas são permeadas por relações de natureza ideológica, com a reprodução de um liberalismo meramente retórico, dentro de uma sociedade escravocrata. No modo de produção escravista brasileiro o extra-econômico, a coação institucionalizada, se fez indispensável para garantir a economia escravocrata, sendo esta determinante daquela. A Coroa buscava a cooptação de segmentos da sociedade civil e da sociedade política, buscando a assimilação de dirigentes políticos e ideológicos das classes sociais, de modo que os intelectuais que aderiram aos interesses do Estado contribuíram para o desenvolvimento de uma percepção que distancia o povo-nação da realidade concreta nacional (SIMIONATTO, 2004, p. 164).

Percebe-se um ecletismo ideológico, com a adequação da ilustração aos interesses econômicos e políticos contrários a qualquer caráter revolucionário que colocasse em questão o modo de produção sustentado no latifúndio e no escravismo. Não obstante, as idéias reformistas que permeiam a estrutura social e produtiva, refletem o que viria a acontecer na

Europa: a transição de um liberalismo revolucionário para a consolidação de um liberalismo conservador. Nesse contexto, a independência se caracteriza como contra-revolução, resultado da conciliação e do ajuste com o velho. Ocorre, enfim, o amesquinamento da ideologia liberal no Brasil, sem a participação popular no processo de independência, de modo que não se alteram os espaços e privilégio de mando político, diante do sempre presente medo de revoltas das massas (MAZZEO, 1997, p.71, 101-102, 125-126).

A influência européia na formação das instituições estatais origina uma legislação que incorpora um espírito liberal-individualista, com destaque para o processo de codificação, a partir do século XIX, o qual sanciona o triunfo da burguesia sobre os privilégios do Antigo Regime, pelo menos na França. Não obstante, influenciou de modo determinante as legislações da América Latina, cristalizando idéias liberais-individualistas, que perdem o potencial revolucionário, “se convertem em garantia de uma nova forma de vida, quieta e segura. Em outras palavras, fazem-se conservadoras” (NOVOA MONREAL, 19888, p. 16). Assim, as instituições políticas e jurídicas, mesmo se consolidando partir do autoritarismo, divulgam, portanto, um arremedo de liberalismo, dito eclético, alinhando sob as mesmas bandeiras a burguesia incapaz de atuar nos moldes jacobinos e a oligarquia latifundiária, conformando as massas a partir da retórica ideológica que se enraíza no imaginário, no senso comum. Nesse ecletismo, consolida-se a ideologia do favor e o paternalismo, como instrumento de dominação sobre os homens livres, os quais, submetidos ao poder econômico e político dos latifundiários, se tornam os agregados, a classe social que se situa entre os donos de terras e os escravos (HOLANDA, 2005).

O período que abrange da colônia aos primeiros anos de República é caracterizado por uma burguesia débil, que para manter-se no poder concilia sempre com os interesses externos de classe, realizando repressão violenta contra as massas populares (MAZZEO, 1997, p. 88). Entretanto, a burguesia brasileira não se comportou como mera espectadora dos acontecimentos históricos, mas também não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal (GORENDER, 2004, p. 113). No quadro sobre o qual se moldou a república brasileira, as decisões acerca da vida política e econômica se deram a partir de acordos realizados pelas classes sociais dominantes, alijando as camadas populares. As decisões realizadas “por cima”, possibilitaram, conforme mencionado acima, o ajustamento político da estrutura escravista sobre as bases de um liberalismo contra-revolucionário.

Consequentemente, as instituições político-jurídicas no Brasil foram estabelecidas como aparato repressivo para garantia da ordem econômica e social, evitando ações políticas oriundas “de baixo”, das classes populares. Dentro desta lógica, a dependente e periférica burguesia nacional em sua atuação dentro da política estatal, pretende “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 2006, p. 343).

Mesmo com o latifúndio e a dependência diante do capital internacional, o capitalismo se desenvolveu, tornando o Brasil industrializado, urbanizado e com uma sociedade gradualmente mais complexa. A modernização brasileira se realizou com grande papel dos aparelhos de coerção e da intervenção econômica estatal, sendo o Estado o principal protagonista no desenvolvimento do capitalismo nacional. Tal protagonismo se percebe na ditadura Vargas, também caracterizada como revolução passiva, mencionada por Gramsci como parte de um fenômeno que ocorreu por toda a América Latina (GRAMSCI, 2000c, p. 31).

Assim é que, dada a natureza da modernização capitalista brasileira, resultado de um esforço liderado pelo Estado, enlaçado à sociedade civil pela malha da estrutura corporativa, a noção de direitos tornou-se mais prisioneira da concepção de funcionário do que de cidadão. Decerto que a ausência de direitos para a maior parte da população remonta à raízes profundas, em razão do peso histórico da escravidão, das relações seculares de dependência pessoal impostas pelo estatuto do exclusivo agrário e da natural assimetria típica dos processos de construção nacional em que a formação do Estado é anterior à do povo. Apor sobre essa base, como se faz a partir da Revolução de 30, um Estado convertido como instrumento da industrialização e da incorporação dos trabalhadores urbanos ao mundo dos direitos importou não somente uma estatalização da cidadania nos sindicatos corporativos, como também da economia, que se torna objeto principal da ação do Estado, estratégia em geral dos rumos da sociedade e único intérprete da sua vontade geral (VIANNA *et al.*, 1999, p. 65).

Nesse quadro, se deu a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista de Estado, com a maior intervenção estatal no desenvolvimento econômico e industrial, bem como com a criação da legislação trabalhista, tal como ocorreu na Itália fascista, que também estabeleceu uma legislação trabalhista (COUTINHO, 2003, p. 196-200). A era Vargas correspondeu a uma tentativa de realização da revolução burguesa sem o proletariado, em um Estado policial que tentou compor as novas forças econômicas internas (SODRÉ, 2004, p. 362). A partir da industrialização e urbanização alavancadas na década de trinta

a revolução passiva passa a ter como ‘fermento revolucionário’ a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para grande maioria ainda retida, e sob relações de dependência pessoal, nos latifúndios (VIANNA, 1997, p. 48).

Diante do exposto, percebe-se que o conceito gramsciano de revolução passiva é aplicável especialmente para verificar a relação entre o jurídico e o político, num país onde se costumou nomear por revolução processos essencialmente contra-revolucionários, como os ocorridos nas décadas de 1930 e 1960 (VIANNA, 1997, p. 43). O liberalismo conservador, quando muito reformista leva a uma versão castigada e deformada da ideologia liberal, da igualdade, da liberdade e da fraternidade se estabeleceu como referência política primária, introjetada no senso comum dos juristas (PRADO JR., 2004, p. 377). A aristocracia assimilou o liberalismo, o incorporando a ordem jurídico-política, sem quebrar o patronato político, cujo poder não se origina na soberania popular (FAORO, 2001, p. 837). Assim, a separação e independência entre os poderes não se deu com o propósito de garantir autonomia e independência entre estes, ou seja, não se prestou aos fins que a filosofia liberal propôs. Antes, serviu para organização da estrutura burocrático-administrativa em uma sociedade escravocrata sustentada pela estrutura econômica latifundiária, “inexistindo a tradição de resistência institucional ao poder imperial do Executivo” (LOPES, 1994, p. 130). Segundo VIANNA (1999, p. 127):

As repercussões do liberalismo republicano, logo em seguida a abdicação da escravidão, com a subsequente disseminação dos valores mercantis, viabilizaram a transição para a revolução burguesa, num processo molecular. O Estado não representava, pois, uma bastilha feudal, a ser assaltada pela burguesia, mas apenas um aparato detido por outra facção burguesa que, com seu devido e justo momento, poderia ser apropriado como seqüência natural do se crescente predomínio na sociedade civil, inclusive e principalmente no plano econômico.

2.5 Os bacharéis: intelectuais orgânicos da tradição no desenvolvimento da cultura jurídica brasileira

Posteriormente à ideologia liberal, repleta de boas intenções, somou-se o ideário positivista, difundido entre os militares e, especialmente, nas academias de direito. O positivismo encontrou aqui um campo fértil para desenvolver-se, para servir como justificação científica para o poder: a tradição centralizadora do poder, a fúria regulatória característica dos colonizadores, especialmente herdada dos espanhóis para controlar o vasto império, uniformizando a ordem social para evitar cisões (HOLANDA, 2005, p. 116-117). Assim, pretendeu-se estabelecer aqui, como no resto do mundo “civilizado” um norte científico para a administração pública e para o direito, numa realidade onde caberia à minoria branca esclarecida a condução da vida social em um país mestiço e inculto. A pretensão de cientificidade e o fatalismo das certezas positivistas encontram eco nas primeiras décadas da república, como resultado de um receituário de idéias universais aplicáveis à realidade político-jurídica brasileira, manifestação da crença no poder milagroso das idéias, especialmente as científicas (HOLANDA, 2005, p. 159).

As ideologias norteadoras da república, o liberalismo o positivismo, difundem-se e se sustentam como discurso estruturado de idéias e de representações, cobrindo as contradições sociais sob o manto da liberdade e da igualdade (ADORNO, 1988, p. 161). Eis o material ideológico dos intelectuais, divulgadores da ideologia das classes dominantes, ainda que tais ideologias se caracterizem por contradições e ecletismos capazes de constranger os liberais puristas. Entre os intelectuais orgânicos, os “funcionários da ideologia”, estão os operadores do direito, que realizam a importante função de garantir o consenso mínimo para a coesão social. Operam a partir da tradução dos discursos político-ideológicos para a linguagem jurídica, atuando com base numa degeneração positivista caracterizada pelo normativismo acrítico, “científico”, pretensamente destituído de cunho ideológico. No Brasil o projeto de modernidade se dá como continuidade do paradigma jusnaturalista no positivismo político e jurídico, ainda que com aparente distinção. Entretanto, diante racionalidade do Estado moderno, sustentada na separação e no equilíbrio de poderes teorizadas por Montesquieu, a realidade social, política e econômica foi mais pragmática: os filhos das elites divulgadores de uma mesma retórica são promiscuamente estabelecidos no exercício do mando político e jurídico, muitas vezes realizando

a mistura destes ao gosto dos mandatários (ADORNO, 1988). Segundo HERKENHOFF (2004, p. 48), “o positivismo, que imensa e nefasta influência desempenhou no Brasil, identificou ordem e justiça, vendo a ordem como valor supremo do qual decorreriam o progresso e o bem comum”. A relação entre a cultura jurídica brasileira, especificamente sobre a influência positivista nesta, e a inserção dos bacharéis nas estruturas do poder, favoreceu a aceitação do militarismo, do autoritarismo e dos golpes de Estado. A partir do positivismo-exegético, separa-se o direito de suas dimensões sociais, de sua historicidade, afastando-o das aspirações populares (ABREU, 2003, p. 36).

Entre os aparelhos de hegemonia, as faculdades de direito, além de oferecer quadros para ocupação dos cargos públicos, se prestaram para a reprodução e difusão das ideologias que concebem a tradição no direito brasileiro, especialmente durante o império até a consolidação da república, dentro do que foi denominado bacharelismo por ADORNO (1988). Provenientes das elites sociais do período, reproduziam e justificavam, não só os seus interesses de classe, mas também os fundamentos políticos do Estado brasileiro. É possível afirmar que, dentro da revolução passiva que caracteriza a história do país, o jurista brasileiro nasceu vinculado às instituições do Estado: “os bacharéis serão o tipo-ideal do burocrata nascido em sociedade escravista e clientelista: subindo na carreira por indicação, por favor, por aliança política com os donos do poder local, provincial ou nacional” (LOPES, 2000, p. 226). Revela ADORNO (1988, p. 237), que menos importava a formação técnica e mais interessava a constituição de uma elite afinada aos interesses do Estado, formando quadros burocráticos ideologicamente comprometidos com o poder, mas intelectualmente deficientes.

Conquanto os princípios lapidais da ciência do direito fossem transmitidos em sala de aula, o aprendizado foi caracterizado pelo autodidatismo, não consolidou a formação de discípulos e sequer foi dotado de padrões mínimos uniformes no desempenho de suas funções pedagógicas. A diversidade na composição do corpo docente revela contradições relacionada quer uma formação ideológica que buscou conciliar, no mesmo espaço institucional, fundamentos filosóficos de distintas origens, quer as ambivalências decorrentes do contraste entre a academia formal e a academia real. Essas contradições desnudam, por sua vez, uma conclusão profundamente intimidativa e, a um só tempo perturbadora: o ‘segredo’ do ensino jurídico no Império, foi, justamente, o de nada ou quase nada haver ensinado a respeito das ciências jurídicas.

As ambivalências entre a academia real e a academia formal, refletiam as estruturas sociais de um país escravocrata e com uma elite econômica agrária; uma sociedade na qual coexistiam o liberalismo político, a ideologia política dominante, o

patrimonialismo, a escravidão e uma estrutura de poder imperial com resquícios absolutistas (WEHLING, 2003, p. 375). Tudo isso, sob uma Constituição na qual, segundo Adorno (1988, p. 61) se proclamou a soberania popular; que se transfigurou em soberania nacional, bem como versou sobre direitos e liberdades individuais. Os filhos das elites, sempre gravitando em torno do poder político e econômico, por influência de um discurso liberal, calcado em um ‘idealismo afrancesado’, levantam bandeiras liberais, defendendo a abolição da escravatura e, com a incorporação de ideais republicanos, a proclamação da República (KOZIMA, 2003, p. 353).

O paradigma positivista, a maior das heranças do ensino jurídico realizado nas primeiras décadas de república, cristalizou-se, a partir da atuação dos intelectuais comprometidos com a tradição jurídica, nas consciências mais conservadoras, bem como na definição de direito, afirmada no senso comum dos juristas, passando de uma geração de operadores do direito para outra, especialmente por dentro das esferas do poder estatal. A partir de uma leitura mais pragmática e adequada aos períodos de autoritarismo da história do Brasil, simplificou-se a cientificidade do direito, com a atuação legalista dos juristas da tradição, caracterizada por um normativismo rasteiro que, infelizmente, ainda hoje se reproduz na vida jurídica e em grande parte dos cursos de direito. Nesse caminho tradicional são desconsideradas diversas possibilidades hermenêuticas, mais adequadas aos interesses das classes subalternas. Assim, firmou-se a retórica jurídica que se fundamenta, principalmente, na idéia de justiça formal, técnica, pretensamente afastada do campo da ideologia, adequada para reproduzir um discurso teórico e prático. Trata-se de um direito asséptico, auto-suficiente, afastado das massas, um direito adequado à tradição da modernidade, como afirma CAPELLA (2002, p. 22):

A reflexão moderna sobre o direito tende a contemplá-lo como fechado em si mesmo - isto é, tratando de fazê-lo inteiramente calculável de antemão, respondendo assim à exigência de segurança do capitalismo concorrencial -, e a considerar “lógica” a evolução do direito, como se sua história fora autônoma, para o qual os aspectos não-jurídicos da sociedade resultaram irrelevantes. Introduzir-se na compreensão crítica do direito, no entanto, exige referi-lo constantemente, sem perder de vista sua especificidade: a sua complexa relação com outros aspectos da vida social.

O bacharelismo, ou seja, a predominância de bacharéis na vida política e cultural do país, foi responsável pela inclusão dos ideais do liberalismo e, posteriormente, do positivismo na vida política nacional, não obstante seja possível perceber, ao longo da história, uma não adequação entre discurso e prática na vida de bacharéis que

ascenderam à vida política. Participaram da realização das funções burocráticas e de controle social do Império, teorizaram e, não fosse um *golpe de mão* dos militares, teriam implantado o Estado republicano, obviamente elitista. De qualquer forma, participaram ativamente, na consolidação da Velha República, bem como tomaram parte, contra e a favor, desta, sem deixar de participar da Nova República. Trata-se de um fenômeno que se expandiu para além dos limites do mundo jurídico, das academias, segundo KOZIMA (2003, p. 370): “Não se resumiu, ou se resume apenas ao fenômeno restrito aos bacharéis ‘de’ e ‘por direito’; impôs-se institucionalmente, certamente por via reflexa, sobre os padrões culturais de indivíduos e agrupamentos sociais distintos, notadamente nos centros urbanos”.

O agir do jurista, como intelectual orgânico que atua para a defesa e manutenção da hegemonia, a partir das ideologias que fundamentam as concepções tradicionais de direito, tem como referencial histórico, no Brasil, o bacharelismo. Ainda hoje se dá com a reprodução de uma ideologia jurídica que é permeada pela idéia da isenção do jurídico para decidir sobre a vida política e social, e pela idéia das liberdades e garantias naturais a todos, originando a igualdade meramente formal como garantia da ordem democrática. Isto, num país de tradição política caracterizada pelo clientelismo e o patrimonialismo, na relação promíscua entre o patrimônio público e a vida e os interesses privados. Neste contexto, a coerência lógico-formal postuladas pela ordem jurídica se constitui também como retórica do discurso jurídico (FARIA, 1994, p. 27). Muito se deve à formação oferecida pelo ensino jurídico brasileiro ao longo de sua história, com o privilégio para a formação essencialmente técnica do bacharel, despolitizada, sem grandes provocações nem grandes estímulos para uma formação crítica. Conformou-se o ensino em uma tediosa assimilação da dogmática, sem problematizar as questões atinentes à ordem jurídica e as funções do direito. Enfim, uma formação burocratizada para burocratas, com a dogmatização do ensino e o tratamento tecnicista dados ao direito que se aprende e que se aplica.

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento das instituições jurídico-políticas no Brasil é marcado pelo afastamento das rupturas revolucionárias, conforme o que Gramsci denomina revolução passiva, marcada pelo conservadorismo e pelo militarismo. Determinou-se, pois, a formação uma estrutura político-jurídica constituída sobre as bases da retórica liberal, a qual, na prática, sustenta a exclusão das massas da participação política. Deu-se o desenvolvimento das instituições, e da sociedade civil, preferencialmente pela

via autoritária, com o protagonismo do Estado, permeado pela atuação cada vez mais ampliada da burguesia, a qual se sustentou, por longo período, nas oligarquias agrárias. Por conta disso, enraíza-se na cultura política brasileira o patrimonialismo e o clientelismo, as relações políticas pautadas, especialmente nos estados da federação brasileira com as maiores taxas de pobreza, pela troca de favores e de vantagens entre os “sócios” do Estado e os “clientes” deste. O desenvolvimento da vida política da sociedade civil se dá, assim, sem grande autonomia diante das estruturas jurídico-políticas do Estado, com as classes dominantes recorrentemente buscando apoio da coerção militar para sustentar-se no poder. Arraigou-se uma vida social politicamente pobre, historicamente cultivada, com a mendicância de direitos, com o “oprimido que espera sua libertação do opressor” (DEMO, 2006 p. 31). Nesse sentido, pode se afirmar que cultura política e jurídica hegemônica, que se enraizou no senso comum do jurista é negadora das virtudes sociais, narcotizante, contemporizadora diante das diferenças.

Os bacharéis de direito, conforme brevemente exposto, serviram como intelectuais orgânicos para divulgação e reprodução da cultura liberal-individualista, do modo de vida burguês. São em grande parte, tendo em vista as relações que estabeleceram com os poderes e com os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pelo enraizamento da cultura jurídica sustentada no liberalismo e na democracia formal. Produziram e divulgaram um direito voltado para manutenção do status quo, incapaz de desvelar os conflitos sociais, limitando-se aos conflitos interindividuais, os quais estão ainda na essência da legislação vigente, mesmo que consideremos as transformações sociais ocorridas especialmente na Constituição Federal de 1988. Muito mais se poderia escrever sobre as influências de Gramsci para interpretação da evolução da sociedade civil e da sociedade política no Brasil. Entretanto, considerando os limites dessa dissertação, o que foi apresentado serve como subsídio suficiente para as análises que seguem.

3 CRISE DO ESTADO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI PARA A CRÍTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA

3.1 A ampliação das funções do Estado

No Brasil, o desenvolvimento econômico se deu, principalmente, pela ‘mão pesada’ do Estado, com restrições à participação democrática das massas, contexto no qual se deu a positivação de direitos trabalhistas, destacadamente durante o período do Estado Novo. Cabe aqui, entretanto, ressaltar que os direitos dos trabalhadores brasileiros não são produtos de uma simples outorga do Estado Novo, independente da pressão das massas trabalhadoras, bem como não se tratou de mera passagem da luta operária de questão policial para questão social. Esse mito contribuiu para a cultura das classes subalternas impotentes e incapazes de reivindicar suas pautas, ou seja, trata-se de uma recriação interessada da história para conservar a inércia dos subalternos, para disfarçar uma legislação controladora e repressiva dos operários. A proteção do trabalhador em sua atuação profissional, visava, também, a proteção da ordem social, com a restrição das organizações operárias. Ademais parte da legislação trabalhista antecede 1930, como a que regula direitos fundamentais do trabalho, como o descanso dominical, a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho do menor, entre outros (VIANNA, 1999, p. 57-60). O Estabelecimento de direitos trabalhistas motivou a criação de uma justiça especializada, sobre os quais ROVER (1993, p. 67-68) escreveu:

A justiça do trabalho constituiu-se, pois, como árbitra obrigatória, concentrando em suas mãos a capacidade de decisão dos conflitos entre empregados e empregadores. Eis o maior princípio de toda estrutura: o trabalho era considerado como um dever social acima de tudo, e em segundo plano como meio de subsistência do indivíduo que deveria caminhar para uma maioria, uma autonomia. Ao contrário, a sociedade organicamente estruturada não possibilitava efetivar medidas que permitisse a ela reger-se autonomamente, através de mecanismos reais de representação dos seus diversos interesses. Isso seria admitir a existência de luta de classes, ou seja, das diferenças que perpassavam o conjunto da sociedade. Era tida como hierárquica e não conflituosa. Para conservar essa estrutura realizava-se, vez por outra, quando de uma crise, arranjos políticos que excluía a participação popular, inicialmente através de um regime escravo de relação de trabalho, posteriormente com um regime de cooptação corporativa. As mudanças políticas no Brasil pouco refletiram nas relações trabalhistas, visto que aquelas se fizeram em moldes autoritários, cuja consequência social foi o acirramento da exploração de classe: A elite política do império, impregnada pelas práticas e valores de uma sociedade rural e escravocrata, ao ser afastada do poder, vê-se substituída por uma nova elite (inclusive em termos geracionais) que, sendo mais

federalista que abolicionista, prefere a descentralização regional a um incremento da participação política.

De qualquer modo, ampliam-se as funções do Estado, e, no Brasil, assim como na Itália de Gramsci, ganha corpo a legislação intervencionista num contexto de repressão aos partidos operários, de propaganda ideológica de um Estado corporativo que se infiltra no movimento sindical. Amplia-se o Estado, com o escopo do bem-estar coletivo, com a criação ou a modernização dos sistemas nacionais ou nacionalmente articulados, públicos ou estatalmente regulados, de educação, saúde, assistência social, políticas de emprego e de defesa do trabalho, entre outras funções, que transformam a estrutura do Estado, adequando-a para produção de bens e serviços sociais. No Brasil, duas fases de grande produção normativa se destacam: os anos entre 1930 e 1943 e os anos entre 1966 e 1971, ambas efetivadas em regimes autoritários, demonstrando uma atitude deliberada das classes dominantes para contenção de demandas sociais. No primeiro período indicado são criados os institutos de aposentadoria e de pensões, bem como se dá a consolidação da legislação trabalhista. No período posterior, verifica-se a ampliação da legislação social e a reestruturação da mesma, com a centralização e coordenação dos serviços em instituições estatais. “Dessa forma, sob as características autoritárias e tecnocráticas do regime que se instalou em 64, que se completa o ‘Welfare State’ no Brasil” (DRIABE *et alii*, 1993, p. 19-21).

Segue-se no Brasil uma produção normativa que caracteriza a primeira metade do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial, ressaltando as especificidades antidemocráticas da cultura política brasileira, conforme exposto. Para a intervenção na economia, o Estado reforma e amplia as suas funções, como vimos, realiza políticas macroeconômicas que atendam as necessidades sociais básicas (empregos, saúde, educação, previdência social, direitos trabalhistas), assumindo funções não compatíveis com a concepção liberal de Estado, ou seja, não apenas *deixa fazer*, mas também *faz* no âmbito econômico e social (BOBBIO, 1977, p. 20-33). Como consequência da expansão funcional do Estado, os direitos liberais, garantias negativas limitadoras do poder estatal, sofreram alterações, que podem ser percebidas inclusive em seus institutos basilares: propriedade e contrato. Ambos são relativizados, condicionados à realização dos interesses sociais públicos. A legitimação do Estado ganha novos elementos, a partir de investimentos caracterizados como prestações estatais

para suprir carências de ordem cultural e material, as quais não são atendidas pelo livre andar da economia.

O consenso característico da democracia representativa, bem como o consenso que se assenta na sociedade civil, passa a ser assegurado, também, pela maior atuação do Estado na vida social e econômica, expandindo as funções do direito e do Estado para além do caráter repressivo-protetivo. A estatalidade realiza atividades que, conforme a tradição liberal, não caberiam nas suas atribuições jurídicas e políticas. A sociedade política amplia seu campo de atuação, legitimando-se, portanto, não só pela via eleitoral, ou seja, não só pela representatividade parlamentar, mas também pela maior participação das instituições jurídico-políticas na vida social e econômica. Ampliam-se os instrumentos de intervenção política, jurídica e econômica da sociedade política, a qual não se limita à condição de guarda noturno, de portadora da coercibilidade que garante o consenso. Apresentam-se, pois, novos elementos para o consenso, considerando a relação entre sociedade civil e sociedade política, a partir de um ajuste que se limita ao campo superestrutural, com o protagonismo da sociedade política, da burocracia estatal, voltada para a manutenção da hegemonia das classes dominantes, necessária para garantir um modo de produção que, em sua essência, permanece o mesmo. Comprova-se no *Welfare State* a capacidade do capitalismo de se adaptar a conjunturas político-econômicas que lhe são desfavoráveis, assimilando alterações relevantes nos âmbitos jurídico e político. O Estado intervencionista incorpora demandas políticas, despolitizando-as, com a juridicização das mesmas, ou seja, agrega ao seu corpo normativo pautas e reivindicações que seriam potencialmente nocivas ao modo de produção vigente e a ordem político-jurídica que lhe corresponde.

A ampliação das funções do Estado origina a maior intervenção jurídica em várias instâncias da vida social (relações de emprego, programas de saúde pública...), acarretando uma produção normativa sem precedentes na história do Estado moderno. Tal grau de normatização resulta da racionalidade e previsibilidade que são necessárias para garantia das relações de mercado, agregadas a necessidade que possui a estatalidade de planejar e programar as intervenções na vida social e econômica. Como resultado, verifica-se um acentuado grau de tecnicização da administração pública, realizada conforme tecnologias e informações recolhidas de vários campos do conhecimento, com o propósito de garantir razoável eficiência para a realização de políticas públicas. O poder representativo parlamentar passa a conviver com uma

lógica tecnicista que não é adequada ao debate parlamentar, ocasionando a proeminência do poder executivo, diante do legislativo, na condução da vida política. O privilegiado proponente de novas leis, nesse quadro, acaba sendo a própria burocracia estatal, reduzindo a importância do debate político-partidário. Essas características do Estado intervencionista, é prudente afirmar, se pautam no reconhecimento de que se fez necessário estabelecer novas políticas públicas, bem como garantir direitos, para assegurar consenso na vida social, a partir do relativo aumento do acesso à melhor qualidade de vida para a coletividade.

Nesse contexto, se mostram superadas as concepções tradicionais da teoria do direito frente à consolidação do *Welfare State*. Na doutrina do direito, a tradição trata de uma legalidade essencialmente coercitiva, que contempla somente deveres negativos, de não-intromissão, próprias do Estado de direito liberal, o qual passa a assumir obrigações de realizar prestações diversas. A igualdade abstrata, garantida nos ordenamentos jurídicos da tradição liberal, agora vem acompanhada pela normatização de atribuições, funções, voltadas para a efetivação de ações voltadas para mínima equalização das condições sócio-econômicas. Percebe-se a função promocional do direito nas técnicas de encorajamento para realização de determinadas atividades de interesse da coletividade, colocando-se tais técnicas no ordenamento ao lado das clássicas técnicas de desencorajamento, próprias das normas proibitivas. Ganha maior relevo, conseqüentemente, a concepção de sanção positiva, concepção até então pouco relevante para a tradição do direito. Assim, o ordenamento jurídico não pode ser percebido tão-somente como força e coação, visto que a organização do Estado de bem-estar desenvolve em seu bojo normas organizacionais de novo tipo (BOBBIO, 1977, p. 34-41).

Esta agregação de ações promocionais, e também assistenciais e distributivas, com a função de tutela protetiva e repressiva do Estado nos ordenamentos jurídicos, viabilizou um maior controle social passivo, aumentando o papel da sociedade política, agora mais próxima de uma atuação voltada para realização pró-ativa do consenso do que da coercibilidade. Isso, considerando ao ordenamento jurídico são incorporadas normas que não só desfavorecem ações negativas, como também favorecem ações vantajosas ou resultam em uma obrigação que deve ser realizada pelo Estado. Essa alteração na função do ordenamento jurídico reflete-se na estrutura deste, na qual passa a coexistir a ameaça das sanções negativas (relação direito-dever: parte do sancionador dirigida ao sancionado) e a promessa das obrigações do Estado e das sanções positivas (relação direito-dever vai do sancionado ao sancionador). Vale

dizer que, ao revelar a insuficiência da perspectiva tradicional acerca das funções do ordenamento jurídico, BOBBIO (1977, p. 187-217) analisa criticamente, ainda que dentro dos limites da dogmática jurídica, a teoria do direito de Kelsen, afirmando que essa, assim como as doutrinas tradicionais, se preocupa muito em saber como o direito é feito, e menos em saber para que sirva o direito. Em Kelsen, portanto, verificamos limitações de ordem teórica que aderem ao senso comum dos juristas tradicionais: privilegiar a função protetora e repressiva, desconsiderando outras possibilidades de intervenção do direito na vida social e econômica, para garantia da ordem e a coesão social nas sociedades complexas.

Todavia, Bobbio (1977, p. 13-33) superestimou o consenso social propiciado pela intervenção estatal, a ponto de prever que nas sociedades tecnocráticas, de grande desenvolvimento industrial, ocorreria o que denominou perda de função do direito, desjuridificação. Isso, porque acreditava no possível incremento e ampliação dos meios de prevenção social com a redução dos instrumentos de coação, bem como apostava no aumento do condicionamento comportamental da coletividade, pela ação dos meios de comunicação de massa. Porém, pode-se deduzir que esta suposta perda de função do direito limitar-se-ia à redução gradativa das funções protetivas e repressivas. Bobbio, a partir dessas afirmações, supervaloriza a capacidade de o Estado, através da legislação intervencionista, de estabelecer bases consensuais para o convívio social, deslocando o consenso da sociedade civil, onde está situado por Gramsci, para o interior da sociedade política, numa compreensão que leva a marca da estatolatria.

Ao contrário de Bobbio, para POULANTZAS (2000), o mundo do capitalismo ocidental do pós-guerra, com o agigantamento e a maior complexidade do Estado, caracteriza o declínio das democracias políticas. No mesmo sentido, contrário à Bobbio, parte da doutrina do direito, especialmente entre a tradição jurídica, considera a juridicização das relações sociais e da política perigosa para a democracia sustentada na separação e no equilíbrio entre os poderes, por conta da maior intervenção estatal na vida e da hiperinflação normativa ocasionadas. Ainda, o quadro atual dos ordenamentos jurídicos é de desregulação, de mitigação das normas que caracterizam as funções promocionais, distributivas e assistenciais, enquanto que, ao contrário da previsão de Bobbio, as funções clássicas do direito liberal estão em plena realização. Se a previsão de Bobbio parece hoje ficção científica, devemos relevar o momento histórico em que foi redigida, tempos das extintas *guerra fria*, *cortina de ferro*, *ameaça vermelha*, *socialismo*

real... Características do período que hoje, considerando o desmantelamento dos direitos sociais e a redução da intervenção social do Estado, levam a crer que eram a própria razão de existência do Estado intervencionista, se não, pelo menos, importantes causas motivadoras da intervenção estatal.

Vital MOREIRA (1987) afirma que a positivação das normas características do Estado social se deu sobre as bases normativas já estabelecidas e sobre a ordem econômica vigente, paralelamente as normas pertinentes à concepção liberal de Estado. Assim, resultou no estabelecimento legal de prestações sociais e econômicas devidas pelo estado, numa relação na qual figuram no “pólo ativo” a coletividade e os particulares em uma ordem jurídica de cunho individualista, na qual os particulares têm direitos pautados na não intromissão estatal, sobretudo, na garantia da liberdade, propriedade e liberdade contratual, cabendo ao Estado tão somente tutelar estas garantias. Trata-se, pois, da normatização de funções do direito que são diferentes e até mesmo antagônicas entre si, consoante observa MOREIRA (1987, p. 129-130):

Ao lado dos direitos de liberdade, algumas constituições incluem também normas atribuindo aos particulares certos direitos a prestações, direitos não a uma omissão do Estado, mas antes a uma atividade, ou prestação do Estado. São os chamados direitos sociais.

Surgindo ao lado dos tradicionais direitos de liberdade das declarações revolucionárias liberais e de estrutura lógica e jurídica “e até espiritual e filosofia” diferente daqueles, os direitos sociais, que ganharam dignidade constitucional depois da primeira guerra, são expressão de transformações econômicas e sociais que na guerra se tornaram manifestas ou que nelas se iniciaram: progresso técnico, aumento da população, surgir do capitalismo monopolista (com a concentração da produção, divisão do trabalho desenvolvida e socialização da produção), conflitos sociais, esgotamento das terras colonizáveis, progresso e crise da economia mundial e os próprios fenômenos das suas guerras.

Pode também dizer-se que nasceram sob o signo da incomodidade e predestinados à sorte das coisas menores. Não tinham atrás de si a força espiritual do direito natural, como os direitos de liberdade e, na estrutura constitucional do Estado liberal burguês, faziam o papel de intrusos ou de cavalos-de-tróia da sua destruição; pelo menos, eram produtos de conflitos com weltanschauungen adversas que descaradamente se projetavam no texto constitucional.

A aglutinação de normas com “*espírito*” e normas originárias da crise daquele espírito, normas de cunho “materialista”, diferentes quanto as suas naturezas e aos seus fins, resulta que a aplicabilidade tanto das normas “espiritualizadas”, quanto das normas de função social, fosse determinada pelas conjunturas sociais, econômicas e políticas vigentes. A aplicabilidade determina-se pela influência de condições de ordem econômica e política sobre os ordenamentos jurídicos, constituindo-se, pois, elementos para debates ideologizados acerca das

finalidades do Estado e do direito. Assim, o mundo bipolarizado ideologicamente e traumatizado pelos conflitos em escala mundial, levou à constitucionalização dos direitos sociais, como anteparo normativo e político do ocidente frente ao socialismo. A constitucionalização dos direitos sociais apresenta a tendência de considerá-los fundamentais ou da cidadania. Porém, os direitos sociais e os direitos políticos (as liberdades básicas e o direito à participar da vida política institucional), são direitos que se apresentam frente ao Estado, bastando a vontade deste para que se concretizem. Os direitos sociais requerem uma atividade meta-estatal, afetando a economia e requerendo a colaboração da iniciativa privada, só se realizando se existir arrecadação fiscal suficiente, de modo que o Estado não tem condições de garanti-los em qualquer circunstância. “Ao fim, a satisfação das necessidades garantidas em forma de direitos sociais pode resultar incompatível com a lógica capitalista básica da sociedade em que surgem” (CAPELLA, 2002, p. 203).

No Estado intervencionista, percebe-se a proposição de fazer valer, diante da economia, maiores controles políticos e jurídicos, que também servem como garantidores da ordem social, como contenção das demandas das classes subalternas. As alterações nas funções do direito e nas tarefas do Estado se tornaram necessárias não pela evolução do próprio Estado de direito, mas pelas demandas oriundas da sociedade civil. Trata-se, pois, do direito característico das sociedades industriais, vinculado a pressupostos sociais e econômicos (MOREIRA, 1987, p. 90-92). Todavia, ainda que os direitos sociais sejam produtos de bandeiras de lutas dos movimentos sociais e dos partidos (especialmente a sociais democratas), os direitos sociais não significam uma efetiva democratização do Estado, com a ampliação do acesso das massas à produção de um direito capaz de se estabelecer em novas bases consensuais que não sejam produto de conjuntura política, econômica e ideológica. As massas seguem limitadas à participação na vida política através da democracia representativa, excetuando-se os países latino-americanos, que no período encontravam-se, em sua grande maioria, sob regimes não democráticos. Ademais, mesmo com a consolidação dos direitos sociais, os direitos fundantes do Estado moderno subsistem, ainda que com algumas restrições, se mantendo como base do ordenamento jurídico, o qual se funda no individualismo liberal.

Ressalte-se que na América Latina a democracia foi severamente limitada durante grande parte do século XX, caracterizado pela existência de estados de exceção, embora estes tenham, como vimos no exemplo brasileiro, implantado a legislação característica

do *Welfare State*. No Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, foi realizada a combinação entre o controle passivo, característico do Estado intervencionista, como a coerção mais brutal, esta voltada contra os movimentos sociais mais indóceis diante dos regimes ditatoriais que se estabeleceram. Na sociedade civil, o consenso foi garantido, em grande parte, pelo amparo das grandes redes de comunicação, importantes aparelhos de reprodução ideológica. Não obstante, a idéia de que os direitos sociais são meras concessões das elites pode se prestar para repercussão da ideologização característica dos estados totalitários, os quais tem importante sustentação na inércia e na falta de capacidade de atuação autônoma das classes subalternas. Isso, especialmente nos países da América Latina, nos quais os movimentos sociais passaram por longos períodos de silêncio forçado, debaixo das botas dos militares, estes aliados das classes dominantes. Vale salientar que, diante das ditaduras, os poderes judiciários latino-americanos foram omissos, incorporando a nova ordem. Os congressos são fechados, direitos políticos são cassados, enquanto que, historicamente, os tribunais seguem funcionando, excetuando-se cassações de juízes e ministros, fatos que não impedem a atuação de seus pares, que passam a operar considerando a nova ordem, a legalidade paralela e não democraticamente fundada. Sendo representantes das classes hegemônicas, seguem julgando, normalmente, as questões de cunho privatistas, sem potencial ofensivo para o conservadorismo autoritário, enquanto que, simultaneamente, contribuem de modo decisivo para a criminalização de movimentos contestatórios (LOPES, 1994, p. 137).

A legalidade incorpora o confronto, bem como a tentativa de se estabelecer equilíbrio jurídico, entre os direitos que possuem fundamentos naturais, ou seja, aqueles que, conforme a ideologia jurídica dominante, constituem a fundação jurídico-política do Estado moderno e os direitos sociais. Esses direitos são incorporados à legalidade por força da conjuntura política e econômica, bem como pela pressão de movimentos sociais, porém, são desprovidos da “naturalidade” moderna. Por isso, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar Social teve como escopo uma dupla motivação: garantir a domesticação de demandas sociais mais perigosas, capazes de apresentar riscos para a ordem estatal e econômica, cooptando as classes subalternas a partir de políticas sociais, assim como trazer as demandas sociais aos limites da legalidade, preservando a essência da ordem econômica e jurídica num período de bipolarização ideológica entre potências nucleares.

Cabe lembrar que, conforme Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia, atuantes na sociedade civil, têm dupla dimensão, política e jurídica, dentro da idéia de Estado ampliado, ou seja, da soma do aparelho privado de hegemonia mais o aparelho governamental do Estado. Os aparelhos privados de hegemonia são destinados à atuação de natureza cultural e ideológica. De qualquer modo, o exercício da hegemonia implica na consideração dos interesses dos “hegemonizados”, de modo a garantir certo equilíbrio social, o que é claramente percebido na concepção de Estado intervencionista. Se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica. No parlamentarismo a hegemonia política da classe dominante passa pela combinação de dominação e consenso, que pode ser operada a partir da estrutura político-jurídica do Estado, tendo como termômetro a opinião pública. O consenso é, portanto, duplamente articulado: teórico-prático e jurídico-econômico (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 99, 142). O Estado característico da segunda metade do século XX, segundo o olhar crítico de ANDERSON (2002, p. 42) sobre a obra gramsciana, fundamenta a seguinte afirmação:

É impossível repartir as funções ideológicas do poder de classe da burguesia entre sociedade civil e o Estado, como ele pensou inicialmente. A forma fundamental do Estado parlamentar ocidental – a soma jurídica de seus cidadãos – é ela própria o eixo dos aparelhos ideológicos do capitalismo. Os complexos ramificados do sistema de controle cultural no seio da sociedade civil – rádio televisão, cinema, igrejas, jornais, partidos políticos – inegavelmente jogam um papel complementar crucial para assegurar a estabilidade da ordem de classe do capital. É igualmente o caso, no seio da economia, do prisma deformante das relações de mercado e a estrutura paralisante do processo de trabalho. A importância desses sistemas não pode ser certamente subestimada. Mas não se deve exagerá-la, nem sobretudo colocá-la no mesmo plano ideológico-cultural do próprio Estado.

Cabe aqui reafirmar que a relação entre sociedade política e sociedade civil é orgânica, sustentada sobre uma ideologia orgânica, base do consenso e legitimadora da coerção estatal, reproduzida pela atuação dos intelectuais orgânicos. A divisão gramsciana é voltada para elaboração estratégica, para a delimitação de possibilidades de atuação política. De qualquer modo, Gramsci vivenciou o intervencionismo totalitário e corporativista dos fascistas, não presenciando a dimensão que adquire o Estado intervencionista nas democracias ocidentais após a segunda grande guerra. Sua teorização, entretanto, deixa claro que as ideologias não orgânicas, sustentadas prioritariamente pela coerção, são transitórias, como a própria história dos regimes totalitários comprovou.

É inegável, entretanto, que a atuação do Estado intervencionista acaba viabilizando novas formas de consenso, capitaneada pela estrutura jurídico-política, mesmo em países nos quais a democracia representativa foi deixada de lado. No Brasil, o desenvolvimento das instituições jurídico-políticas e da sociedade civil fez com que os abismos entre as classes sociais fossem minimizados pela ideologia de uma falaciosa unidade nacional. Tal característica dos governos autoritários, a idéia da unidade e da soberania nacional, especialmente na tradição militarista, serviu como pano de fundo para realização de manobras políticas conciliatórias, o que não significou a superação de diferenças e contradições, mas a dissimulação destas (ROVER, 1990, p. 104-105). A ideologia da segurança nacional, característica da ditadura militar inaugurada em 1964, serviu como recurso de força para a manutenção da base econômica e da ordem político-jurídica, focos de disputa naquela conjuntura, na qual o consenso na sociedade civil estava ameaçado. O governo ditatorial acabou por aglutinar diversos setores da sociedade civil em um consenso desmobilizante, calcado na ideologia anti-ideológica. A ordem econômica subsistiu, o Estado autoritário garantiu alguns direitos sociais, enquanto criminalizou e reprimiu movimentos contestatórios, até que a democracia representativa fosse restabelecida, tendo como marco a Constituição Federal de 1988, ponto culminante de demandas sociais reprimidas por mais de duas décadas.

3.2 A Globalização e a crise do Estado intervencionista

A multiplicidade das funções do Estado, especialmente no que quanto às atribuições deste frente à ordem econômica, suscitou grandes polêmicas entre os liberais e os social-democratas. Isso, especialmente no campo da economia, a qual, não se pode deixar de frisar, foi determinante para o estabelecimento de novas funções para o direito, bem como dá causa, hoje, para que estas funções não sejam adequadamente observadas, ou que sejam simplesmente retiradas da normatividade estabelecida. HOBSEBAWNE (1994, p. 254), apresenta breve uma mostra da disputa entre os interesses econômicos e as ideologias contrárias de liberais e keynesianos frente ao *welfare state* e seus fins:

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. (Quem, por exemplo, tinha sequer considerado a

imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento para a qual se teve de inventar o termo ‘estagflação na década de 1970?’ Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o estado de bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a menor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista aumentassem.

(...)

Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão a priori da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do século XX, não porque ela ia ter problemas nas décadas de crise – como tiveram outros tipos de economia –, mas porque se baseava no ‘famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade’ (Financial Times, 11/11/90). Por outro lado, o governo da Sr.^a Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associal, na verdade anti-social.

A conjuntura de crise do Estado intervencionista se reflete, dentro do contexto de globalização, no Brasil, país que ao longo de sua história foi caracterizado pela atuação do Estado especificamente voltada para guarida de interesses setoriais e para a manutenção e acobertamento das disparidades sociais, tendo sido as massas, por longos períodos, afastadas da participação na vida política. Com a positivação de direitos sociais, ao longo do século XX, estes, que dependem de prestações do Estado para se concretizarem, sucumbem diante dos vícios da burocracia, do formalismo, da deficiência e da precariedade das instituições político-jurídicas para o atendimento das demandas sociais. A Constituição Federal de 1988 consagra direitos sociais, porém numa conjuntura internacional econômica e política diversa daquela que caracterizou o Século XX, no qual se estabeleceram os estados que garantiram direitos sociais. Com o final a bipartição política, econômica e ideológica do mundo, as políticas pertinentes ao estado de bem-estar social foram reduzidas, deixando gradativamente de operar na realidade social a maior intervenção estatal, tendo em vista a redução, numa escala mundial, do interesse *estratégico* em realizar políticas pautadas nos direitos sociais.

Agrava-se a crise do modelo de Estado interventor pela conjuntura de crise fiscal de um modelo de Estado que se legitima através de maiores investimentos públicos e que, para se manter atuante, necessitava de novos e maiores investimentos (O’CONNOR, 1977). Começam a valer, então, as razões práticas de justificação e convencimento amplamente divulgadas pela mídia e aplicadas pelos governos para a realização de um novo projeto liberal do

Estado, que de interventor e promotor de desenvolvimento, se volta novamente para uma concepção de legalidade essencialmente protetivo-repressiva. Ademais, as instituições jurídico-políticas seguem pautadas pelo formalismo e pelo burocratismo, distanciando-se o mundo das normas do mundo concreto, distanciamento que agrava as condições sociais em um país de capitalismo periférico, com grandes disparidades sociais, no qual o Estado deveria ser o principal realizador das políticas sociais.

A legislação social pressupõe, portanto, um Estado capaz de atuar para concretizá-la, capaz de garantir eficácia para que os direitos sociais não se restrinjam a legalidade positiva, sem aplicabilidade na vida concreta. Entretanto, com a crise do *Welfare State* e o fim da ordem mundial que o inaugurou, emerge o questionamento e a rejeição deste modelo de Estado, de modo que o debate político que se realiza contemporaneamente com a promulgação da Constituição, passa a tratar da necessidade, ou não (a negação se dá a partir das esquerdas), de uma desregulamentação dos direitos sociais, com o escopo de adaptar Estado, economia e sociedade para o novo padrão de economia globalizada. Os atores políticos, na condução da vida política e econômica do Estado, têm no horizonte possibilidades diferentes: a desregulamentação, submetendo a coletividade à lógica do mercado e da economia globalizada, ou o estabelecimento e consolidação de um patamar político-social, no qual a manutenção do Estado interventor se dá no sentido de garantir um mínimo de equalização social e econômica para a coletividade. SANCHÍS (1998, p. 147) afirma, sobre a necessidade de um Estado capaz de corresponder aos direitos sociais constitucionalizados, que:

(...) si la protección de todos los derechos supone una mínima estructura estatal, la de los derechos sociales resulta mucho más compleja, dado que há de contar con una organización de servicios y prestaciones públicas sólo conocidas en el Estado contemporáneo; cabe decir que en este punto la distancia que separa a los derechos civiles de los sociales es la misma que separa al Estado liberal decimonónico del Estado social de nuestros días.

Dentro de um processo de redemocratização, depois de mais de vinte anos de ditadura militar, são estabelecidos direitos sociais, direitos que requerem políticas públicas estatais voltadas para o combate às disparidades sociais, econômicas e culturais existentes no Brasil. Porém, o que se verifica é a minimização dos direitos sociais, a desregulação e o desmonte da organização política e legal que fundamenta o Estado interventor. Contrapõe-se a realidade política e econômica globalizada ao estágio em que se encontrava o Estado moderno,

intervencionista e fortemente regulador da vida social, cuja regulação passa a se colocar no limbo das normas programáticas.

De qualquer modo, esta redução ou não-observância das funções sociais do Estado, devidamente constitucionalizadas no passado recente, redimensionam o papel deste, que se volta para as características básicas no que tange a atividade legislativa e jurídica: garantir a segurança jurídica para as relações contratuais, a proteção da livre empresa e da propriedade. Deve ser considerado que o nível de segurança jurídica capaz de ser garantido pela estatalidade influi decisivamente na capacidade de atração de investimentos na economia globalizada. Percebe-se, portanto, que a desregulação é pertinente aos direitos sociais, não atingindo as garantias e liberdades clássicas, de modo que as relações jurídicas, especialmente as interindividuais, ou as interempresariais, não venham a ser expostas aos riscos da insegurança jurídica. As isenções e os estímulos fiscais, a função promocional do direito passa a ser destinadas quase que exclusivamente aos grandes investimentos promovidos por gigantescas corporações transnacionais, especialmente nos Estados periféricos. Para estes estados, cabe a aplicação de receituários de contenção de investimentos sociais e de controles fiscais padronizados, nos quais se verifica o descomprometimento diante de políticas voltadas para qualidade de vida das populações mais carentes.

A globalização econômica, movida pela releitura liberal, atinge com maior gravidade as constituições dirigentes, ou seja, aquelas que são definidoras de diretrizes, finalidades e funções para Estado, neste caso o Estado social, capaz de proteger a eficácia de direitos com a realização de prestações sociais, de políticas públicas de combate às desigualdades sociais. Porém, mesmo as características essenciais do direito e do Estado modernos são postas em questão pela globalização econômica: a soberania nacional, a primazia da Constituição e a separação de poderes. Tais aspectos determinantes para a modernidade jurídica, foram estabelecidos para, a partir da ótica liberal-individualista, conter o poder do absolutismo monárquico, bem como a soberania popular, especialmente, neste caso, por conta da separação dos poderes. Cabe ressaltar que a separação dos poderes é, na prática das políticas públicas do Estado social, atacada pela ampliação das funções do poder executivo, mais controlador, diretivo, coordenador, indutor e planejador (FARIA, 1996, p. 12-13). O capitalismo globalizado ataca o modelo liberal clássico da tripartição dos poderes, estimulando a desconfiança das massas diante dos mecanismos tradicionais de representação política, o que produz efeitos sobre o poder

judiciário. No contexto da globalização econômica, o mercado internacional e a economia global se apresentam como os principais reguladores sociais. A submissão da ordem jurídica não se dá somente pela desregulação, mas também pela atuação política dos governos, em muitos casos pondo em cheque até mesmo conquistas do liberalismo (ARRUDA JR., 2001, p. 53).

A desregulação dos direitos sociais pode ser compreendida como a não observância de parte das funções dispostas no ordenamento jurídico, observável nas três instâncias de poder: o Executivo, que não realiza suas obrigações; o Legislativo, que realiza a desregulação; e o judiciário que em sua maioria possui perspectiva e atuação limitada à formalidade quanto à constituição, escapando do dever ético-político de absoluta intimidade com a Constituição, sendo um burocrata fundamentado na técnica da dogmática jurídica, valorizando a forma e deixando de lado a substância. Questiona-se, pois, sobre a verdadeira disponibilidade de direitos por parte dos cidadãos, numa realidade em que a política e a economia hegemônicas são realizadas sobre bases que desintegram e dissolvem vínculos, excluindo do sistema sócio-econômico as classes subalternas, o que significa privá-las de direitos (CÁRCOVA, 1998, p. 54).

A desregulação, sem embargo, tem o significado geral de uma minguada do âmbito público. Não só decresce a consciência cultural relativa aos interesses gerais ou públicos: decresce também o âmbito jurídico público mesmo. Isso nem sempre se materializa através de uma privatização formal do espaço público ou dos bens de titularidade pública, senão que amiúde opera implicitamente, por meio da atribuição a sujeitos privados da capacidade de decisão determinante para a configuração do âmbito público (CAPELLA, 2002, p. 266).

As normas, portanto, não necessariamente são retiradas do ordenamento, o que, conforme já mencionado, acontece eventualmente. A não aplicação das normas pertinentes às funções de intervenção estatal (garantias pertinentes aos empregos, à saúde, à educação, à previdência social e aos direitos trabalhistas) especialmente no que se refere ao poder judiciário, resulta da leitura inadequada do sistema normativo, realizada em muitos casos a para manutenção da ordem econômica de mercado, relegando a base constitucional do ordenamento jurídico ao plano ideal. Sobre os valores do mercado, é possível afirmar que estes estão relacionados diretamente à gradual diminuição da cultura relativa aos interesses gerais ou públicos, e na reprodução de valores essencialmente econômicos e individualistas, reproduzidos constantemente em todos os meios de comunicação, tais como *competitividade*, *Estado mínimo* e, *qualidade total*.

A *lex mercatoria* estabelecida sob a liberdade econômica não se detêm diante da soberania dos Estados: se consolida como parâmetro para o enquadramento dos mesmos ao contexto econômico global. Assim, a compreensão da realidade política e estatal sofre alterações: a mundialização econômica reduz o poder do Estado interventor na economia nacional, a qual está atrelada e submetida ao mercado internacional. Isso condiciona a realização das políticas públicas e a produção legislativa aos temas da contenção de investimentos e das privatizações, os quais são sugeridos por órgãos financeiros internacionais aos países periféricos. Na conjuntura globalizada, na qual a ordem econômica submete a ordem política, cabe o resgate do papel do direito na limitação dos excessos do econômico e do político, considerando sua função de regular o poder e a economia (HABERMAS, 1997, p. 97), de modo a garantir uma efetiva democracia.

Essas idéias, que gradativamente se incorporam ao senso comum, por conta da atuação unívoca das grandes empresas de comunicação. Têm tais idéias como conteúdo a ética individualista da ordem econômica vigente, da *lex mercatoria*, que se funda na pretensa naturalidade das circunstâncias sócio-econômicas nas quais nos encontramos, terminando por, conseqüentemente, justificar a exclusão da maior parte da coletividade mundial das condições mínimas de dignidade. Prejudicadas pelos interesses norteadores da *lex mercatoria*, as funções sociais do Estado sofrem uma redução prática, quando não prática e formal, repercutindo na diminuição das possibilidades de equalização das condições materiais básicas dentro da ordem econômica capitalista.

A globalização econômica é acompanhada pela globalização das comunicações, ambas interdependentes, vinculadas a universalização de um modo de produção, e da divulgação deste, num mundo que cessa a bipolarização que caracterizou a guerra fria. A globalização que consolida o capitalismo no globo terrestre, internacionaliza culturas, estabelece contatos entre formas de produção e de consumo, bem como influencia na divisão do trabalho e da riqueza. Diversificam-se as formas de articulação e de contradição entre o capital e o trabalho, as quais ultrapassam fronteiras culturais e geográficas. O capitalismo se globaliza, articulando diversas formas de organização técnica da produção, envolvendo ampla transformação na esfera do trabalho e na organização social da vida do indivíduo e da coletividade, em todas as nações (IANNI, 1996, p. 13-18). Acerca globalização capitalista tem um perfil excludente e conservador, sobre o qual ARRUDA JR (1998, p. 20) afirma que

A globalização neoliberal já nasce reacionária, pois sua gênese explicita uma reação progressiva face aos efeitos da luta de classes desde a década de quarenta. Melhor explicando, temos que ao findar da segunda grande guerra prevalecia na ordem econômica mundial as políticas do New Deal norte-americano e do Estado Social tendente à afirmação do seu aprimoramento, o Welfare State (Estado do Bem Estar Social). A tese da presença do estado nas questões sociais (saúde, previdência, ensino, trabalho) rompia com o liberalismo econômico clássico, contra o qual se insurgira Keynes. Tal tese responde também às lutas operárias travadas desde o final do século XIX, e também soa como uma resposta da direita esclarecida aos vaticínios de Marx sobre a inexorabilidade da revolução face ao insuperável conflito decorrente da contradição fundante da ordem social capitalista: a socialização na produção de riquezas e a apropriação privada das mesmas por parte de um grupo seleto de proprietários dos meios de produção. O que preocupava aquele que é considerado como o fundador do neoliberalismo, F. Hayek, era exatamente o avanço das lutas políticas sindicais, e os compromissos do Estado Social com as classes trabalhadoras. Em 1943, quando Hayek escreve *O Caminho da Servidão*, já estão presentes as idéias reativas a quaisquer óbices à liberdade, concebida sempre em interação e como condição do mercado-livre. Essa reação contra o avanço da luta de classes, expressado por significativas vitórias jurídicas é uma reação política, alçada aos planos teórico e filosófico.

O discurso da globalização proclama o fim das ideologias, enquanto disfarça o discurso de uma única ideologia, de uma pretensa verdade histórica que se sustenta numa ordem global liderada pelos vencedores da guerra fria. Adota-se, após o fim da divisão do mundo, uma única economia e um único padrão de democracia, a representativa (SHETH, 2005, p. 93). Pelo que se percebe, a globalização neoliberal é determinante para explicação dos processos econômicos, culturais, políticos e sociais dentro dos estados nacionais. Contudo, apesar de se tratar de uma globalização hegemônica, não é a única globalização possível. Redes de atuação internacional estão se estabelecendo para lutar contra a exclusão social, contra a precarização do trabalho, a destruição ambiental e a redução de políticas públicas. Eis o que se diz globalização alternativa, capaz de emergir de países periféricos, pela atuação de ativistas que extrapolam suas fronteiras, lançando mão dos avanços tecnológicos para troca de informações (SANTOS, 2005, p. 13).

Com a crise do Estado intervencionista ante a globalização econômica, verifica-se a produção e reprodução da retórica neoliberal em veículos midiáticos de alcance universal. O recuo do Estado intervencionista, devido a nova conjuntura econômica e política, estabelece um novo padrão de relação entre a sociedade civil e a sociedade política, com a hegemonia sendo sustentada em um aparato tecnológico de comunicação jamais visto. Os aparelhos privados de hegemonia, desimpedidos pelas circunstâncias históricas de ter que

amparar um consenso pautado em um Estado regulador e limitador, ainda que relativamente, da atuação das forças econômicas, passam a divulgar a ideologia neoliberal. Assim, realiza-se o resgate do individualismo e a defesa de um Estado que se volta para os moldes do Estado gendarme, dois elementos que caracterizam a ideologia neoliberal, produzida com a sofisticação teórica de pensadores como Hayek, e reproduzida pelos intelectuais orgânicos, especialmente entre o meio jornalístico, até alcançar as camadas mais populares, e se enraizar no senso comum.

Nesse contexto são realizados os ataques ao direito social, considerados inadequado aos novos tempos. A globalização está relacionada com o ataque ao monopólio e ao rígido controle do Estado sobre o direito. Se antes se verificava um vínculo muito forte entre a vontade política e direito, pelo menos na perspectiva tradicional diante da democracia moderna, com a globalização percebe-se a força e a capacidade das forças econômicas se estabelecerem como fontes de produção normativa (GROSSI, 2004, p. 161). Nessa conjuntura em que o consenso e da hegemonia ganham novos contornos, a partir dos aparelhos de divulgação do resgate liberal feito pelas classes hegemônicas, verifica-se o enfraquecimento dos movimentos sindicais e dos partidos de esquerda, os quais reduzem estrategicamente suas pautas políticas à manutenção de direitos incorporados à legalidade vigente, alvo dos processos de desregulação. Tal recuo acaba por caracterizar uma luta política limitada à defesa de direitos, numa situação em que é bastante dificultada a construção de novas pautas de reivindicação social.

Cabe afirmar que a desconstrução do Estado Social acaba produzindo, como um de seus reflexos mais terríveis, a insegurança social, que se reflete em mudanças culturais que atingem os indivíduos em sua relação com o meio social. Isso, num mundo em que as organizações sociais não são mais capazes de garantir que os indivíduos planejem, com maior segurança, os rumos de suas vidas. Ainda, a crise do Welfare State remete a separação do poder e da política, de modo que, conforme já mencionado no texto, o poder de agir do Estado se afasta em direção ao espaço global, sem controle político, norteados pelas regras do mercado, com atividades que antes eram exercidas pelo Estado passando às mãos de subsidiárias ou sendo terceirizadas. Nesse contexto, mitiga-se o papel da vida em comunidade, estando todos, como desdobramento do individualismo reinante, jogados a própria sorte, desmobilizados diante do conjunto social na defesa das pautas do trabalho. As questões acerca de emprego e desemprego, por exemplo, passam ao campo individual, incidindo sobre a competência o indivíduo, principalmente, a melhor ou a pior sorte nas relações laborais, num campo

caracterizado por grandes disparidades sociais. A sociedade é cada vez mais abordada como rede de relações, cambiável permanentemente, e não como estrutura, garantidora de segurança e de perspectivas mais “sólidas” (BAUMAN, 2007, pp. 7-10).

3.3 Algumas observações sobre as relações entre Política e direito – a crítica e a desregulação dos direitos sociais

A crítica jurídica, na mesma medida que reconhece as relações entre ideologia e direito, reconhece, também, as relações entre o mundo jurídico e o plano político. A atuação do jurista orgânico representa a escolha de uma opção política, que reflete o reconhecimento de uma conflituosidade entre tendências antagônicas na sociedade, bem como percebe que “da confrontação de tendências de classes opostas, em defesa de seus interesses e respectivas posições, nascem, e tem nascido, numerosas instituições jurídicas, cuja finalidade é o reconhecimento de vantagens para os que triunfaram” (NOVOA MONREAL, 1988, p. 74). A tradição jurídica, ao longo da história, estabeleceu uma ideologia jurídica que se destina a disfarçar o caráter político inerente à legalidade estabelecida. E como se realiza essa artimanha? Com o encantamento legislativo, que separa, formalmente, a vontade sacralizada das demais vontades políticas existentes no jogo democrático. Seja pela via natural, seja pela cientificidade, o interesse político convertido em norma alça alcança o campo da técnica jurídica, com sua linguagem específica, em outra esfera de poder. Esse, entretanto, é o interesse da tradição doutrinária. Para a crítica do direito, as normas se mantêm em contato com os diversos aspectos da vida, sociedade, economia, cultura... Porém,

Do juiz exige-se neutralidade em face das partes como tais. Mas não é nem deve ser neutro o juiz em face dos valores jurídicos. Os juízes que mais alardeiam uma suposta neutralidade, apegam-se à lei e a letra da lei, com toda sua estrutura de conservação, consagradora do antidireito (HERKENHOFF, 2004, p.60)

O reconhecimento dos vínculos existentes entre o mundo do direito e a política, não leva a uma concepção irracional de direito, movida tão-somente pela passionalidade político-partidária. A politização se dá no âmbito da grande política, que abarca a complexidade existente no conjunto do Estado ampliado, reconhecendo a existência de atores sociais que não são protagonistas na construção do direito moderno (a massa trabalhadora, os

movimentos sociais contemporâneos). Trata-se da política que se aproxima dos fatores determinantes da vida econômica, social e cultural, indo para além da política estatal. Considera a importância, mas não se reduz, à pequena política, característica da atividade estatal legislativa, a política parlamentar e partidária do dia-a-dia da vida das instituições político-estatais (GRAMSCI, 2000c, p. 21). O juiz, sendo um cidadão, não está alheio às disputas políticas existentes na vida social, cujas influências se determinam também por sua condição social. A atuação do juiz não desconsidera absolutamente as influências políticas existentes na sociedade, e isso não significa afirmar que seja justo, prudente, um juiz tentar beneficiar seus pares políticos em detrimento dos interesses da coletividade. O reconhecimento da politicidade do direito não se reduz às paixões ou opções político partidárias, bem como não retira a legitimidade das decisões judiciais. A neutralidade do juiz é uma utopia liberal-positivista, considerando que todo o direito está fundado em uma ideologia política, à qual serve como ferramenta jurídica (DALLARI, 1996, p. 88-94). Numa pesquisa sobre o perfil do magistrado brasileiro, 83%, num universo de 3.927 juízes federais participantes da pesquisa, declararam que o Judiciário não é neutro, cabendo ao juiz interpretar a lei para, de algum modo, influenciar nas mudanças sociais (VIANNA et al., 1997, p. 258).

A distinção entre o político e o técnico jurídico é determinante para a ordem institucional de cunho liberal-burguês, a qual se sustenta na tecnificação na aplicação do direito, de modo a garantir cientificidade ao sistema jurídico, visando “completude, o equilíbrio e a coerência” (FARIA, 1992, p. 27). Entretanto, diante das disparidades sociais existente no Brasil, as limitações do judiciário não podem detê-lo apenas em uma posição de subalterno ante os demais poderes, com os quais deve colaborar na busca da solução concreta de problemas sociais, caso a caso, especialmente quando estes não são possíveis de ser incorporados à legalidade abstrata. Na ação integradora do ordenamento jurídico, “Não pode o judiciário ser injusto, aguardando que sobrevenha uma lei justa” (FARIA, 1992, p.116). No atual contexto político, econômico e social, surgem desafios não adequados para análise a partir das concepções positivistas, normativistas e legalistas, dentre os quais está o reconhecimento do próprio judiciário como catalizador das contradições sociais, o reconhecimento de que a dogmática jurídica não apresenta esquemas interpretativos de rigor universal e imparcial e substituição da lógica dedutiva por abordagens problematizadoras diante da realidade social. Isto, com o cuidado para que a atuação do judiciário e a relação deste com os demais poderes não implique em

exposição da democracia ao risco da realização da política sem regras, vulnerável diante das crises, incapaz de reduzir incertezas (FARIA, 1992, p. 148-152).

A função política do poder judiciário, segundo LIMA LOPES (1989, p. 135-141), pode servir para a realização de finalidades diversas. Como função primeira na contemporaneidade jurídica, serve para a legitimação, pelo controle, dos demais órgãos do Estado. Legitima o poder político instituído, tanto que, diante dos atos de força comuns na história recente da América Latina, a autonomia e a submissão à legalidade se convertem em afastamento das questões político-sociais. Outra função política do poder judiciário é pertinente ao alargamento e a garantia dos direitos sociais, hoje sob constante ataque, considerando que tais direitos são entendidos como conquistas da cidadania, conquistas provenientes da dualidade trabalho/capital. Por isso são pertinentes à conflituosidade entre a tradição jurídica e as recentes constituições, capaz de suscitar debates sobre o direito de propriedade a partir da perspectiva da função social da propriedade. O juiz pode, em sua atuação política, desarmar conflitos, ou seja, quando conhece demandas politizáveis, tenta a integração do conflito à norma, retirando-lhe o caráter político.

As determinações ideológicas do direito levam alguns direitos à condição de sacralidade, enquanto que outros direitos, como se percebe na situação dos direitos sociais em tempos de globalização, não se cristalizam na ordem jurídica, sofrendo ataques a partir de determinações econômicas e políticas, comprovando, por isso mesmo, a permeabilidade às influências da política. Desse modo, o Estado social contribuiu para um maior protagonismo do juiz na vida político-jurídica, considerando o impacto que provocou nas relações de equilíbrio e separação de poderes, basilares para a democracia moderna. Nesse sentido, as transformações que estes direitos vêm sofrendo pelo processo de desregulação/flexibilização, acabam por aumentar ainda mais o grau de politização da atuação judicial, considerando a atuação judicial voltada para defesa da legalidade intervencionista, bem como pela defesa da efetiva implementação dos direitos sociais diante da redução dos investimentos e da intervenção do Estado para realização de políticas sociais.

A forma pela qual se deu a institucionalização do Estado intervencionista resultou na inserção de novas nuances de cunho político para a realização da função técnico-política de controle, pelo judiciário, dos outros órgãos do Estado, característica da legalidade burguesa. Como consequência da produção normativa que caracterizou o *welfare*

state, o poder judiciário tornou-se uma “nova arena pública” fora do espaço político constituído pela relação entre a sociedade civil, os partidos políticos e a atuação parlamentar, numa construção estranha para a soberania popular concebida pela democracia representativa (VIANNA et al., p. 22, 1999). Neste cenário político-jurídico, destaca-se a jurisdição constitucional, na qual estão inseridos: os antagonismos dos paradigmas do liberalismo; a separação de poderes derivada deste, ante ao *welfare state*; e o papel realizado pelo tribunal constitucional na proteção da legislação e da constituição, considerando sua capacidade de impor decisões aos demais poderes. A atuação jurisprudencial passou a ter maior relevo, direcionando as decisões para o presente e para o futuro, diferentemente do período do Estado de cunho liberal, no qual a jurisprudência visava garantir historicamente do ordenamento jurídico. Existe, pois, maior possibilidade de o judiciário interferir no âmbito legislativo, o que ocasiona relativo risco para a democracia representativa legitimadora do direito (HABERMAS, 1997, p. 298-306).

No Brasil, a constitucionalização dos direitos sociais se dá ainda na década de 1930. Porém, dentro de um processo de redemocratização, considerando muitas demandas sociais retidas durante o período não democrático, são incorporados na reconstitucionalização democrática, consagrada na Constituição Federal de 1988, com a política se judicializando a fim de possibilitar o encontro da comunidade com seus propósitos declarados formalmente na constituição. Ressalte-se que a coalizão de várias classes para a formação da assembléia constituinte não constitucionalizou pautas de setores da política partidária e da sociedade civil que defendiam maior mudança para realidade nacional, resultando numa constituição com generoso elenco de direitos fundamentais ao invés de “conquistas substantivas de alcance imediato” (VIANNA et al., 1999, p.40-41).

Com a constitucionalização dos direitos fundamentais de cunho liberal, “naturais”, junto com direitos que caracterizam o Estado intervencionista, é posto o cenário para a atuação jurisprudencial que dá maior protagonismo ao judiciário como ator político. É possível afirmar que tal destaque é derivado da institucionalidade pôde ser incrementado por dois aspectos. O primeiro, a crise do Estado intervencionista. O segundo, de cunho histórico-cultural é pertinente a uma frágil cultura política democrática, prejudicada pelo autoritarismo do poder político na história nacional, bem como pela tradição política e os vícios que lhe são correspondentes, como a corrupção e a condução da vida pública norteadas pelos interesses privados das elites político-econômicas. Em virtude disso, o poder judiciário é

percebido no senso comum como o defensor da moral e da cidadania, como se estivesse distante dos embates políticos, numa condição adequada ao ideário jurídico liberal.

O tema em discussão remete para posições variadas. Pode-se considerar que o acentuado grau de juridicização das relações sociais, ainda que implique em algum risco de clientelismo jurídico, seja um marco para o avanço da democracia, sustentado sobre conquistas sociais, as quais hoje são contrapostas pelo ideário da desregulação, ou seja, da regulação social fundada na lógica econômica. Assim, cabe ao jurista orgânico, a princípio, ser o defensor dos direitos sociais, sendo o risco de clientelismo certamente presente, por conta da conformação histórica, política e social do Brasil. Porém, os impactos da desregulação social para as classes menos favorecidas economicamente, é causador de um dano maior, se comparado ao potencial clientelismo, por impedir que grande parte da coletividade tenha acesso às condições mais dignas de vida. Ainda, a desregulação é proposta e realizada pelas classes hegemônicas, as quais desde longa data são “sócias” da estatalidade. O Estado nacional, hoje em crise, tem ainda um papel a cumprir, desde que articulado com a sociedade civil, para a promoção de desenvolvimento social. Não se trata de defesa da estatalidade, de estatolatria em defesa do Estado social. Trata-se do reconhecimento, pragmático, de necessidades concretas vivenciadas pelas classes subalternas, postas em risco diante do avanço da voracidade privatista. Entretanto, não se pode olvidar os riscos derivados do caráter não representativo do Judiciário, da tendência ao conservadorismo político e econômico, e do clássico distanciamento do judiciário diante dos conflitos sociais, calcado no tecnicismo lógico-formal.

3.4 Teoria crítica do direito e a busca por novos consensos

Delineados, ainda que brevemente, os aspectos mais importante do desenvolvimento das instituições jurídico-políticas no Brasil e no mundo contemporâneos, bem como os aspectos que influenciam o pensamento jurídico, cabe agora tratarmos da influência de Gramsci sobre a perspectiva crítica do direito. A crítica do direito, possível a partir da influência de Gramsci, se insere, conforme mencionado no segundo capítulo, no que COELHO (1995, p. 67-68) denomina crítica meta-dogmática, capaz de dialogar com outros aspectos da vida social. Ao contrário do dogmatismo tradicional, fechada na rigidez dos preceitos jurídicos tomados como dogmas, o pensamento crítico no direito é aberto, não visa a representação de uma verdade

única, assim como não pode ser considerado universal e imutável. Trata-se de uma perspectiva dinâmica, voltada para dois grandes objetivos: a realização de mudanças sociais, da justiça material; e para desmistificação do discurso ideológico que funda a tradição jurídica (ANDRADE, 1992, p. 32-33).

Ainda, a crítica sobre a qual tratamos, relaciona o pensamento gramsciano com a teoria crítica do direito que tem como referencial a teoria crítica surgida na Europa entre as décadas de 1960 e 1970, produto de uma leitura renovadora do marxismo, num movimento no qual, dentre outros, pode ser incluído Mialle e alguns magistrados alternativistas italianos, como Pietro Barcellona, e mesmo Luigi Ferrajoli. As proposições desta crítica jurídica encontram eco na América Latina, especialmente a partir da década de 1980. Para melhor definição da teoria crítica que relacionamos com Gramsci e a tradição marxiana, vale mencionar o esclarecimento de Wolkmer (2002, p. 18) sobre os propósitos da teoria crítica.

Ora, mesmo reconhecendo ser fonte de ambigüidades, e “contra-sensos”, a categoria “crítica” aplicada ao Direito pode e deve ser compreendida como o instrumental operante que possibilita não só esclarecer, despertar e emancipar um sujeito histórico submerso em determinada normatividade repressora, mas também discutir e redefinir o processo de constituição do discurso legal mitificado e dominante. Justifica-se, assim, conceituar a “teoria jurídica crítica” como a formulação teórico-prática que se revela sob a forma do exercício reflexivo capaz de questionar e de romper com o que está disciplinarmente ordenado e oficialmente consagrado (no conhecimento, no discurso e no comportamento) em dada formação social e a possibilidade de conceber e operacionalizar outras formas diferenciadas, não repressivas e emancipadoras, de prática jurídica.

Ainda com o propósito de delinear a crítica relacionada com o pensamento gramsciano, cabe repetir que se trata aqui da crítica de perspectiva dialética, que considera a dimensão político-ideológica do direito, sustentada na denúncia da insuficiência da legalidade tradicional liberal (herdada do contratualismo e do positivismo jurídico) ante os problemas contemporâneos, especialmente nos países de capitalismo periférico. Pode ser identificada como uma crítica como expressão de um novo humanismo pluralista, que tem o socialismo democrático como opção política, e a defesa de uma abordagem do direito que não desconsidera a dinâmica social nem as relações entre os diversos aspectos da vida social, tomados com uma visão de conjunto. Assim, tem-se uma sociologia jurídica crítica, capaz de revelar o caráter instrumental do direito, capaz de servir tanto para o controle e a dominação, quanto para a

proposição de mudanças sociais. No mesmo sentido, pode ser considerada como parte da compreensão dialética do direito a crítica jurídica como instrumental político para a transformação, assentadas em reflexões de cunho neomarxista, identificadora das relações de micro e macro poderes, na relação dialética entre opressores e oprimidos, desvelando os vínculos entre o poder político e o mundo do direito, bem como reconhecendo o papel emancipatório das experiências características do pluralismo jurídico. Ainda, há um terceiro desdobramento da crítica dialética do direito, para a qual cabe não só denunciar, mas apontar o caminho para a superação das contradições sociais, a partir de uma teoria com pretensões de cientificidade, ou seja, para a produção racional de um novo saber jurídico, capaz de dessacralizar os mitos constituídos pela tradição jurídica, sem olvidar das exigências próprias de uma práxis libertadora (WOLKMER, 2002, pp. 98-112).

Alguns aspectos da crítica servem para indicar a condição de afastamento da dogmática jurídica tradicional, como o não reconhecimento da naturalidade dos direitos fundadores da tradição jurídica, mas sim sua historicidade. Deve servir para denunciar as funções políticas e ideológicas da tradição jurídica, sustentadas na falaciosa separação entre direito e política, comum a partir de uma perspectiva precipuamente abstrata e pretensamente isenta de direito (WARAT *apud* WOLKMER, p. 19, 2002). Contrapõe-se, também, ao cientificismo positivo, pretensamente neutro, que se sustenta num direito auto-referenciado. Considera o diálogo possível entre o direito e os demais aspectos da vida social e econômica, como as ideologias que pautam a atuação dos sujeitos coletivos, opondo-se ao individualismo egoísta que funda a modernidade jurídica. A crítica jurídica se presta, portanto, não só para questionar a normatividade tradicional, mas também para o reconhecimento e a proposição de outras formas e práticas jurídicas, capazes de vislumbrarem mais do que a racionalidade única da democracia e a concepção única de direito e de Estado, universalizados na modernidade.

A teoria crítica do direito de matriz francesa busca uma fundamentação científica para a crítica do direito moderno, tendo como referência a obra de Marx. Para MIAILLE (1994, p. 69-71), Marx entende que a produção do direito estaria relacionada com todos os acontecimentos produzidos pela sociedade, não somente condicionado pela base econômica. A legalidade estaria, portanto, inserida no campo da produção da vida social, de modo que o modo de produção não se limita ao significado exclusivamente econômico que se lhe costuma dar. Não é suficiente limitar-se a análise da habilidade do direito de estar

sempre ligado à existência da sociedade: a reflexão científica deve alcançar mais longe, ser capaz de explicar que tipo de direito produz uma determinada sociedade e porque é esse direito correspondente a essa sociedade. Aqui, é pertinente a ressalva de CORREAS (1995, p. 127), no que tange a pretensão de teóricos da crítica jurídica de considerar a obra de Marx ciência. Lembra a base científica não garante a superação de um discurso ideológico, visto que a ciência não é mais do que um discurso sujeito a determinadas regras. Essas regras seriam estabelecidas por cientistas, controladores dos meios de divulgação de suas idéias, como editoras, institutos de pesquisa e revistas, que viabilizam a prática da ciência, que não seria mais do que um discurso de poder. Se o uso da ciência pôde mudar o mundo, ainda assim os êxitos científicos não são suficientes para apagar seu caráter político, nem o discurso de poder que caracteriza este. Apresenta-se, para a crítica marxista do direito, dois possíveis rumos, os quais podem ser complementares: competir com a ciência, ou realizar a crítica da sociedade e do direito capitalista por fora da cientificidade. Essa desconfiança diante da ciência, pretensamente não ideologizada, é compatível com a crítica de Gramsci à concepção de ciência e à ideologia nas ciências. Podemos considerar que a ciência não é desinteressada, segundo Gramsci, sendo espaço para atuação ideológica pretensamente desideologizada pela cientificidade. Entretanto, nessa linha, o fundamento marxista deve ser considerado devido à potencialidade da filosofia da práxis, adequada para amparar as classes subalternas na sua atuação histórica. Ademais, a rejeição ao positivismo marxista, bem como ao cientificismo marxista, permite uma análise menos condicionada, menos ortodoxa a ordem político-jurídica.

A teoria crítica do direito observa a prática jurídica como produção, divulgação e consumo de um discurso, produzido por funcionários (instituições públicas), juristas (na produção teórica) e o discurso dos destinatários do direito. Por outro lado, a teoria crítica fundamenta um tipo de sociologia jurídica, considerando que concebe a prática social, o direito, como expressão de conflitos sociais. Considera que a ideologia tem expressões materiais, como a existência material para as práticas jurídicas, presente nos costumes, nos hábitos e nos comportamentos regulares (CORREAS, 1995, p. 134,135). Estabelece contraponto diante do racionalismo hiperdesenvolvido do formalismo jurídico, que busca o isolamento em relação aos conteúdos filosóficos, morais, éticos e até políticos das explicações jurídicas, refugiando-se na forma pura. Esta teorização do direito acaba por desconsiderar o que lhe dá consciência e vida: os conflitos que o direito não cessa de tentar dominar (MIAILLE, 1994, p. 317).

A crítica jurídica se caracteriza, essencialmente, como crítica à ideologia jurídica da modernidade, abordada no segundo capítulo dessa dissertação, a qual fundamenta a ordem jurídica na ideologia liberal-individualista, determinante para a ascensão da burguesia. O formalismo jurídico construído na modernidade, e criticado por Marx, se caracteriza pela cisão entre o mundo jurídico, no qual se encontra a igualdade e a liberdade formais, e o mundo concreto, no qual a classe hegemônica realiza materialmente seus interesses, numa realidade sustentada pelas contradições existentes no seio do modo de produção (MARX, 2001). A distinção entre o cidadão, *standard* de indivíduo que atua na vida pública, e o sujeito privado, com seu espaço egoísta, são resultantes de separação entre o mundo jurídico e o mundo concreto, vinculando-se com a distinção entre as esferas pública e privada.

O individualismo resultou num direito limitado e não adequado diante de demandas sociais mais complexas, constitutivo de uma legalidade que se presta principalmente para garantia das relações interindividuais. Um direito de matriz privada, importante para a configuração sócio-econômica do liberalismo que o determinou e que é por justificado através da legalidade. Um direito que, com a codificação, pretendia ter completude e prevalência ao longo dos tempos, desde que juristas mais conservadores e tradicionais se prestassem para auxiliar na conservação da longevidade das normas e da harmonia no ordenamento jurídico. O temor diante de projetos políticos capazes de romper a harmonia normativa liberal esteve, portanto, sempre presente, de modo que os novos problemas surgidos na vida social eram incorporados à legalidade através de leis esparsas, diferenciadas da codificação (NOVOA MONREAL, 1988, p. 131).

A dinâmica social do capitalismo tem comportado, ao mesmo tempo, manifestações de ideologia jurídica, consubstanciada na legalidade abstrata posta pelo Estado, que é inerte frente à mobilização social, e manifestações e prescrições com pretensão de normatividade que estão presentes nos movimentos de resistência à dominação e à exploração. Essa dinâmica, ou, para voltar ao termo, essa dialeticidade do real, representa, de certa maneira, a expressão da práxis em sentido amplo. A resistência dos movimentos que aspiram a uma ordem justa, que não se limitam à conformação do direito legislado e que buscam escapar à lógica da mercantilização traz, em seu bojo, elementos de uma práxis que suspende a especulação pela prática efetiva da libertação (CHAVES, 2005, p. 108).

Gramsci considera que para as classes subalternas, para os trabalhadores, o liberalismo serve como uma idéia mínima, que já cumpriu seu papel no desenvolvimento das sociedades, ao combater o absolutismo. Por outro lado, para o burguês o

liberalismo é uma idéia limite, que cria o Estado ético (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 171). Nesse sentido, o direito fundado na ideologia liberal-individualista é, para a crítica do direito, também um ponto de partida. As conquistas da democracia burguesa devem ser reconhecidas, bem como é preciso ter atenção para com a democracia liberal e as possibilidades desta derivada, o valor da mesma (ARRUDA JR, 2005, p. 22). Isso passa longe da consideração da idéia democrática, universalizada na modernidade, que venha a se estabelecer como dogma, como limitação para a evolução da democracia e do direito, no rumo de um direito verdadeiramente emancipatório.

Conforme COELHO (1995, p. 72), a crítica jurídica meta-dogmática deve ter como objeto a revelação das mitologias jurídicas a “fantasmagoria de princípios”, a partir de uma compreensão do direito relacionado com a realidade social. Aos pressupostos ideológicos da tradição, da dogmática jurídica, devem se opor as teses da crítica jurídica, sintetizadas por COELHO (1995, p. 72-74): o direito não é uno, existe na sociedade a produção de uma juridicidade paralela e até mesmo oposta à do Estado, perceptível pelas normas de convivência autonomamente produzidas; o Estado é uma construção histórica; o direito não é absolutamente racional, ou seja, apresenta aspectos originados da emoção da intuição e da prática e, se o direito é relativamente racional, as decisões jurídicas também são; não é dotado, o direito, de cientificidade, e sua legitimidade é fundada no consenso; a lei é mais uma fonte do direito, não a única; o direito não constitui um sistema fechado, é permeado por normas contraditórias e até inconstitucionais, mas que possuem eficácia porque são impostas pela autoridade estatal; a ordem jurídica contém lacunas, algumas intencionais; o significado da lei não é autônomo nem unívoco, ou seja, vem de fora da legalidade e é atribuição de quem interpreta a lei, sendo, portanto, heterônomo, bem como comporta várias significações; a função do interprete no direito é criar significações para as normas, não desvendar um significado que inerente a mesma; o referencial da lei é pragmático, depende da aceitação social de sua aplicação e dos efeitos que promove; as decisões judiciais não são neutras, considerando que o aplicador do direito possui valores, preconceitos, interesses e crenças.

No contexto atual, o ataque ao Estado Social é acompanhado de uma forte divulgação da ideologia privatista e individualista, o que resulta a desvalorização dos espaços públicos como foros para realização da democracia. Os movimentos sociais mais críticos da ordem econômica provocam desagradados às classes dominantes, que divulgam as contestações

como ações meramente perturbadoras da ordem social, a qual, para a tradição jurídico-política, se apresenta como a única ordem social viável. Os partidos políticos e os sindicatos passam a ser considerados como entidades ultrapassadas, correspondentes a uma realidade não mais existente, já superada pela razão da história que determina uma pretensa síntese liberal. Os disparates e encantamentos diante do pretenso fim das ideologias, na verdade representam uma necessidade permanente de assegurar o consenso, para consolidação hegemônica da tradição ideológica do jurídico e da política liberal. Isso, considerando que na sociedade complexa e nas democracias ocidentais, não é plausível pretender-se a vitória absoluta de uma ideologia, pela ação de seus aparelhos e intelectuais orgânicos, sobre as demais. Estas subsistem, se rearticulam e se reestruturam para o prosseguimento de uma luta contra hegemônica, ainda que ignorados pelos aparelhos de divulgação ideológica das classes dominantes. A hegemonia de uma classe não pode desconsiderar a atuação das demais classes, é dialética e se sustenta em um equilíbrio dinâmico nas relações entre as classes sociais dominantes e as classes sociais subalternas.

A tradição jurídica liberal se sustenta na sua presumida isenção e cientificidade, consolidada nos últimos séculos através da hegemonia política, jurídica, econômica e social da burguesia. A ideologia jurídica liberal-individualista, em tempos de globalização econômica, se presta para o ataque às constituições garantidoras de direitos sociais, como a brasileira, com a defesa da regulação do mercado. Os direitos sociais, voltados para o atendimento de demandas provenientes das classes subalternas, são descaracterizados, passando à condição de serviços que podem e devem ser oferecidos pela iniciativa privada. A desobrigação do Estado diante direitos sociais caracteriza um Estado social mínimo, mas não um Estado mínimo em todas as suas funções. A regulação protetivo-repressiva, garantidora das liberdades do mercado, se mantém como o esteio do direito nas democracias ocidentais, incrementando-se as funções policiais do Estado com o avanço tecnológico.

Diante da pretensa falência das causas sociais mais próximas à filosofia da práxis, esta é revitalizada pela própria conjuntura, conforme Boaventura de Souza SANTOS (2000, p. 315-317) o capitalismo global que se tem verificado na prática, desde o colapso da União Soviética proporciona para a crítica jurídica de base marxiana sólida e ampla confirmação pela experiência real vivida, uma atestação empírica, muito mais sólida e ampla do que aquela que se verificou durante os tempos da guerra fria, com a dualidade entre o bloco soviético e as democracias e as democracias ocidentais, no cenário da ameaça comunista. A

voracidade do capitalismo globalizado é comprobatória da crítica estabelecida pela filosofia da práxis, bem como demonstra a importância da mesma para a luta das classes subalternas, para a contestação e para a operação a partir das categorias políticas de Gramsci. A crítica do direito, de matriz gramsciana e marxiana possui vigor suficiente para resistir em uma conjuntura na qual impera o discurso *ideológico* do fim das ideologias. Servem, portanto, como fundamento da luta por direitos que garantam efetivo acesso aos bens materiais e culturais necessários para o desenvolvimento humano, e, ainda, para a construção de um direito que está situado além dos limites egoístico-passionais de cunho liberal, adequado às reivindicações dos sujeitos coletivos de direito. Não há como dissociar a crítica ao capitalismo como sistema produtor de miserabilidade e desumanização e a necessidade de reconhecimento de práticas alternativas. Essas alternativas não se reduzem somente ao campo da práxis jurídica; ao contrário, a oposição e a superação do capitalismo deve necessariamente permear todas as áreas da atuação humana (CHAVES, 2005, p. 46).

É possível relacionarmos as concepções críticas do direito com a proposição de um novo senso comum jurídico para os operadores do direito e da cidadania, baseado numa compreensão do direito que vislumbra mais um novo consenso, emancipatório, do que a perspectiva essencialmente coercitiva, regulatória, que se consolidou na tradição jurídica. A construção de um novo senso comum reserva um papel determinante para os intelectuais orgânicos comprometidos com a crítica, os quais não se encontram somente no campo da atuação profissional dos operadores do direito. Estão *também* nesse campo, que deve ser articulado com a sociedade civil, com os outros intelectuais que vivem o direito, que nele percebem esperanças e frustrações. Assim, é possível o reconhecimento de novos sujeitos históricos, capazes de serem conscientes atores de um esforço coletivo para estabelecer uma nova força hegemônica e política, que só pode ser percebida pela autoconsciência crítica, uma unidade intelectual voltada para a superação do senso comum. Assim, Gramsci percebe a necessidade de enraizamento de uma nova idéia no senso comum, para que esta seja capaz de tornar-se hegemônica, a partir da fundação de novas bases consensuais (GRAMSCI, 2000a, p. 104). Distingue, pois, o senso comum já solidificado, sendo expressão de condições de fato, do senso comum novo, necessidade indiscutível ligada ao emergir de novas idéias. O senso comum solidificado se percebe como expressão ideal das relações reais de troca, baseado na igualdade formal presente nos contratos (BADALONI, 1978, p. 14).

A crítica gramsciana da política inscreve-se num projeto integral que tende a fazer do coletivo um pressuposto do qual se desenvolve a ciência da sua regulação e a tensão crítica sobre ela. O que conta são as liberdades que podem ser liberadas por esse pressuposto: entretanto, a tarefa histórica imediata é selecionar da classe dos produtores novas figuras de dirigentes orgânicos a ela. Por outro lado, a nova crença não é incontestavelmente dominante. Ela se contrapõe à do velho individualismo na sua substância econômica (a apropriação) e nas coberturas éticas e políticas desta. A luta ideológica assume assim o aspecto de um choque hegemônico prolongado, no qual estão envolvidos dois sentidos comuns diversos, cuja possibilidade de expansão é medida pela capacidade de desenvolver a ciência da própria constituição objetiva e a crítica dela como condição de novas formas de liberdade individual (BADALONI, 1978, p. 18).

Existe, pois, um senso comum que disfarça e justifica uma sociedade individualista, cujo direito oprime e sufoca as demandas das classes subalternas, enquadradas à legalidade. Outro senso comum, sustentado no bom senso, autônomo e efetivamente cidadão, pode ser construído a partir da pluralidade dos sujeitos coletivos comprometidos com a consolidação de uma nova sociedade, relacionados com a defesa de garantias sociais positivadas, e com uma releitura crítica da ordem jurídica vigente. Nesse sentido, SANTOS (2000, 280–300) entende que o pluralismo jurídico, que alie os conhecimentos oriundos dos diversos espaços da vida social, se presta para a produção de uma nova cidadania, relacionada com um amplo conceito de Direito articulado em um sentido epistemológico-prático no senso comum. O conhecimento do senso comum tende a ser mistificador e mistificado, servindo mais à conservação do que à mudança. Mas, não se pode deixar de reconhecer, assim como fez Gramsci, que o senso comum coincide causa e intenção, sendo prático e pragmático, vivenciado socialmente, distante do cientificismo e próximo dos saberes cotidianos, estabelecido sobre vínculos fortes entre pensamento e ação (SANTOS 2001, p. 56). A afirmação gramsciana de que “todos são filósofos” (GRAMSCI, 2000c, p.93), se dá justamente pela consideração dos fortes vínculos entre a prática e as idéias, de modo que as práticas vivenciadas não estão apartadas da capacidade questionadora, da potência intelectual existente em cada indivíduo. Nutrem-se as idéias pelas práticas, bem como as práticas são determinadas pelas idéias.

A tradição jurídica brasileira, herdeira da modernidade, se sustentou sobre uma perspectiva asséptica do direito, técnico e apolitizado, distante da crítica, conformando a dogmática, sem problematizar as questões atinentes à ordem jurídica, às funções do direito e a relação deste com a complexidade da vida econômica, social, política e cultural. Enfim, uma

perspectiva burocratizada e burocratizante, voltada para burocratas. Nesse meio está arraigado o senso comum do jurista, cujas bases filosóficas foram reveladas no segundo capítulo, sobre o qual WARAT (2004, p. 34) escreveu:

(...) podemos apontar a “região das crenças epistemológicas” que dizem respeito às evidências fornecidas pela prática institucional dos cientistas. Assim, poderíamos falar dos hábitos intelectuais que regulam as condições de produção do conhecimento, como também, das interpretações vulgarizantes dos conceitos, frutos de suas desvinculações dos marcos teóricos sistemáticos em que foram produzidos (como se os conceitos tivessem uma força explicativa intrínseca). Também, poder-se-ia falar das grandes verdades elementares, dos reconhecimentos metafóricos do real e das propostas reificantes das idéias como fundamento da produção do conhecimento. E, também, porque não, da crença na eficiência do método para produzir a objetividade e a verdade.

Os juristas contam com um emaranhado de costumes intelectuais que são aceitos como verdades de princípios para ocultar o componente político da investigação de verdades. O senso comum teórico dos juristas é o lugar do secreto. As representações que o integram pulverizam nossa compreensão do fato de que a história das verdades jurídicas é inseparável (até o momento) da história do poder (WARAT, 1994, p. 15).

A mudança social possível de ser realizada pela teoria crítica do deve pretender estabelecer um novo senso comum, interdisciplinar, para fundar uma cultura jurídica diversa da tradicional, que se encontra enraizada no senso comum. Trata-se de um processo longo, no qual é possível definir dois momentos: o primeiro, de ataque à tradição jurídica, para erosão da mesma; no segundo, a consolidação de um novo consenso, pautado em um novo senso comum, com base em uma perspectiva nova de direito, explicitada nessa dissertação nos tópicos destinados à teoria crítica, superadora da tradição jurídica e sua essência formalista, individual e liberal (ARRUDA JR, 1997, p. 77). Verifica-se, pois, um processo no qual é determinante o papel dos intelectuais orgânicos, especialmente dos sujeitos coletivos, como o partido gramsciano e os movimentos populares, na realização de uma atuação pedagógica diante das massas. Deve ser considerada uma articulação que atribui, simultaneamente, novos fundamentos éticos, filosóficos e sociais para o direito vigente, e dá vazão para os conhecimentos e para juridicidade emergentes da pluralidade social, notadamente dos sujeitos coletivos de direito. Assim, na medida em que atuam os intelectuais orgânicos, afirmam-se e se vivenciam novos princípios balizadores da ordem jurídica, princípios jurídicos que se originam das elaborações ideológicas emergentes da sociedade, mas que também podem ser destacados na própria legalidade vigente, como os direitos sociais, atribuindo-lhe a relevância e a efetividade que a tradição não permite. Por isso, a relevância de um senso comum que admite o bom senso,

operado por intelectuais orgânicos que resistam à destruição das melhores conquistas do Estado de direito. O novo senso comum se realiza, também, pela releitura e redefinição do senso comum tradicional, a partir de uma crítica interdisciplinar real, não restrito ao campo jurídico-formal (ARRUDA JR. 1997, p. 88, 103-104).

A nova cultura jurídica, atrelada a uma nova democracia e a novos tipo de determinações econômicas, se expande, gradativamente, dentro da revolução processual de ampliação da democracia, conforme a estratégia da guerra de posição. Para tanto, é importante que a classe social portadora das necessidades e dos princípios que animam a luta social, contribuam decisivamente para internalização e amadurecimento de tais princípios dentro da própria classe, numa ação política contrária a letargia e aos determinismos. As novas formas de liberdade se estabelecem, pois, a partir da absorção dos princípios transformadores da sociedade pelas classes subalternas, que passam a atuar tendo tais princípios como pressupostos (BADALONI, 1978, p. 27-29).

3.5 Gramsci e a crítica do direito no Brasil

A contribuição da teoria gramsciana para a crítica do direito no Brasil é perceptível, com maior intensidade, a partir da redemocratização, especialmente na década de 1990. O suporte teórico gramsciano para a crítica jurídica se dá com a articulação das categorias referenciadas ao longo dessa dissertação, como a conceituação de ideologia, de revolução passiva e de Estado ampliado, com as relações advindas daí entre sociedade civil e sociedade política. Articulam-se os conceitos para o estabelecimento de estratégias para atuação, considerando especialmente a guerra de posição e a concepção de intelectuais orgânicos. A atuação proponente de um novo direito, afastado da tradição, sugere, também, uma interpretação e aplicação do direito voltada para o atendimento de carências econômicas e culturais das classes subalternas, a partir da estrutura jurídica vigente, com destaque para a efetivação da constitucionalidade recente, a qual dispõe, por exemplo, sobre a função social da propriedade, sobre o direito à moradia, a saúde e a educação, enfim, à qualidade de vida passível de ser materialmente realizada. Não se limita, entretanto, ao assistencialismo, ao simples protagonismo do jurista intelectual orgânico contestador da hegemonia no pensamento e nas práticas jurídicas conservadoras, o que seria perigoso em um país com tradição clientelista. A proposição de um

novo tipo de direito e a releitura do direito vigente, deve remeter à concretização de uma efetiva democracia, de uma real inclusão social, capaz de viabilizar a autonomia das classes subalternas, o reconhecimento destas como sujeitos históricos.

A intenção da teoria crítica consiste em definir um projeto que possibilite a mudança da sociedade em função de um novo tipo de “sujeito histórico”. Trata-se da emancipação do homem da sua condição de alienado, de sua reconciliação com a natureza não-repressora e com o processo histórico por ele moldado. A teoria crítica tem como mérito demonstrar até que ponto os indivíduos estão coisificados e moldados pelos determinismos histórico-naturais, mas que nem sempre estão cientes das inculcações hegemônicas e das falácias ilusórias do mundo oficial. A teoria crítica provoca a autoconsciência dos agentes e dos movimentos sociais, que estão em desvantagem e/ou desigualdades, e que sofrem as injustiças por parte dos setores dominantes, das classes ou elites privilegiadas (WOLKMER, 1992, p. 40).

Conforme exposto no segundo capítulo, a partir das considerações sobre as relações entre as idéias de Gramsci e de Poulantzas, é possível reconhecer as estruturas do poder estatal, incluindo o poder judiciário, como instâncias adequadas para as concepções e operações contra-hegemônicas (POULANTZAS, 2000). Percebeu-se que se faz necessária a articulação entre os movimentos existentes na sociedade civil e os intelectuais orgânicos que atuam no interior do poder político-jurídico instituído. A força deste vínculo entre os intelectuais que trabalham na sociedade civil e aqueles que estão inseridos na sociedade política é que pode delimitar o quanto se busca de efetiva emancipação das classes subalternas ou o simples atendimentos de demandas sociais, limitadas às pautas características do estágio egoístico passional.. De qualquer modo, há que se reconhecer que as organizações dos trabalhadores vêm, paulatinamente, se restringindo pelas condições econômicas e sociais impostas pela reordenação do direito a partir da onda desregulatória característica do desmantelamento do Estado Social.

Não cabe, portanto, desconsiderar a relevância da garantia e concretização dos direitos sociais para garantia da dignidade das classes subalternas. Deve existir articulação entre as possibilidades de atuação intra-normativa e a atuação criadora de novas juridicidades, fora do âmbito estatal. Cabe, portanto, constranger à ordem econômica a partir da luta para garantia de direitos que a própria hegemonia capitalista reconheceu em determinado momento, os quais devem servir como marcos para o avanço da democracia, para a realização concreta das promessas da modernidade. Estabelece-se um enfrentamento teórico e prático,

político e jurídico, sobre as funções que deva ter o direito e o poder judiciário no mundo contemporâneo:

Num momento no qual a barbárie neoliberal progride no seu desiderato de dilapidação das instituições modernas, e dentre elas o Estado, o *Estado de Direito Social* conquistado na nossa Carta Magna torna-se um óbice à reprodução alargada do Capital financeiro e industrial. Assim, a Constituição torna-se a grande inimiga dos partidários do *Consenso de Washington*. De outra parte, o Poder Judiciário passa a ser visto pelo *stablishment* como a pedra angular da “reforma do Estado”, devendo ser submetido à racionalidade econômica pelas mãos de um Poder Executivo impaciente pela morosidade no cumprimento dos ditames do FMI e agências financeiras transnacionais, que caracterizam os *régimes globalitários*, aproveitando o sugestivo termo cunhado por Ramonet. Necessário, portanto, « controlar os magistrados alternativos », colocando-os nos seus “devidos lugares”, qual seja, o de meros despachantes burocráticos. Eis o objetivo maior da Reforma do Poder Judiciário em curso, objetivando a vertical sumulação para uma distribuição jurisdicional controlada (ARRUDA JR, 1998, p. 27).

É pertinente lembrar que, na revolução passiva que consolida o moderno capitalismo no Brasil, a atuação do poder judiciário o levou a condição de protagonista. Considerando que a partir da década de 1930, no lastro de da expansão da ordem jurídica, ocorreu um considerável aumento do caráter regulador do poder judiciário, sendo este realizador de um papel ético, moral e de controle social outorgado pelo poder executivo (VIANNA et al., 1997, 268). As reformas nas instâncias jurídicas e políticas, no Brasil do século XX deram maior relevância para o jurista, como intelectual orgânico, exercendo a divulgação e a implantação da ideologia jurídica da modernidade, ou seja, da ideologia liberal, acompanhada do positivismo jurídico, num país de capitalismo tardio.

Com a Constituição Federal de 1988, positivaram-se garantias individuais e direitos sociais, sob a bandeira da redemocratização do Brasil. Viabiliza-se, novamente, o desenvolvimento econômico e social dentro de um Estado democrático de direito, a partir da garantias constitucionais referenciadas no modelo de bem-estar social. A ampliação das funções do Estado aumenta o campo para a atuação dos operadores do direito por dentro das instituições político-jurídicas, mesmo para ação a partir de uma pauta contra-hegemônica, a partir de uma perspectiva crítica, capaz de considerar a materialização teórico-social e ético-política do direito, para além do formalismo jurídico tradicional (MALISKA, 1995, p. 88). Amplia-se o campo de atuação para os intelectuais orgânicos contrários à perspectiva meramente normativista, calcada na reprodução de mitos do liberalismo. Nesse sentido, o judiciário é um campo

necessário de luta para a implantação das promessas modernas, apontando ainda para a existência de uma crise de legalidade instalada em nosso país, uma vez que nem sequer esta é cumprida, bastando, para tanto, ver a inefetividade dos dispositivos da Constituição que se contrapõe a ordem econômica divulgada, principalmente, pelos aparelhos privados de hegemonia.

3.6 Direito alternativo, guerra de posição e intelectual orgânico

O reconhecimento do caráter ideológico do direito moderno, não necessariamente numa perspectiva negativista, é característico da crítica jurídica. A partir daí, passa-se a reconhecer a possibilidade de luta em defesa de uma outra ideologia, de uma nova possibilidade de compreensão do Estado e da sociedade, assentada numa nova cultura fundada na filosofia da práxis, adequada ao atendimento das necessidades das classes subalternas e viabilizadora do desenvolvimento autônomo dessa ideologia realizada e vivenciada pelas classes subalternas (GRAMSCI, 2000c). O campo de operações para a defesa de uma nova concepção de direito, pode priorizar tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, desde que não desconsidere a vinculação orgânica e a interdependência existente entre ambas. Para maior democratização da sociedade brasileira, os intelectuais orgânicos, críticos do direito liberal-individualista, devem considerar a necessária interação e diálogo permanente entre os intelectuais das classes subalternas que atuam na sociedade civil, especialmente nos movimentos sociais, e os intelectuais especializados que operam nas estruturas político-jurídicas. Essa coordenação é pressuposto para que a luta por direitos e pela defesa de direitos não se detenha a nenhum círculo privilegiado, de modo que seja evitada uma relação exclusiva de subordinação, que dê margem para um clientelismo jurídico. Nomeou-se, dentro da teoria crítica brasileira, como direito alternativo a atuação realizada, prioritariamente, por dentro do Estado, enquanto que a construção de novas juridicidades, externa à estrutura jurídico-política, se reconhece como pluralismo jurídico. Para ambas as possibilidades de teorização e prática críticas, são de grande utilidade as categorias teóricas gramscianas, especialmente guerra de posição e intelectual, enquanto delimitadoras de possibilidades teórico-práticas, erigidas sobre as demais categorias gramscianas abordadas nessa dissertação.

Para tratarmos do direito alternativo, é importante, primeiramente, esclarecer que direito alternativo difere-se, conforme a doutrina jurídica crítica, de uso alternativo

do direito. O uso alternativo do Direito se caracteriza como atividade hermenêutica pautada em uma exegese extensiva, que supera a interpretação restritiva das leis, que possibilita o contato entre o mundo do direito e a complexidade do mundo da vida. A crítica hermenêutica considera a materialidade histórica do direito, numa perspectiva ética e política que supera o liberal-individualismo fundador do direito, para, assim, viabilizar uma atuação jurídica voltada para a concreta democratização da sociedade, a partir da efetivação dos direitos sociais através de uma interpretação social (ANDRADE, 1996). Conforme AZEVEDO (1989, p. 14) “Elaboram-se leis para serem aplicadas à vida social, e não há aplicação sem prévia interpretação. E a interpretação, que não é só das leis em sentido amplo, mas também dos fatos, sofre decisiva influência dos pressupostos em que se apóia”. Está, o uso alternativo do direito limitado às práticas judiciais, nas quais se podem adotar possibilidades hermenêuticas inovadoras (ARRUDA JR, 1997, p. 67). A legalidade vigente viabiliza, formalmente, a interpretação inovadora da legislação, conforme o princípio do livre convencimento, devidamente fundamentado, do juiz, embora exista limitações dispostas em súmulas vinculantes. Ainda, o art. 5.º da Lei 4.657/42 (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro) dá ao aplicador da norma uma diretriz geral que deve ser considerada ao desempenhar sua função: toda a atividade de aplicação da norma deve atender aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum. O uso alternativo do direito é próprio do intelectual orgânico mais especializado, que atua essencialmente dentro dos limites das atividades jurídicas.

O uso alternativo do direito parte de uma premissa ideológica, a desmistificação da função do juiz, pretensamente isento, revelado como um agente que produz e reproduz ideologias em sua atuação profissional. A jurisprudência, como fonte do direito, revela um alcance bem maior do que a tradição costuma admitir, não se limitando a aplicação e interpretação da lei, mas realizando uma função criadora, de modo que a eficácia e o grau de validade das normas está estreitamente vinculada ao tipo de aplicação que se dá à legalidade, ou seja, à validade e a eficácia das decisões judiciais (WOLKMER, 2000, p. 182). A sentença, exercício de um poder, tem o dever social de difundir o jogo político escondido no direito, deixando clara a compreensão ideológica do julgador em relação ao funcionamento da sociedade. Deve ser o momento em que o juiz descobre e revela a realidade social, demonstrando a favor de que setores da sociedade está ideologicamente norteado, especialmente quando se trata de demandas coletivas, sociais. A atuação crítica deve deixar fluir as transformações sociais e os anseios das classes subalternas, visando à garantia material de qualidade de vida e dignidade

(PORTANOVA, 1992, p. 154-155). Serve para o atendimento de necessidades, conflitos e reivindicações. Pautas de reivindicações não incorporadas pela legalidade, ou, quando muito incorporadas como normas programáticas, sendo pautas de lutas sociais (WOLKMER, 2003, p. 91).

O direito alternativo em sentido estrito é mais amplo e polêmico, extrapolando os limites da legalidade. Enquanto o uso alternativo está dentro da esfera do direito estatal, o pluralismo transcende a estatalidade, considerando que pode ou não se ajustar ao direito estatal. Desse modo, segundo Wolkmer (2003, p. 226), o direito alternativo é um dos desdobramentos do fenômeno sociológico denominado pluralismo jurídico. O contato se estabelece com a idéia de novas juridicidades emergentes na sociedade. Privilegia um novo paradigma do direito, capaz de superar o monismo estatal na produção do direito. São estabelecidas, pelo pluralismo jurídico, novas fontes de uma nova cultura jurídica. Não só no Estado, mas na informalidade das ações concretas dos atores coletivos, consensualizados pela autonomia e pelos interesses do todo coletivo, originam-se as fontes do direito, com a descentralização do poder criador do direito. É importante frisar que, para não criar vaguedade e fragmentação, consideram-se os agrupamentos agregadores de interesse, como os movimentos sociais, novos sujeitos históricos (WOLKMER, 119-120). A atuação dos intelectuais orgânicos, no bojo do pluralismo jurídico, se dá prioritariamente nos espaços da sociedade civil. O direito alternativo não se configura como uma prática cotidiana dos juristas, emerge a partir das demandas da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, pleiteando a realização das máximas jurídicas, conforme a denominação de Gramsci (ARRUDA JR., 1997, p. 67).

De qualquer modo, é reconhecido e declarado o caráter ativista dos intelectuais orgânicos, atuantes em uma guerra de posição, realizadores de uma revolução processual que visa à efetiva democratização da vida social. O direito alternativo no Brasil é caracterizado, *a priori*, a partir de um conjunto de atitudes concretas, assumida por juristas, contra a realidade social, de barbárie e exclusão (ANDRADE, 1996, p. 300). A revolução processual que se opera a partir dos intelectuais orgânicos da teoria crítica se dá pela escolha da guerra de posição como estratégia, ação que, conforme já mencionado, não se limita às instâncias de poder estatal. Trata-se de uma atuação que se caracteriza pelo reformismo revolucionário, que considera toda a complexidade na relação entre sociedade civil e sociedade política. Nesse sentido, a revolução passiva, que pode caracterizar a ação das classes hegemônicas, que

conservam mudando, como se verifica historicamente nas “revoluções” brasileiras, pode servir para interpretação do ambiente no qual se dá a guerra de posição (VIANNA, 1997, p. 43).

Trata-se, na guerra de posição, da ocupação de espaços proporcionados pela legalidade estabelecida, por intelectuais orgânicos comprometidos com a crítica jurídica, afastando-se do abstencionismo diante das estruturas de poder das classes dominantes. A guerra de posição no âmbito do direito é uma luta longa, com várias possibilidades para atuação intra-estatal ou extra-estatal, uma revolução processual, caracterizada pelo reformismo-revolucionário, com a difusão do discurso crítico na sociedade civil e na sociedade política para a fundamentação de um novo consenso sobre o que seja direito e democracia (ANDRADE, 1995, p. 123, 124). A estratégia revolucionária é elaborada por Gramsci a partir da ação política presente, com uma longa batalha no campo cultural, não cabendo a luta destinada ao tudo ou nada, presente nos tempos pré-cárcere, devendo optar-se pela política das conquistas parciais (ARRUDA JR, 1997, p. 38).

Não se trata de uma postura contrária a idéia de democracia, de um tipo de caudilhismo jurídico. Não é desconsiderado o valor da democracia representativa, a universalidade desta, nem das liberdades originadas das revoluções burguesas, que se estabelecem como pontos de partida para o desenvolvimento de uma concepção substancial de democracia, capaz de incluir os diversos segmentos sociais na efetiva capacidade de decidir sobre os rumos políticos da sociedade e do Estado. A democracia tem valor universal, e a democratização ajuda a expor e a desenvolver os valores pertinentes à consciência, à liberdade e à socialização, mesmo em uma perspectiva marxista, cabendo aos intelectuais orgânicos representativos da crítica jurídica considerar que os valores democráticos são importantes para o desenvolvimento social em sociedades estabelecidas sobre diferentes modos de produção (COUTINHO, 1992, p. 20-27). Para a realização da democracia, Togliatti afirma que articular o regime democrático republicano parlamentar com institutos de democracia direta, como os conselhos de fábrica, permite o avanço progressivo no sentido de transformações sociais profundas e permanentes, rumo ao socialismo. A democracia política perde o caráter de etapa a ser cumprida e abandonada, e passa a ser caracterizada como um conjunto de conquistas para conservar, sendo elevadas a um nível superior, dialeticamente superada, de democracia socialista. (COUTINHO, 2003, p. 161-162). Percebe-se que a democracia deve ser considerada como valor não instrumental, classista (ARRUDA JR, 1997, p. 146).

A concepção de intelectual é parte da herança gramsciana aplicada à crítica jurídica, na qual o intelectual não é um indivíduo-pensador alheio às influências políticas, sociais, filosóficas e econômicas que o cercam. Sofre influências e é influenciado por diversos fatores da vida, reproduz as ideologias que constituem a base da tradição jurídica ocidental, remontando às elaborações teóricas e filosóficas que determinam esta tradição, bem como produz novas perspectivas, na atuação jurisprudencial reconhece o âmbito jurídico como espaço de luta para a transformação social, bem como busca a construção de novas juridicidades para além do monismo estatal, atuando, pois, na busca da afirmação e da criação de direitos, no rumo da superação dos formalismos característicos do direito moderno. Numa perspectiva gramsciana, podemos tratar da atuação de intelectuais orgânicos no seio da sociedade política, em busca da efetivação de direitos, e da atuação na sociedade civil, para construção de novas juridicidades.

Sobre o conceito de intelectual orgânico aplicado à crítica jurídica, cabe apontar a distinção entre o intelectual da tradição jurídica, vinculado ao *status quo* do mundo jurídico e político, e o intelectual da transformação, comprometido com a negação e a ruptura diante dos mitos jurídicos da modernidade, no caminho para a construção de um novo direito, mais próximo da idéia substancial de democracia. Os intelectuais do *status quo* vinculam as questões sociais à desordem, por serem causadoras de contradições dentro da clássica concepção de ordenamento jurídico. O direito deve se identificar com o corpo normativo estatal. Seu papel nem sempre é militante, pode se dar inconscientemente, sem a percepção de colaboração com a ordem vigente, dada a hegemonia, a inserção ideológica desta no senso comum do jurista, o que leva a aparente naturalidade do agir legalista (MALISKA, 1995, p. 84-85). Sobre o intelectual orgânico que atua no processo de revolução processual gramsciana, ARRUDA JR (1997, p. 42) afirma que

(...) a construção de novas eticidades, expressão de princípios jurídicos para a transformação. Gramsci pressupõe uma reforma intelectual e moral, que passa pela acirrada luta no plano das idéias. Ele parte não da classe-sujeito, universal e abstrata, em evolução natural rumo à liberdade, no sentido da dialética hegeliana do progresso linear, mas do campo interior de grupos sócio profissionais, numa estratégia de longo alcance, sem previsão de fatos, mas de probabilidades. As ações dos intelectuais são vitais nesse processo, pois são agentes e protagonistas de funções similares a de um partido político.

O intelectual da transformação é reconhecidamente ativista, seja no interior da sociedade política, seja na riqueza pluralista da sociedade civil, sendo a característica

ativista atribuída, muitas vezes, de modo pejorativo aos teóricos e realizadores da crítica jurídica. Contrapõe-se à racionalidade formal da tradição jurídica, propondo uma racionalidade emancipatória, que não se limita nem se submete à racionalidade técnica e formal, tendo a possibilidade de conciliar o mundo das normas com a complexidade e a riqueza do mundo real (MALISKA, 2005, p. 88). Define-se, na perspectiva crítica, o direito a partir de sua materialização histórica e social, ética e política, a partir de novos padrões de racionalidade adequada à defesa e a atuação no sentido de uma concreta emancipação, com uma racionalidade diferente da racionalidade formal, propositiva que é de novos espaços para interação pública, considerando as articulações existentes na sociedade civil (WOLKMER, 2003). O papel do juiz se afasta da racionalidade instrumental moderna, direcionando

o olhar do jurídico para o povo, para a sociedade organizada, e o Direito passa a ser o *locus* onde as contradições, os debates e as conquistas se dão, tornando-se vivo e comprometido. Nesse quadro, o juiz é compreendido como cidadão, inserido no mundo da vida. Mas, uma vez operado esse deslocamento, verifica-se, a partir do modelo de análise que se adota, que esse povo passa a construir suas utopias quando as máximas jurídicas são, por ele, internalizadas: momento em que se dá a *propagação dos princípios jurídico-normativos no senso-comum* a permitir ações políticas concretas visando às transformações sociais e à afirmação de *um direito novo* que responda à emergência de *novas expectativas*. O olhar do jurídico para o povo, para a sociedade organizada, e o Direito passa a ser o *locus* onde as contradições, os debates e as conquistas se dão, tornando-se vivo e comprometido. Nesse quadro, o juiz é compreendido como cidadão, inserido no mundo da vida (BIAVASCHI, 1998, p. 49).

Edmundo Arruda Jr. estabelece uma tipologia bastante didática para compreensão das práticas jurídicas orgânicas. Define, primeiramente, o plano da *legalidade sonogada*, relativo às normas já inscritas na legalidade, já institucionalizadas, porém ainda sem eficácia social. Aos intelectuais orgânicos relacionados com a crítica jurídica, cabe a cobrança de realização da democracia, lesada pela não-efetividade de normas positivadas e de princípios, especialmente na Constituição Federal, muitas carentes de auto-aplicabilidade. A urgência luta pela efetivação de direitos é visível pela gradativa desregulação, flexibilização ou efetiva não observação, que dá margem para a regulação implícita na lógica do mercado, manifestada na *lex mercatoria* (ARRUDA JR (1997, p. 68-70).

Um segundo plano decorre da legalidade sonogada, e representa um campo de atuação para a efetivação de normas constitucionais ou infraconstitucionais. Trata-se do plano da *legalidade relida*, o plano que privilegia a atuação hermenêutica do uso alternativo

do direito, a possibilidade da releitura do direito instituído, de uma nova proposição hermenêutica. A legalidade sonhada deriva do confronto entre as diversas racionalidades que se relacionam com a estatalidade, como a mercadológica. O Judiciário, guardião da ordem vigente, sofre influência das mudanças protagonizadas pela globalização econômica, como se percebe pelas políticas de ajuste fiscal e de contenção de investimentos públicos. Ainda, há que se considerar que a carreira jurídica segue critérios burocrático-institucionais, numa herança da tradição patrimonialista e corporativista, constituindo impedimentos para a articulação entre as reivindicações populares e as instâncias do Judiciário. Um outro aspecto que deve ser considerado é a dificuldade de homogeneizar decisões, difíceis de serem socializadas pelos operadores jurídicos não tradicionais. Isso, considerando as dificuldades inerentes à luta contra-hegemônica, para a superação do egoísmo passional característico da tradição jurídica (ARRUDA JR, 1997, p.70-73). Aproxima-se do denominado positivismo de combate, ou seja, a luta para efetivação de direitos já formalizados, bem como a defesa destes, especialmente na conjuntura atual, de desregulação neoliberal. Trata-se da atuação em prol do cumprimento de várias leis, todas com conteúdos sociais, em pleno vigor, mas não cumpridas de fato (ANDRADE, 1996).

Por fim, a tipologia de Arruda Jr. apresenta o plano da *legalidade negada*, situada no campo das lutas não institucionalizadas, próprias dos movimentos sociais como o MST, excluídos de um ordenamento caracterizado por sua origem liberal individualista. Reflete-se num sistema que prioriza a resolução de conflitos interindividuais, para o qual um sem-terra, tomado individualmente, é um cidadão, dentro do conceito formal que o equaliza à todos os demais brasileiros, embora não tenha condições de sobrevivência digna, que o limita a um grau menor de cidadania. Isso, ainda que os movimentos sociais estejam abarcados pela constitucionalidade (ARRUDA JR, 1997, p. 73-75). Acerca da legalidade negada vale dizer que a atuação dos movimentos sociais e dos partidos políticos, partindo especialmente da sociedade civil para a burocracia estatal, é determinante para a permanente integração entre os intelectuais orgânicos que atuam nas duas instâncias. Um exemplo de atuação, a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é a luta pelo direito ao trabalho e à vida com dignidade, assim como pleiteiam a efetiva consideração da função social da propriedade nas decisões judiciais. Outro exemplo é a luta dos atingidos por barragens, que defendem o direito à moradia e, simultaneamente, incorporam a defesa de um ambiente ecologicamente equilibrado. A

consideração da tipologia das práticas orgânicas indica o caráter transformador que pode ter o direito no caminho da realização da democracia como valor universal, através da consideração das iniciativas da sociedade civil.

3.7 Os sujeitos coletivos e o pluralismo jurídico

Trataremos, a partir de agora, do direito alternativo por excelência (considerando que se produz na sociedade civil, à margem da legalidade instituída), o pluralismo jurídico, o qual também se presta para uma análise a partir das categorias gramscianas. A abordagem do pluralismo jurídico não se dá, nesse texto, com o propósito de detalhar os diversos aspectos inerentes à temática do pluralismo crítico. Portanto, a abordagem se detém à breve demonstração do que caracteriza o pluralismo jurídico crítico, e do conceito de sujeito coletivo, necessário para a realização de juridicidades alternativas, pluralistas, no qual se enquadram os novos movimentos sociais. Ademais, é possível analisar as implicações dos sujeitos coletivos gramscianos, o partido político e os conselhos de fábrica, diante da concepção de pluralismo jurídico.

O pluralismo jurídico de WOLKMER (2003), referência aqui adotada, se caracteriza proposição crítica diante da tradição do Estado na América Latina, não se confundindo com o pluralismo neoliberal, de modelo excludente e individualista, que faz ruir a soberania do Estado para fazer valer uma juridicidade determinada pela voracidade do lucro de corporações transnacionais. Nesse caso, as fontes do pluralismo global se enquadram dentro do conceito de CAPELLA (2002, p. 265) de soberania privada supra-estatal difusa, percebida na forma de uma nova *lex mercatoria metaestatal*, criada e garantida pela atuação de grandes sujeitos econômicos transnacionais que atuam em vários lugares do planeta, simultaneamente. Esse direito global é interpretado como manifestação pluralista de direito, vinculada diretamente à processos sociais e econômicos, concretizando explicitamente o que historicamente já era perceptível: o capital nunca se deteve diante das fronteiras e da soberania dos estados (TEUBNER, 2003, 10-13).

Por sua vez, o pluralismo jurídico crítico resulta do desencontro e do descompasso entre a vida material e o mundo normativo, agravada pelas condições de capitalismo periférico, no qual o Estado é incapaz de atender demandas sociais, de garantir os

direitos sociais constitucionalizados após o período das ditaduras. Afasta-se do formalismo, funda-se na práxis da vida cotidiana e na auto-regulação, sendo comunitário-participativo, norteador por uma racionalidade emancipatória (WOLKMER, 2003, p. XVIII–XXI). Sustenta-se e se reafirma na práxis, numa perspectiva dialógica, aberta, não se impondo pela racionalidade formal pautada na coerção de um poder organizado, aproximando-se mais de uma base consensual estabelecida na sociedade civil. Contrariando a racionalidade formal e individualista, o pluralismo jurídico se aproxima da organicidade e das proposições emancipatórias dos novos movimentos sociais. São sujeitos coletivos transformadores, provenientes de vários estratos sociais integrantes de uma prática social cotidiana, com certo grau de institucionalização. Realizadores de uma ação emancipatória, portanto não meramente clientelistas e assistenciais, não têm vínculos com o Estado. Crescem a partir da maior descrença da coletividade quanto às instituições WOLKMER (2003, p. 121-122). Se na América Latina nem mesmo o Estado intervencionista não realizou de modo satisfatório os fins aos quais se destinava, continuando as instituições jurídicas e políticas emperradas pela burocratização e pelos vícios clientelistas e patrimonialistas, com o receituário neoliberal aplicado aos países de capitalismo periférico o descrédito das massas diante da estatalidade se reduziu ainda mais.

Com a globalização econômica, a defesa dos direitos sociais no âmbito jurídico passou a ter maior vulto, com o maior foco dos interesses sociais, diante dos governos orientados pela perspectiva econômica neoliberal. Os reflexos da reforma estatal são percebidos na desestruturação da parcela intervencionista do Estado e na flexibilização ou desregulação dos direitos sociais. Ocorre o retraimento das pautas políticas dos partidos, especialmente os de esquerda, que haviam ingressado com muito ânimo na via parlamentar e para os quais, diante do quadro atual, a defesa de direitos passa a ser o mote para atuação política. Ademais, segundo CAMPILONGO (1987, p. 97), agrava-se uma crise da representação política, originada pela tendência a indistinção programática entre os partidos políticos, originada nos tempos Welfare State. Contribuem para essa situação desfavorável da política partidária a maior interpenetração entre a administração e a política, que caracteriza a classe política como proprietária da estrutura administrativa, bem como a perda da função integradora da ação partidária na sociedade, a qual passa a ser realizada com maior ênfase pelos movimentos sociais novos. Sobre a crise das formas de mediação política, contemporaneamente realizada pelos

partidos, e consequência da incorporação destes ao burocratismo estatal, às limitações da representatividade política liberal, BARCELLONA (1995, p. 95) escreveu:

A perda da forma é o sinal da crise política e o sinal também da crise da justiça. Perder a forma, para a política, significa perder o modelo da cidade, do projeto. O modelo da cidade era a trama das relações que, de qualquer modo, aludia a um além da política. E, para o direito, significava perder a regra da convivência. A forma é o espaço da mediação e a polaridade.

Assim, todas essas formas perderam-se. Mas por que se perderam? O sistema incorporou-as: o que é lido como secularização da teologia e do sagrado, na verdade, é a sacralização do sistema. (...) construímos uma idéia sagrada do Estado, das instituições e do sistema, e eu acrescento, do dinheiro, da tecnologia, etc. (...) A política perde a dimensão metapolítica que sempre acompanhou a história da esquerda.

Conforme define OFFE (1988, p. 174-175), os novos movimentos sociais não se enquadram nas clássicas distinções entre esquerda e direita, e estão voltadas para questões delineadas, como o meio ambiente, gênero e etnia, escapando das proposições de caráter universal. Esses movimentos operam tendo como interesse questões que não poderiam ser formalizadas facilmente em um sistema jurídico, sustentado no consenso da democracia representativa e na separação tradicional das esferas pública e privada. São incorporadores de ações coletivas, com atuação política que privilegia a sociedade civil, não a institucionalidade. Para influenciar nas políticas públicas e na construção dos valores vigentes na sociedade, esses movimentos sociais articulam-se a partir de propostas concretas, se prestando para estabelecer o contato entre a sociedade civil e a Estatalidade, numa atuação política que se realiza, prioritariamente, na sociedade civil. Os valores que identificam os novos movimentos sociais são a identidade e a autonomia, conquistada em um processo de atuação política no qual é determinante a não correspondência do Estado, estruturado a partir de um direito que privilegia a defesa do patrimônio e a economia, numa perspectiva individualista inadequada para o atendimento das demandas sociais (OFFE, 1988, p. 166, 167).

No caso específico da América Latina, esses “novos movimentos sociais” são formados por atores que, lutando contra mais variadas formas de exploração e opressão política, econômica, social e cultural, apropriaram-se da política e discursivamente dos direitos humanos, para convertê-los em sinônimos de “direito alternativo” das maiorias marginalizadas. Agindo assim, passaram a redefinir as relações da sociedade com o Estado e a pressionar por uma revisão estrutural do ordenamento jurídico vigente, “redescobrimo” o sistema social como o “lugar” da política; e, com isso, acabaram deslocando a clássica questão da constituição dos sujeitos políticos, tradicionalmente subsumida na relação classe-partido-Estado (enquanto relação que pré-definia o espaço

exclusivo e privilegiado de uma ação dotada de legitimidade, reconhecimento e eficácia política (FARIA, 1992, p. 15)

Tais movimentos colocam em cheque a rigidez lógico-formal dos sistemas normativos e judiciais, considerando a politização inerente as suas temáticas, aparentemente técnicas. Aprofundam a crise de racionalidade e legitimidade dos Estados latino-americanos, e exigem uma gradativa intervenção do poder Executivo, pressionado por demandas que conflitam com a racionalidade da ordem jurídica vigente, de modo que as respostas da estatalidade visam quase sempre a resolução casuística dos casos, num pragmatismo que visa a desideologização das pautas reivindicatórias. Tais respostas não resolvem as questões de fundo desses movimentos sociais, e contribuem para que o Estado aumente seu campo de atuação, bem como amplia a heterogeneidade de seus modos de juridicidade. Quanto mais fragmentária, quanto mais casuística a atuação do Estado diante das demandas dos movimentos sociais, tratadas como demandas isoladas, menor se torna a coerência lógico formal do sistema normativo (FARIA, 1992, p. 44-45).

Os movimentos sociais, segundo OFFE (p. 170), para que tenham maior inserção sobre os rumos da sociedade, não podem ser limitados por estruturas organizacionais frágeis. Devem, também, estabelecer, com maior clareza, regras para a resolução de conflitos, bem como superar a idéia de trabalho voluntário, para que consiga maior adesão qualificada, e não meramente casuística, bem como realizar alianças com forças político partidárias com programas próximos às suas idéias. Tal organicidade, capacidade de integração de conflitos e aproximação é pertinente aos maiores movimentos sociais da América Latina, dos quais servem de exemplo os sem-terra. Conforme WOLKMER (2003, p. 142), os movimentos sociais possuem um mínimo de institucionalização, que não se confunde com a institucionalização moderna, de padronização das decisões coletivas. De qualquer modo, os partidos políticos devem, para garantir sua legitimação, colocar-se a par das demandas dos movimentos sociais, atuando em concurso com esses, que não são capazes de suprimi-lo considerando a relevância da política partidária para o encaminhamento de pautas sociais dentro da democracia representativa. Entretanto, diante da representação política, do Estado e da identidade dos atores coletivos, o discurso dos movimentos sociais prioriza a vontade comunitária, o que representa mais do que simples resposta às privações e carências. A vontade comunitária não perpassa, necessariamente, a institucionalidade e a representatividade, incapazes

de atender aos interesses dos movimentos sociais. Com a descentralização, a democratização e a participação comunitária, as instâncias tradicionais passam a ser canais inadequados para satisfazer interesses (WOLKMER 2003, p. 139-142).

Passemos agora a tratar da relação entre os conselhos de fábrica e o partido teorizado por Gramsci com o pluralismo jurídico. Segundo WOLKMER (2003, p. 256), os movimentos políticos da contemporaneidade, entre os quais a Comuna de Paris, são produtos do sistema de conselhos, o qual foi defendido por Gramsci na época dos conselhos de fábrica. Tais conselhos eram capazes de traduzir um genuíno pluralismo democrático de base, necessário para a democracia socialista. De fato, a idéia do conselho de fábrica é uma proposta alternativa, capaz de trazer para dentro de suas ações a pluralidade dos interesses das classes subalternas, sendo um modelo organizacional destinado à construção de uma democracia socialista, baseada na experiência dos soviets, os quais foram pensados e desenvolvidos a partir da revolução russa, à época dos conselhos. Identifica-se com uma perspectiva alternativa por se colocar à margem do Estado, estabelecendo uma posição crítica diante da representatividade parlamentar, da política restritiva ao parlamento, característica da atuação do PSI. É, portanto, capaz de dar vazão a uma construção autônoma, à democracia dos produtores, do proletariado, a partir da defesa dos interesses das causas subalternas. É o espaço para construção de uma nova cultura, a cultura socialista, e para a vivência, para a realização material dessa cultura, elemento determinante para a consolidação de uma ideologia socialista, divulgada pelos conselhos. Enfim, os motivos fundantes, bem como as ações realizadas a partir dos conselhos, se voltam prioritariamente para difusão da filosofia da práxis, destinada para a emancipação das classes subalternas.

Além de ser o aglutinador dos interesses e o organizador das classes subalternas no campo da sociedade civil, é possível compreender os conselhos de fábrica como o gérmen de um novo modelo de Estado. Segundo o próprio Gramsci, a função política fundamental da rede de conselhos está vinculada à idéia de ditadura do proletariado, na liberdade de ação da classe trabalhadora para desenvolvimento de sua emancipação histórica, opondo-se as demais classes às quais era subordinada a massa proletária (BORDIGA; GRAMSCI, 1981, p. 47, 48). Posteriormente, Gramsci trabalhou o conceito de partido, motivado pelo fracasso dos conselhos de fábrica, incapazes de avançar para além do corporativismo, ou seja, incapazes de superar o estágio egoístico passional e de avançarem rumo ao movimento catártico. Cria-se um novo sujeito coletivo, maior, de alcance nacional, propositor de um novo modelo de sociedade, a

partir de um projeto universalista de democracia socialista. O partido, o moderno príncipe, tem, conforme se tratou no primeiro capítulo, as funções de aglutinador e de organizador da massa, capaz de realizar a pedagogia revolucionária, desalienante e integradora das classes subalternas em um projeto autônomo. O partido deve ser capaz de apresentar a contraposição ao modelo de democracia liberal, ocupando espaços na sociedade civil, mas não pode deixar de ocupar espaços na sociedade política, na democracia representativa, a qual, todavia, não deixa de ser foco de crítica.

A atuação do partido gramsciano abarca as funções que se destinavam aos conselhos, porém lhes garante maior organicidade e dimensão, não se limitando ao corporativismo. Teve definido o espaço nacional como campo de atuação, para que fosse possível a associação dos diversos segmentos das classes subalternas na construção de um novo projeto de sociedade, contra-hegemônico. O partido deve ser capaz, portanto, de organizar a alternativa socialista diante do Estado e da sociedade burguesas, deve ser o organizador da contra-hegemonia e propositor de uma nova cultura, para posteriormente organizar a hegemonia das classes hoje subalternas, a partir da consolidação de um novo bloco histórico. A atuação em prol de um novo tipo de sociedade se dá com a construção e com a divulgação da cultura socialista, a construção de uma nova ideologia. O partido, entretanto, também se destina a fundar um novo tipo de Estado, devendo ser capaz de fundar um novo tipo de direito, a partir do estabelecimento de novos costumes já vivenciados na sociedade civil, com a consolidação da hegemonia (GRAMSCI, 2000c, p. 28). A organização do partido, é importante também ressaltar, deve ser diferente do modelo burocratizante de organização do Estado liberal, sendo capaz de garantir o trânsito de seus quadros nas direções partidárias.

O partido gramsciano, assim como os conselhos de fábrica, foi pensado e vivenciado como projeto alternativo de sociedade e de direito, enquadrando-se, a partir da consideração de alguns de seus aspectos fundamentais, no conceito de sujeito coletivo adequado à concepção de pluralismo jurídico trabalhado por Wolkmer. O partido é o portador da vontade coletiva transformadora, sendo a democracia pluralista compatível com a revolução processual. “Indo mais além, a vida dos partidos deve estar permeada por movimentos sociais” (ARRUDA JR, 1997, p. 42). A vontade coletiva, estruturante do partido, é necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora. A partir da práxis transformadora, o partido deve construir uma síntese política que supere o corporativismo e transforme os movimentos dos

trabalhadores em algo universalizante, capaz de ação eficaz e duradoura. Na superação do sectarismo e do espontaneísmo, o partido deve vislumbrar a construção de uma nova cultura, não somente transformações econômico-sociais. Uma nova cultura serve de base para a luta contra-hegemônica das classes dominantes, se presta, portanto, para estabelecer um novo consenso. (COUTINHO, 2003, p. 172-173).

Sendo criador e divulgador de uma cultura alternativa, o partido é também fundador de juridicidade própria, considerando que, conforme Gramsci, um novo tipo de civilização requer um novo tipo de direito. Traz em si um projeto de sociedade que abarca um projeto de direito que pretende ser universal. Mas isso não implica numa proposta totalizante, de partido único. Conforme a idéia de democracia progressiva, o desenvolvimento do pluralismo socialista necessita da pluralidade de partidos e de movimentos sociais como condição da democracia socialista, que não se limita aos marcos da democracia liberal. Nesse processo, o intelectual coletivo pode estar em vários lugares dentro da sociedade, produzindo uma cultura alternativa em face da cultura dominante (ARRUDA JR, 1997, p. 43). Dessa forma, é importante que o partido tenha como campo de ação um espaço de pluralidade política, bem como não se detenha a uma atuação limitada à democracia parlamentar, à sociedade política. Não cabe, pois, ao partido pensado por Gramsci, a crítica que comumente se faz aos partidos contemporâneos, considerando que aquele não atua de modo fisiológico, preocupado em se sustentar nas esferas do poder institucionalizado. Ainda, o fato de atuar em uma arena política ampla, com vários espectros ideológicos, viabiliza a luta pela hegemonia, não a perspectiva totalitária, na qual se percebe a idéia de um partido único, identificado com o Estado.

O partido gramsciano se presta para fundar um projeto universal, um novo tipo de Estado, o que pode parecer contraditório diante da perspectiva pluralista. Entretanto, mesmo que concebido, organizado e dirigido de modo e forma capaz de se desenvolver integralmente em um Estado e numa concepção de mundo, o desenvolvimento do partido reage sobre ele e exige aperfeiçoamento e reorganização contínua, não se tornando um sujeito coletivo conservador, estagnado diante da história (GRAMSCI, 2000c, p. 345). Somente com este norte, contrário ao corporativismo, o partido se mantém como sujeito capaz de viabilizar a catarse, a passagem do momento econômico – egoísta passional – para o ético-político, do subjetivo para o objetivo, da necessidade para a liberdade (PORTELLI, 1990, p.53). Ademais, a estruturação interna do partido se dá no sentido de evitar o burocratismo, ou seja, o

problema da criação de instâncias de poder, motivo pelo qual deve garantir o trânsito de seus intelectuais nos patamares organizacionais do sujeito coletivo. Assim, viabiliza a construção de um partido voltado para as massas, como espaço destinado à pedagogia da emancipação, a partir da crítica à sociedade, ao Estado e ao direito capitalista.

Dentro do partido gramsciano, a juridicidade produzida é produto da vivência, da práxis, que deve se refletir na sociedade civil, numa correlação tendente ao estabelecimento de novos consensos. Para tanto, o partido deve ser capaz de aglutinar a pluralidade das classes subalternas, com suas demandas sociais e seus interesses, os quais se prestam para estabelecer as bases das alianças políticas, necessárias para a luta hegemônica. Trata-se da construção de uma juridicidade contrária à tradição escapando de qualquer encanto formalista. A crítica ao reducionismo institucionalista, parlamentarista, especialmente no caso dos partidos de esquerda, que deveriam estabelecer o contato entre os movimentos sociais e a sociedade política, não se aplica, portanto, a idéia de partido estabelecida por Gramsci.

Conforme exposto, a idéia de sujeito coletivo é determinante para se pensar o pluralismo jurídico, aqui considerando o de matriz marxista. Wolkmer define os novos movimentos sociais, atualmente, como os sujeitos coletivos melhor capacitados para realizar novas juridicidades. Entretanto, os limites destes movimentos sociais, identificados por Offe neste capítulo, já haviam sido percebidos por Gramsci, após o fracasso em relação aos conselhos de fábrica, o que o motivou a teorização de um partido. Em que pese as diferenças determinadas pelo transcurso do tempo e as transformações ocorridas nas concepções de partidos, é importante reconhecermos que o partido gramsciano se presta como um modelo bem estruturado de sujeito coletivo, voltado para a proposição de novas juridicidades, dentro de uma perspectiva pluralista. A atuação do partido é mais organizada, tem maior alcance social, e se dá em um campo mais abrangente de pautas, com menor risco de corporativismos e reducionismos de caráter egoístico-passional. O pluralismo realizado pelo partido é integrador das demandas sociais, considerando que se destina ao estabelecimento de um novo consenso. Por isso, é capaz de qualificar as demandas dos demais movimentos sociais, incorporando-as a um projeto universal, referenciado na filosofia da práxis.

Conclusão

Conforme a perspectiva gramsciana, a verdadeira realização da filosofia da práxis se dá com o afastamento de determinismos teóricos, da dogmatização contrária a essência historicista e dialética, estando em permanente diálogo com a realidade sobre a qual pretende atuar o sujeito histórico. Essa perspectiva é importantíssima para a análise crítica do direito, conforme disposto ao longo dessa dissertação, considerando que viabiliza uma leitura adequada para a teorização e efetivação da crítica, não assentada em um plano transcendental, nem na estreiteza sectária da crítica sustentada em dogmas. O tratamento possível a ser destacado de Gramsci para o direito, viabiliza uma compreensão não maniqueísta, abstencionista, conforme uma tradição marxista (anti-marxista, conforme Gramsci) superada, de permanente condenação do Estado e do direito burgueses. Obviamente, tal condenação está presente no pensamento de Gramsci. Entretanto, percebe-se neste a problematização dialética, que possibilita perceber, por exemplo, que a democracia burguesa serve como marco, ponto de partida para a construção de uma democracia socialista, no rumo do horizonte utópico da sociedade regulada. Está presente, pois, o horizonte da verdadeira emancipação, o qual, entretanto, não pode entorpecer as ações e as idéias de quem atua no plano concreto, na vida política, que traz possibilidades materiais, campos para atuação muito menos amplos do que aqueles que se instalam na amplitude das idéias.

Foi acentuado no decorrer dos três capítulos, a crítica à tradição jurídica, de matriz jusnaturalista e juspositivista, bem como ao tipo de Estado e de direito que se têm, considerando as determinações culturais, sociais e econômicas que dialogam e determinam a ordem jurídica. Caracteriza-se como crítica ante composições teóricas e práticas, de cunho jurídico e político, próprias da sociedade, da economia e da cultura capitalistas, as quais a tradição jurídica pretende justificar e organizar. A perspectiva tradicional do direito tem em seu cerne a manutenção da ordem econômica e política do capitalismo, servindo para justificação das conseqüências desumanizadoras que a universalização do capital acarreta para os indivíduos submetidos a sua lógica. A crítica jurídica possível a partir das idéias de Gramsci, que se encontra no bojo da crítica de matriz marxiana, emancipadora, é, portanto, crítica destinada contra a ordem econômica e a cultura capitalistas. Tal afirmação se faz necessária, tendo em vista as críticas que setores do pensamento marxista fazem ao pensamento gramsciano e às idéias derivadas deste.

O pensamento de Gramsci é atual, contribui muito para o desenvolvimento e para a defesa de uma democracia concreta, capaz de superar a separação entre o sujeito concreto e o cidadão, ainda presente na cultura jurídica ocidental, e que somente contribui para manutenção de grandes disparidades sociais. A superação dessa distinção é determinada pela construção de uma nova cultura jurídica, voltada para a superação das bases filosóficas e ideológicas hegemônicas dentro da modernidade jurídica. Para a construção dessa nova cultura jurídica, da defesa de uma nova ideologia jurídica, a teoria crítica do direito é determinante, servindo de referência para atuação dos sujeitos coletivos. Ideologia, nesse caso, como cultura sobre a qual se desenvolvem juridicidades alternativas, autônomas diante dos poderes estabelecidos, elaborada e vivenciada pelas classes subalternas, dentro do que se define pluralismo jurídico. Uma nova cultura jurídica, entretanto, não pode, necessariamente, desconsiderar a estrutura jurídica pré-existente. Deve poder atuar sobre as instituições jurídico-políticas existentes para, gradativamente, transformá-las. Nos dois momentos, na construção de novas juridicidades, dentro da sociedade civil, e na atuação em defesa de novos referenciais hermenêuticos, por dentro da sociedade política, se realizam ações de longo prazo, numa guerra de posição, com os intelectuais orgânicos transitando entre os espaços do Estado ampliado.

Hoje, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação e com a evolução do aparato coercitivo, qualquer modalidade de luta social tende a fracassar, se realizada com ataques diretos às estruturas institucionalizadas de poder. Se, à época dos *quaderni*, se concluiu que a sociedade civil serviria como trincheira para manutenção do Estado, hoje se verifica um formidável avanço nessas “trincheiras”, condições que garantem atualidade para a estratégia de guerra de posição. A defesa de um Estado mínimo, comumente mencionada nos meios de comunicação, reflete, na verdade, a manutenção de um Estado que se restringe às suas funções clássicas, inserido num contexto de revalorização e superestimação do individualismo, em detrimento das possibilidades comunitárias e associativistas. Conforme a leitura ampliada de Estado proposta por Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia, no contexto atual, exercem a difusão ideológica, conformando as consciências à hegemonia. Trata-se, portanto, da defesa de um Estado minimamente social, mas que deve garantir segurança jurídica para atender às necessidades do capitalismo globalizado. Este, verdadeiramente corrói a soberania, a partir das implicações do pluralismo jurídico transnacional, que tem como importantes agentes grandes corporações transnacionais, que desconhecem os limites da soberania política e jurídica dos

Estados nacionais, atestando o internacionalismo do capital. Não obstante, a corrosão da soberania dos estados não alcança a essência da ordem jurídica capitalista, na qual se encontra a defesa da segurança jurídica para garantir o cumprimento dos contratos e a defesa da propriedade. Tanto que a capacidade dos países para atrair investimentos transnacionais relaciona-se diretamente com a maior ou menor eficiência do Judiciário para garantia de relações contratuais e do direito de propriedade.

As classes subalternas, através da luta contra-hegemônica, fundam as bases para novos consensos, para a nova hegemonia, o que, em se tratando do Brasil, implica na superação da pobreza política, na medida em que os marcos democráticos avançam, alcançando as classes subalternas, com a superação dos limites formais da democracia moderna. Nesse rumo, é possível concluir que a priorização da atuação dos intelectuais orgânicos em um dos campos, seja a sociedade civil, seja a sociedade política, pode restringir as possibilidades de avanço democrático. Desconsiderar os vínculos orgânicos entre os dois campos, portanto, pode acarretar riscos para a realização dos propósitos defendidos pela teoria crítica. Em países mais atrasados econômica e socialmente, conforme Gramsci, o Estado é o agente essencial para a realização de ações tendentes à qualificação dos níveis de vida da população. É o caso do Brasil, no qual o Estado não realizou, e não realiza, as funções às quais foi condicionado constitucionalmente na redemocratização. Assim, a defesa de direitos sociais, bem como a efetivação destes direitos, é necessária para qualificar a vida de milhões de pessoas, e, diante das necessidades sociais, não cabe o abstencionismo da crítica condenatória do Estado. Cabe assumir a responsabilidade pela defesa desses direitos como marcos democráticos, como avanços necessários para maiores conquistas sociais. Isso, entretanto, deve se prestar para o oferecimento de condições materiais para o desenvolvimento da sociedade civil, não para a vinculação clientelista à estrutura jurídico-política estatal, elemento presente, como reconhecemos, na formação de tais direitos, mas que não ofuscam a luta social para a formalização e, o mais importante, para a concretização dos direitos sociais.

Por outro lado, a produção de novas juridicidades, distante dos formalismos, sustentada nas vivências, nas práticas e numa base ética solidária, se dá pela atuação dos sujeitos coletivos atuantes na sociedade civil. Para superação dos fundamentos ideológicos liberal-individualistas, os agentes constitutivos das novas juridicidades devem ser os sujeitos coletivos, como os novos movimentos sociais, realizadores da de uma pedagogia da

emancipação. A pedagogia formadora de novos consensos, conforme o pluralismo jurídico, não se sustenta na perspectiva coercitiva de direito, visto que, pelo modo como se consolidam as juridicidades alternativas, as possibilidades de construção de novos consensos são concretas. Ainda, não se pode olvidar que a ideologia jurídica basilar da modernidade, o liberal-individualismo, se consolidou ao longo dos séculos a partir de práticas mercantis e sociais da burguesia, de dentro da cultura e da economia características do medievo. Obviamente, na Idade Média o contexto era de pluralismo político e jurídico, relativizado pela incidência da hegemonia da Igreja. Hoje, o ambiente jurídico tem como principal característica, marco da modernidade, o monismo estatal, o que restringe as possibilidades de construção jurídica pluralista. Entretanto, é possível afirmar que os avanços tecnológicos se prestam também para amparar a elaboração dessas juridicidades, desde que não comprometam os espaços de vivência pública, coletiva, caracterizados pelos novos movimentos sociais.

A esperança de afirmação efetiva de uma juridicidade alternativa restrita ao plano do pluralismo jurídico, entretanto, pode ser minorada pela atuação das corporações produtoras do pluralismo transnacional, numa situação desfavorável para os movimentos sociais, considerando o alcance das potências econômicas transnacionais. As características da cultura organizacional-corporativa dessas transnacionais, especialmente quanto às relações de trabalho, atingem a grande massa de trabalhadores, como grandes veículos divulgadores de uma cultura egoísta, pautada na defesa da eficiência e na competitividade. Ademais, a função pedagógica e organizacional dos movimentos sociais é característica fundamental do moderno príncipe, do partido de Gramsci, atuante na sociedade civil e na sociedade política, agregador da pluralidade de demandas das classes subalternas, base para o estabelecimento das alianças necessárias para hegemonia. A concepção de partido gramsciana, o sujeito coletivo capaz de realizar a catarse, a superação do estágio egoístico-passional, pode ser indicada como referencial para o sujeito coletivo realizador do pluralismo jurídico. Isso, por conta da maior capacidade organizacional, que lhe garante maior poder para competir na luta contra-hegemônica, bem como por conta do maior alcance social, e da abrangência de pautas abarcadas em seus propósitos, existindo, portanto menor risco de corporativismos e de reducionismos de caráter egoístico-passional. Ainda, o partido é, por excelência, o realizador dos contatos entre a sociedade civil e a sociedade política.

Enfim, para efetivação dos propósitos basilares da teoria crítica do direito, há que se evitar o clientelismo e a estatolatria, riscos derivados da atuação prioritária dos intelectuais orgânicos por dentro das estruturas jurídico políticas. Deve-se, ainda, evitar o risco de os sujeitos coletivos, especialmente os novos movimentos sociais, restringirem suas pautas, as quais, mesmo que compostas em rede de interesses diversos, podem não subsistir na competitividade com o pluralismo transnacional. Tais riscos são minorados drasticamente se a atuação dos intelectuais orgânicos se der, concomitantemente, nos dois campos. Assim, se garante a possibilidade real de consolidação de um novo consenso, que configure um avanço para a democracia e a sociedade.

Referências

ABREU, Pedro Manuel. A Formação, os Desafios e o Perfil do Jurista Orgânico no Novo Milênio. *Jurisprudência Catarinense*. Florianópolis: Tribunal de justiça, p. 33-46, 2003.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. Trad. Paulo César Castanheira. In. SADER, Emir. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Introdução ao Direito Alternativo Brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

_____. *Juiz Alternativo e Poder Judiciário*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

_____. *Magistratura e Democracia*. In. ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima; BORGES FILHO, Nilson. *Gramsci : estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: CPGD / UFSC, p. 119-140, 1995.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito Moderno e Mudança Social: Ensaio de Sociologia Jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

_____. *Direito, Marxismo e Liberalismo: Ensaio para Uma Sociologia Crítica do Direito*. Florianópolis: CESUSC, 2001

_____. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. In. ARRUDA JUNIOR, Edmundo & RAMOS, Alexandre (orgs.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: Edibej, 1998, p. 15-28.

AZEVEDO, Plauto Faraco. *Direito, justiça social e neoliberalismo*. São Paulo: RT, 1999.

BADALONI, Nicola. Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antonio Gramsci. In. FERRI, Franco (org.). *Política e História em Gramsci*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, 1978.

BARCELLONA, Pietro. *O Egoísmo Maduro e a. Insensatez do Capital*. Coleção elementos de Direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BAUMAN, Sygmunt. *Tempos Líquidos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BIAVASCHI, Magda Barros Biavaschi. *Magistratura e transformação social: as teses coletivas dos juízes gaúchos*. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa, Florianópolis, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Contributi ad Un Dizionario Giuridico*. Torino: Giappichelli Editore, 1994

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionario de politica*. 10.ed. Brasilia: Universidade de Brasilia, 1997. 2v

_____. *Contribución a la teoria del derecho*. Madrid: CEC, 1981.

_____. *Dalla Struttura alla Funzione* – nuovi studi di teoria del diritto. Milano: Edizioni di Comunità, 1977.

_____. *A teoria das formas de governo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 1997.

_____. *O positivismo jurídico*: Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone. 1995.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação política e ordem jurídica*: os dilemas da democracia liberal. 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito. Universidade de São Paulo, 1987.

CARCOVA, Carlos Maria. *A opacidade do direito*. São Paulo : LTr, 1998.

CAPELLA, Juan Ramón. *Fruto proibido* – Uma aproximação histórico- teórica ao estudo do Direito e do Estado. Trad. Lédio Rosa de Andrade Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Trad. Equipe de tradutores do Instituto de Letras, PUC-Campinas. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004.

CERRONI, Umberto. Existe uma Ciência Política Marxista? In BOBBIO, N. et. Al. *O Marxismo e o Estado*. Trad. Fedrica L. Boccard e Renée Levie. 2. ed. Rio: Graal, 1991.

CHAUI, Marilena de Sousa. *O que é Ideologia*: São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense 1980.

CHAVES, Leonardo Rossano Martins. *Crítica ao capitalismo e práxis jurídica: uma contribuição marxista para o estudo do direito*. Dissertação defendida no CPGD – UFSC, 2005.

COELHO, Luiz Fernando. O pensamento crítico no direito. *Seqüência – estudos jurídicos e políticos*, número 30. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CORREAS, Oscar. *Crítica da ideologia jurídica*. Trad. Roberto Bueno, Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1995.

_____. Fetichismo, Alienación y Teoria del Estado. *Crítica Jurídica*, n.º 17. Curitiba: Fundación Iberoamericana de Derechos Humanos, p. 71-83, 2000

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAL RI JUNIOR, Arno. Evolução Histórica e Fundamentos Político-jurídicos da cidadania. In. DAL RI JUNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (orgs). *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais*. 2. ed Ijuí: UNIJUI, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

DRIABE, Sônia Maria (coord.). *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. Caderno de pesquisa n.º 8 – NEPP*. Campinas: UNICAMP, 1993.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: UNESP, 1997.

EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Coimbra: Centelha, 1976.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

FARIA, Jose Eduardo. *Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. O Modelo Liberal de Direito e de Estado. In. FARIA, Jose Eduardo (org). *Direito e justiça: a função social do judiciário*. 2.ª ed. São Paulo: Ática, p. 19-31, 1994.

_____. *Justiça e conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã. 1995.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

GENRO, Tarso F. *Lênin: Coração e mente*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 1*. Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marcelo Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 2*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marcelo Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000b.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marcelo Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. Três princípios, três ordens. CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé 1979.

_____. ; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. Trad. Maria Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GROSSI, Paolo. *Derecho, Sociedad, Estado*. Trad. José Ramón Narvaéz.. Michoacán: Escola Libre de Derecho, 2004.

_____. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2V.

HERKENHOFF, João Baptista. *Direito e utopia*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João B. Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LYRA FILHO, Roberto. *Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1983.

_____. *O que é Direito*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOPES, José Reinaldo de Lima. A função política do poder judiciário. In: FARIA, José Eduardo. *Direito e justiça: a função social do judiciário*. 2.ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

MACCIOCCI, Maria Antonietta. *A favor de Gramsci*. Trad. Angelina Peralva. 2.^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MALISKA, Marcos Augusto. Os operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima; BORGES FILHO, Nilson. *Gramsci : estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: CPGD / UFSC 1995.

MAQUIAVEL, Nicolo. *O Príncipe*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Editorial Presença, s/d..

_____; ENGELS, Friedrich .Para a crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil* (origens da autocracia burguesa). 2.^a ed. São Paulo. Cortez: 1997.

MEZZAROBBA, Orides. *Introdução ao direito partidário brasileiro*. 2. ed. rev Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004

_____; *O partido político em Marx e Engels*. Florianópolis: Paralelo 27, CPGD, 1998.

_____; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. 3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito*. Trad. Ana Prata. Lisboa: Estampa, 1994.

MOREIRA, Vital. *A ordem jurídica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1987.

NOVOA MONREAL, Eduardo. *O direito como obstáculo a transformação social*. Trad. de Gérson Pereira dos Santos, Porto Alegre, 1988.

O'CONNOR, James. *USA : a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. *Partidos políticos e nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sitema, 1988.

_____. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 7.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PISTONE, Sergio. Historicismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.2v.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROVER, Aires. A preponderância da sociedade política no período populista brasileiro. *Seqüência*. N.º 20. Florianópolis: UFSC, p. 94-111, 1990.

SANCHÍS, Luis Pietro. *Ley, principios, derechos*. Madrid: Editorial Dykinson, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2.^a ed. São Paulo : Cortez, 2000.

_____. Introdução Geral à Coleção. In. SANTOS, Boaventura de Sousa *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 13-29, 2002.

_____. *Um Discurso sobre as Ciências*. 12.^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001

SHETH, D. L. Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In. SANTOS, Boaventura de Sousa *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 85-133, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Do oriente ao ocidente: a teoria do Estado ampliado. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima; BORGES FILHO, Nilson. *Gramsci : estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas: CPGD / UFSC 1995.

_____. *Gramsci : sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social*. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 14.^a ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

STOPPINO, Mário. Ideologia. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 2v.

TIGAR, Michael E., LEVY, Madeleine R. *O Direito e a ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1978.

TEUBNER, Gunther. A Bukowina global sobre a emergência de um pluralismo jurídico. *In* Revista Impulso, n.º 14. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

VIANNA, Luís Werneck (Org.). *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4.^a ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WARAT, Luis Alberto. “Saber crítico e senso comum teórico dos juristas”, *in* *Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou*. Fundação Boiteux, Florianópolis, 2004.

_____. *Introdução geral do direito, Vol.I*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1994.

WEHLING, Arno. “O escravo ante a lei civil e a lei penal no império (1822-1871)”, *in* WOLKMER, Antônio Carlos. *Fundamentos de história do direito*. 2.^a ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 375.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 3.^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 4.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Pluralismo Jurídico – Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3.^a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.

_____. *Síntese de uma história das idéias jurídicas da antigüidade clássica à modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.